

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA  
EMPRESA



DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DINÂMICAS ESTUDANTIS NO INSTITUTO  
SUPERIOR TÉCNICO DURANTE A DÉCADA DE  
1950

Mónica Simões Maurício

Tese submetida como requisito parcial para obtenção de grau de  
Mestre em Museologia: Conteúdos Expositivos

Orientadora:  
Doutora Luísa Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar,  
ISCTE

JANEIRO 2008

## **AGRADECIMENTOS:**

Ao IST pela oportunidade e pela disponibilização das condições necessárias para a realização deste trabalho no âmbito do projecto: "IST: um século de existência", como bolsista de investigação.

À AEIST, pela ajuda na busca e pesquisa de documentação no Arquivo e pela atenção e indicações fornecidas.

Ao Professor Jorge Freitas Branco, pela orientação essencial para a realização deste trabalho, particularmente no sentido de lhe conferir interdisciplinaridade.

À Professora Luísa Tiago de Oliveira, um agradecimento especial, pelo seu apoio, orientação, encorajamento e disponibilidade sempre presente. E pela condução à descoberta da História Oral.

A todos os entrevistados, pela constante disponibilidade demonstrada e partilha das suas vivências e experiências, que se revestiram de importância crucial para a realização deste trabalho.

Ao Professor Bernardo Herold, à Eng.<sup>a</sup> Maria Joaquina Silvério, à Dra. Mary Evelyn Dóres, ao Dr. Armando Myre Dóres, ao Eng. José Myre Dóres e ao Eng. José Protes da Fonseca pela cedência de documentação relativa à AEIST e fotografias.

À Dra. Maria João Vaz por todo o apoio concedido no âmbito do trabalho no Arquivo da AEIST.

Às minhas colegas, Maria João e Miriam, pela partilha de experiências e constante cooperação.

Um agradecimento especial a todos que directamente e indirectamente, foram fundamentais para a concretização deste trabalho, a partir do constante apoio e incentivo.

## **RESUMO**

O trabalho que aqui se apresenta pretende constituir a musealização das Dinâmicas Estudantis existentes no espaço IST (Instituto Superior Técnico) durante a década de 1950. Neste sentido, procurou-se elaborar um vasto conjunto de informação, que constituiu um ponto de partida para seleccionar um determinado número de objectos, procedendo-se assim à formação de uma colecção a partir da informação recolhida e tratada. Desta forma, apresenta-se vários conteúdos, tendo em vista o seu posterior tratamento expositivo.

Nesta investigação, a História Oral desempenhou um papel relevante dado que possibilitou a obtenção de informação não presente na documentação escrita e permitiu expor uma narrativa memorial dos participantes nos factos, aos quais foi atribuída a dupla possibilidade de relatar e construir em simultâneo a sua própria história.

No período da década de 1950, observou-se uma consciencialização por parte dos estudantes relativamente à sua condição, o que resultou numa maior união estudantil e no desenvolvimento da noção da sua força enquanto grupo. Desta forma o seu estudo reveste-se de elevada importância para a compreensão das grandes crises estudantis das décadas de 1960 e 1970, dado que, de certa forma, assumiu um carácter preparatório para os acontecimentos seguintes.

## **SUMMARY**

The work hereby presented intends to constitute the musealization of the different existing students' dynamics existent in the context of the IST's (Instituto Superior Técnico) environment. Therefore, we intended to formulate a comprehensive set of information, which has constituted a starting point in order to select a given number of objects, thus building a collection from the collected and treated information. In one word, different contents are presented, having in mind its future expositive treatment.

During this investigation, the Oral History has played a relevant role as it has turned possible the attainment of information not findable in the written documentation and has allowed to expose one memorial narrative of the actors in the events, to whom was given the double possibility of telling and building simultaneously their own history.

In the 1950's decade, it was noticeable an increasing gain of conscience among students in what concerns their own condition, thus resulting in a stronger students' cohesion and in the development of the notion of group strength. This way, its study is of great importance to understand the major students' crisis of the 1960's and 1970', as it has assumed, in a certain way, a preparatory character for the subsequent events.

### **PALAVRAS-CHAVE**

IST, Memória, Sociabilidades Estudantis, Movimento Estudantil

### **KEYWORDS**

IST, Memory, Students' Sociabilities, Students' Movement

# ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS:</b> .....	<b>i</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>ii</b>
<b>ÍNDICE DE IMAGENS, QUADROS E GRÁFICOS</b> .....	<b>vi</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. INICIAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
1.1. O primeiro contacto num meio estranho .....	7
1.2. Apoio à integração.....	8
1.2.1. Semana de Recepção ao Novo Aluno.....	8
1.2.2. O chá das Caloiras .....	13
1.2.3. O não à praxe.....	15
<b>2. DINÂMICAS DE SOCIABILIDADES ESTUDANTIS</b> .....	<b>18</b>
2.1. O Espaço e o convívio .....	18
2.1.1. Convivência no espaço IST .....	18
2.1.2. Vida de café .....	22
2.1.3. Na Associação .....	25
2.2. Práticas Culturais.....	27
2.3. Raparigas num universo de Rapazes .....	28
2.3.1. O convívio entre os dois géneros.....	28
2.3.2. Sala das Raparigas .....	30
<b>3. ESTUDANTES: IMAGENS E REALIDADES</b> .....	<b>34</b>
3.1. Imagens do estudo, dos professores e dos estudantes .....	34
3.2. Proveniência dos estudantes .....	39
<b>4. AEIST, UMA ILHA DE DEMOCRACIA</b> .....	<b>42</b>
4.1. Espaço, Estrutura organizativa e Actividades .....	42
4.1.1. O apoio social .....	45
4.1.2. As questões pedagógicas .....	53
4.1.3. O lazer e a cultura como formação humana do estudante .....	57
4.2. Colaboradores e Dirigentes Associativos .....	64
4.2.1. As eleições, um exercício democrático .....	64
4.2.2. Motivações e angariação dos colaboradores .....	72
4.3. Actividades e Relações Inter-Associações .....	75
4.3.1. O Cineclube Universitário de Lisboa .....	79
4.3.2. O Desporto Universitário.....	82
4.4. A Associação e as entidades regulamentadoras .....	84
4.4.1. A Permanente Desconfiança do Ministério da Educação Nacional .....	84
4.4.2. O Apoio da Direcção e do Corpo Docente do IST .....	86
<b>5. AGENDAS REIVINDICATIVAS ESTUDANTIS</b> .....	<b>88</b>
5.1. Movimentos estudantis no Pós-Guerra.....	88
5.2. Readmissão do Professor Ferreira de Macedo .....	91
5.3. Oposição à reunião da OTAN no Instituto Superior Técnico .....	95
5.4. Desconto nos Transportes.....	99
5.5. Representação em Organismos Internacionais .....	104
5.5.1. Representação dos estudantes na IAESTE .....	104
5.5.2. Filiação Portuguesa na FIANEI.....	109

5.6. A contestação do Decreto-Lei 40.900 .....	112
5.7. No Seguimento do 40.900 .....	124
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>146</b>

## ÍNDICE DE IMAGENS, QUADROS E GRÁFICOS

<b>Figura 1:</b> Programa da Semana de Recepção ao Novo Aluno, realizada de 11 a 17 de Novembro de 1957 .....	9
<b>Figura 2:</b> Cerimónia no âmbito da Recepção de Semana ao Novo Aluno, no Salão Nobre do IST, década de 1950. ....	11
<b>Figura 3:</b> Cerimónia no âmbito da Recepção de Semana ao Novo Aluno, no Salão Nobre do IST, década de 1950. ....	11
<b>Figura 4:</b> Programa do Concerto pela Orquestra Sinfónica Nacional dirigida pelo maestro Pedro de Freitas Branco, 10 de Novembro de 1955 .....	12
<b>Figura 5:</b> Chá das caloiras, Novembro de 1957. ....	14
<b>Figura 6:</b> Objectos representativos – Serviço de chá utilizado na década de 1950. ....	14
<b>Figura 7:</b> Livro de Curso 1956/57 .....	20
<b>Figura 8:</b> Livro de Curso 1955/56, caricaturas e versos sobre professores .....	21
<b>Figura 9:</b> Livro de Curso 1955/56, caricaturas e versos sobre alunos .....	21
<b>Figura 10:</b> Viagem de estudo a Dax, Mines de Potassium, 1954 .....	21
<b>Figura 11:</b> Viagem de Estudo a Hendaye, 1954 .....	22
<b>Figura 12:</b> Café Mexicana situado na Av. Guerra Junqueiro, Lisboa, 1962 .....	24
<b>Figura 13:</b> Bar da cantina da AEIST, década de 1950 .....	25
<b>Figura 14:</b> Jantar de convívio de alunos do IST num restaurante de Lisboa, década de 1950 .....	28
<b>Figura 15:</b> Alunos do IST num acampamento, [s.d.] .....	28
<b>Figura 16:</b> Alunos e o Professor Pierre Laurent num laboratório de Química no IST, década de 1950 .....	35
<b>Figura 17:</b> Alunos a trabalharem num laboratório de Química no IST, década de 1950, .....	36
<b>Figura 18:</b> Livro de Curso 1955/56, página com versos e caricatura dedicados ao professor Magalhães Ilharco.....	38
<b>Figura 19:</b> Instituto Superior Técnico, com o edifício da sede da AEIST à esquerda ..	43
<b>Figura 20:</b> Aparelho de radioscopia [s.d.] .....	52
<b>Figura 21:</b> Sala do serviço médico da AEIST [s.d.].....	52
<b>Figura 22:</b> Objectos Representativos – <i>Gato Preto em Campo de Neve</i> , Erico Veríssimo, 1950 e <i>Homens e Bichos</i> , Axel Munthe, 1955 .....	56
<b>Figura 23:</b> Objecto representativo – Máquina fotográfica Koflex .....	60
<b>Figura 24:</b> Atribuição de prémios desportivos [s.d.] .....	61
<b>Figura 25:</b> Jogo de Hóquei no campo desportivo da AEIST [s.d.].....	62
<b>Figuras 26 e 27:</b> Assistências de jogos no espaço AEIST [s.d] .....	63
<b>Figura 27:</b> Elementos da Direcção da AEIST eleita de 1953/54.....	65
<b>Figura 28:</b> Programa de candidatura de Eugénio Ávila Ramos à Direcção da AEIST, com lista de apoiantes, 1950,.....	67
<b>Figura 29:</b> Programas de candidatura e à Direcção da AEIST 1958/59 de Luís António Martins dos Santos (eleito) e António Joaquim Silva Pinto (não eleito).....	68
<b>Figuras 30 e 31:</b> Fichas de sócio da AEIST, com informação do nome de sócio, contactos e cargos ocupados na AEIST.....	75
<b>Figura 32:</b> Baile, organizado pelas várias AE's de Lisboa, realizado na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, década de 1950. ....	79
<b>Figura 33:</b> Cartão de sócio do Cineclubes Universitário de Lisboa.....	81
<b>Figura 34:</b> Cartonado do filme <i>Há Festa na Aldeia</i> (Jour de Fête), 1948 .....	82

<b>Figura 35:</b> Carta da Direcção da AEIST dirigida ao Ministro da Presidência a pedir a reintegração do Professor Ferreira de Macedo, 17 de Julho de 1951 .....	95
<b>Figura 36:</b> Fotografia da reunião da OTAN no IST .....	96
<b>Figura 37:</b> Objecto Representativo – Bilhete emitido pela Companhia de Carris Ferro de Lisboa [s.d] .....	103
<b>Figura 38:</b> Abaixo-assinado a pedir a revogação do Decreto-Lei 40.900, 1956 .....	119
<b>Figura 39:</b> Exposição dos Estudantes Universitários de Lisboa à Câmara Corporativa sobre o Decreto-Lei n.º 40.900, Março 1957 .....	122
<b>Figura 40:</b> Comunicado da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, a dar apoio aos estudantes no âmbito do 40.900, Janeiro de 1957 .....	124
<b>Figura 41:</b> Proclamação eleitoral de Humberto Delgado, 1958 .....	128

## Quadros

<b>Quadro 1:</b> Alunos matriculados no IST segundo o sexo .....	29
<b>Quadro 2:</b> Empréstimos concedidos aos sócios da AEIST .....	47

## Gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Despesas totais das Associações de Estudantes de Lisboa.....	45
<b>Gráfico 2:</b> Refeições fornecidas nas cantinas das AE's de Lisboa .....	49
<b>Gráfico 3:</b> Verbas dispendidas pelas AE's de Lisboa nas Secções Sociais nos anos lectivos 1954/55 e 1955/56.....	53
<b>Gráfico 4:</b> Verbas totais atribuídas pelas AE's de Lisboa às respectivas Secções Desportivas nos anos lectivos de 1954/55 e 1955/56.. .....	62



## LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

AEIST – Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico

AE's – Associações de Estudantes

CCUL – Cine Clube Universitário de Lisboa

FIANEI – Federation Internationale d'Associations Nationales d'Eleves Ingenieurs

IAESTE – International Association for Exchange of Students for Technical Experience

IST – Instituto Superior Técnico

JUC – Juventude Universitária Católica

JUCF – Juventude Universitária Católica Feminina

MA – Movimento Associativo

MEN – Ministério da Educação Nacional

MP – Mocidade Portuguesa

MUD – Movimento de Unidade Democrática

MUDJ – Movimento de Unidade Democrática Juvenil

PCP – Partido Comunista Português

## INTRODUÇÃO

A realização do presente estudo, que se intitula *Dinâmicas Estudantis no IST (Instituto Superior Técnico) durante a década de 1950*, inscreve-se no âmbito do Projecto de Comemoração do Centenário do IST, designado "IST: um século de existência", que assenta sobre três vertentes principais: história institucional, musealização e história do movimento estudantil.

Importa começar por salientar que o estudo que adiante se apresenta visa constituir a musealização de um tema concreto e enquadrado no espaço e no tempo: as dinâmicas estudantis existentes durante a década de 1950 no IST. Desta forma, procurou-se elaborar um conjunto vasto de conteúdos, que constituíram uma base para proceder à selecção de um conjunto de objectos, procedendo-se assim à constituição de uma colecção a partir da informação recolhida e tratada. Em traços gerais, são propostos vários conteúdos tendo em vista o seu posterior tratamento expositivo.

Procurou-se efectivar esse processo através da construção de uma narrativa memorial dos participantes nos acontecimentos, aos quais foi concedida a dupla faculdade de contar e fazer a sua própria História. Paralelamente, esse acto de musealização representa igualmente uma homenagem a uma geração de indivíduos que vivenciaram e memorizaram um determinado conjunto de factos.

Dessa forma, o testemunho dos protagonistas constituiu o ponto de partida para a formação do conjunto de informações que aqui se apresenta, tendo-se utilizado a metodologia própria da História Oral para a sua recolha e tratamento. Esse conjunto de entrevistas dirigidas a antigos estudantes do IST na década de 1950 constitui ainda a base para a formação de um conjunto de conteúdos expositivos capazes de sugerir o desenvolvimento das vivências dos protagonistas. Esses conteúdos expositivos apresentados englobam objectos, fotografias e diversa documentação coeva, através dos quais se pretende mostrar as vivências dos estudantes e da AEIST.

Esses objectos podem ser divididos em duas categorias diferentes, designadamente os reais, como por exemplo o abaixo-assinado a pedir a revogação do decreto-lei 40.900, ou seja, aqueles que tiveram uma existência concreta em espaço e tempo determinados; e os representativos, de que é exemplo o bule de chá, ou seja aqueles que, não obstante não terem constituído parte integrante dos acontecimentos em estudo, são deles contemporâneos. Refira-se que a escolha destes objectos privilegiou

critérios relacionados com a potencial narrativa que poderiam transmitir a um espectador que os observasse, levando-o a associá-los ao tema em estudo, em detrimento do seu simples valor histórico.

O âmbito deste estudo inscreve-se no domínio científico da museologia, que se afirma como campo multidisciplinar por excelência, contando com o contributo decisivo da História para trazer ao conhecimento do presente as memórias dos acontecimentos. Os objectos aqui apresentados pretendem conferir uma identidade aos estudantes, vistos aqui como grupo, através de um processo de legitimação social e cultural. Desta forma, é atribuído um significado a objectos aparentemente vulgares, com o propósito de os transformar em testemunhos vivos, sendo-lhes ainda incumbida a função de construir e reconstruir a memória daqueles acontecimentos,<sup>1</sup> indo ao encontro da concepção de Susan M. Pearce, onde os objectos surgem como despoletadores de memória.<sup>2</sup>

Mediante os objectos propostos pretende-se assim propiciar uma incursão até ao passado a partir da memória desse mesmo passado, o que conduz de forma incontornável ao conceito de memória, mais propriamente ao de memória social. Maurice Halbwachs defende a existência de uma memória colectiva em que o homem adquire e recorda as suas memórias através do grupo social em que se insere. Assim sendo, a memória individual não pode ser dissociada da memória colectiva, dado que estão sempre ligadas, não sendo possível recorrer a uma memória pessoal, sem invocar pontos de referência da sociedade no geral, dado que a memória possui sempre um carácter social.<sup>3</sup>

Paul Connerton, outro dos autores essenciais no estudo da memória e da forma como esta se transmite e conserva, defende que as memórias unem e formam grupos que possuem um conjunto de memórias semelhantes, o que significa que o passado pode legitimar a ordem social presente através de memórias e conhecimentos passados.<sup>4</sup> Estas duas concepções aplicam-se à realidade dos estudantes enquanto grupo social, assumindo-se a memória como instrumento de desbloqueio da codificação das narrativas sobre o passado. Esta formulação foi observável no presente estudo, como

---

<sup>1</sup> Anna Lisa Tota, *A Sociologia da Arte, do Museu Tradicional à Arte Multimédia*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

<sup>2</sup> Susan M. Pearce, *Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*, Leicester e Londres, Leicester University Press, 1992.

<sup>3</sup> Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994.

<sup>4</sup> Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.

será possível constatar adiante, funcionando a memória como mecanismo auxiliar indispensável para se apreender o sentido das diferentes construções em que se consubstanciam realidades passadas referentes às dinâmicas estudantis da década de cinquenta.

Neste âmbito, a constituição de um determinado conjunto de testemunhos individuais no seguimento de um processo criterioso de recolha, organização e análise, poderá constituir no presente estudo um itinerário possível no sentido da reconstituição de uma identidade de grupo, no caso em estudo os estudantes, em que a vivência comum das mesmas realidades passadas, ainda que abstraída por diferentes entes individuais, produz um sentimento de partilha próprio de um grupo social. Paralelamente, os objectos propostos poderão ser entendidos como uma recriação dessa mesma identidade de grupo, caracterizada pela referida partilha de vivências a partir de um espaço e um tempo: o IST na década de 1950.

Não obstante, importa referir que as vivências comuns dos estudantes chegam até aos dias de hoje através da memória revestindo-se de diferentes formas, perspectivas e omissões, que variam consoante o indivíduo que as produz, tendo em consideração que a memória é sempre selectiva, sendo uma “retenção afectiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo” que exige “a que somente se possa recordar partes do que já se passou”.<sup>5</sup> Deste modo, as recordações do passado de um indivíduo são seleccionadas de entre um conjunto ilimitado de memórias possíveis.<sup>6</sup>

Os domínios da Museologia, História Oral e Memória apresentam-se neste estudo intimamente ligados, sendo que a relação entre si é explicada por Gareth Griffiths, ao afirmar que a acção da História Oral tem de ser entendida como “força libertadora”, que permita aos indivíduos construírem a sua própria história. Essa influência seria acolhida pelos museus como uma forma privilegiada de incrementar a acessibilidade e a interpretação das suas colecções. Desta forma, a História Oral proporcionaria um sentido de lugar e de comunidade acessível a pessoas comuns, reflectindo de igual forma as características da história social.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup>Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, pp. 20-21.

<sup>6</sup>James Fentress e Chris Wickam, *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994, p. 112.

<sup>7</sup> Gareth Griffiths, “Oral History”, in *Social History Museums*, David Fleming, Crispin Paine e John G. Rhodes, (eds.), Londres, HMSO Publications, 1993, pp. 111-116.

O mesmo autor refere a forte probabilidade de a História Oral se tornar no futuro menos relevante enquanto verdade histórica e vir a intensificar o seu papel na edificação da consciência histórica popular e podendo ser orientada para a análise de como a percepção do passado poderá ser obtida através de representações públicas e de memória privada, abordando para além do passado a relação existente entre passado e presente.<sup>8</sup>

A delimitação temporal do presente estudo obedeceu a um critério de escolha de um período que se caracterizasse como embrião dos grandes movimentos reivindicativos que se viriam a desenvolver nas duas últimas décadas de existência do Estado Novo, pelo que se optou pela década de 1950, período no qual se verificaram indiscutíveis transformações nas práticas estudantis e em que os estudantes possuíam já uma noção de grupo e tinham consciência da sua força colectiva. Não obstante os estudantes possuírem nesse período mecanismos de resposta extremamente organizados, como se pretende demonstrar neste estudo, a década de 1950 seria ainda um tempo de minorias, particularmente se comparada com as décadas posteriores, em que se verificaram as lutas das grandes massas estudantis.

A bibliografia existente sobre o estudo das AE's e dos movimentos estudantis em Portugal na década de 1950 é escassa, particularmente no referente a Lisboa ou mais especificamente à AEIST, o que implicou um recurso constante à documentação coeva. Neste domínio, foi fundamental o acesso ao Arquivo da AEIST e aos arquivos pessoais de antigos dirigentes associativos, possibilitando assim uma melhor preparação do tema. Importa destacar que uma das principais dificuldades encontradas na consulta de documentação prendeu-se com o facto de muitos dos documentos originais não possuírem data, característica própria da documentação estudantil, na qual o comunicado ocupa um lugar de destaque.

A consulta pontual da imprensa nacional relativamente a acontecimentos ocorridos em datas marcantes foi de igual forma um instrumento de grande utilidade, ainda que se tenha tido em consideração o contexto político então vigente, que se caracterizava pela censura da imprensa, o que desencadeava a omissão de grande parte dos acontecimentos a seguir expostos. De referir ainda a consulta exaustiva dos diferentes periódicos editados pela AEIST, dos quais foi retirada informação de extrema importância.

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, pág. 115.

As entrevistas efectuadas ocupam um lugar de particular relevância, não só pela nova informação trazida em relação à documentação escrita, como também pelo facto de possibilitarem a demonstração da perspectiva de quem viveu os acontecimentos. Robert G. Burgess afirma que cada sociedade possui aspectos que não estão documentados em registos escritos, daí que seja necessário utilizar as fontes orais para tornar esses aspectos visíveis.<sup>9</sup>

Tendo em consideração as precauções que os estudos científicos devem observar quanto à fiabilidade e validade dos dados provenientes de fontes orais, procedeu-se à confrontação dos mesmos com outros oriundos de outras fontes documentais. Por outro lado, o testemunho oral permite suprir algumas das lacunas do registo documental, pelo menos no que se refere aos períodos mais recentes. Neste contexto, cumpre referir que só foi possível tomar conhecimento de vários factos a partir dos testemunhos orais, dado que aqueles não surgem referenciados nos documentos disponíveis.

A História Oral surge assim como reveladora de acontecimentos do passado sobre os quais só os testemunhos orais nos podem elucidar, reavivando perspectivas desaparecidas. A oralidade oferece ainda a possibilidade de interpelação directa com o propósito de explicar com maior detalhe determinados factos ou aparentes discrepâncias presentes nos registos documentais que perduraram e ainda expor as sensações vividas pelos interlocutores em determinadas situações o que, não obstante ser profundamente relevante, não é transmitido pelos documentos escritos. Acrescente-se ainda a possibilidade dos testemunhos elaborados, impregnados de diversas sensações, poderem constituir eles mesmos, conteúdos musealizáveis,<sup>10</sup> materializando-se deste modo a palavra num objecto

Optou-se por dividir a estrutura do trabalho em cinco partes, a saber: a primeira referente à iniciação do estudante no espaço IST, demonstrando-se quais os processos de adaptação existentes; a segunda relativa às sociabilidades estudantis, abordando-se a forma como os estudantes conviviam entre si, com particular ênfase para o relacionamento entre sexos no contexto de uma escola marcadamente masculina; a terceira, na qual se discorre sobre as imagens e realidades dos estudantes no Instituto, com ênfase para a dicotomia aluno–ensino; a quarta, pela qual se analisa a acção do

---

<sup>9</sup> Robert G. Burgess “Personal Documents, Oral Sources and Life Histories”, *Field Research: a Sourcebook and Field Manual*, Londres, George Allen & Unwin, 1982, pp. 131-135.

<sup>10</sup> Considere-se, a título de exemplo, os seguintes projectos: a nível nacional, o Museu da Pessoa da Universidade do Minho e, no âmbito internacional, The Chemical Heritage Foundation. Em ambos os casos a palavra ocupa um lugar de destaque como conteúdo de uma colecção.

organismo estudantil responsável pela representação dos alunos, a AEIST, evidenciando o seu carácter interventivo e dinamizador no meio estudantil; e por último a quinta, onde se expõe as agendas reivindicativas dos estudantes do Instituto com maior destaque no âmbito do Pós-Guerra e década de 1950. A estrutura apresentada procura reflectir a intenção de caracterizar em primeiro lugar os alunos do IST, partindo depois para a AEIST, o organismo que se pretende representativo dos seus interesses, e por fim perceber as motivações dos alunos, as suas inquietações e as suas agendas reivindicativas.

# 1. INICIAÇÃO

**“Começou mais um ano lectivo no Instituto Superior Técnico. Cerca de duas centenas de Jovens entraram no ambiente universitário, abandonando o liceu, a terra e às vezes a família. Uma primeira sensação de confusão e solidão passa pelo espírito de muitos dos nossos novos colegas, oriundos do Continente ou Ilhas, África ou Ásia.”<sup>11</sup>**

## 1.1. O primeiro contacto num meio estranho

O choque e o sentimento de abandono assumiam-se provavelmente como os estados de espírito mais recorrentes entre os novos alunos de engenharia que chegavam pela primeira vez em cada início de ano lectivo ao IST. A transição brusca da actividade e da metodologia adoptadas no liceu para as equivalentes da Universidade constituía um dos factores que ampliavam ainda mais esse grande impacto, atento o evidente contraste nessa matéria entre aquelas duas instituições. Paralelamente, cabe salientar que na maioria dos liceus os alunos mantinham uma relação próxima com colegas e professores, pelo que o contacto com um espaço estranho originava alguma timidez e desconfiança<sup>12</sup>. Nesse contexto, a adaptação tornava-se ainda mais complicada, o que era acentuado pelo ambiente das aulas e o incentivo constante à obtenção de boas classificações, como refere um aluno:

No primeiro contacto senti-me infeliz, no liceu éramos acompanhados de perto pelos professores e no IST havia centenas de alunos. Desse primeiro contacto resultou que eu vinha do liceu com média de 16 e no 1.º ano tive média de 13. Houve um certo desconforto nessa transição, depois fui melhorando, porque me fui adaptando às condições de trabalho no IST, fiquei com média de 15, mas à custa de muito esforço.<sup>13</sup>

Por outro lado, o factor idade contribui fortemente para explicar o choque sentido pelos alunos recém-chegados ao IST, dado que muitos entravam nessa instituição universitária relativamente novos, o que coincidia ainda com a saída da casa

---

<sup>11</sup> *Programa de Recepção aos Novos Alunos 1954*, Lisboa, AEIST, [s.d]

<sup>12</sup> *Semana de Recepção aos novos alunos, 9 a 15 de Novembro de 1953*, Lisboa, AEIST, [s.d].

<sup>13</sup> Testemunho de Manuel Alves Marques, Lisboa, 23/03/2007.



dos seus pais, no caso dos que eram originários do Ultramar ou da “província”. Neste âmbito, Manuel Macara revela a sua experiência: “No IST éramos colocados ao abandono, era um choque enorme a mudança do liceu para o IST aos 17 anos.”<sup>14</sup>

Por outro lado, a frequência de um curso de engenharia constituía, em alguns casos, uma tradição familiar, a qual era respeitada, pelo que, nas situações em que um recém-chegado possuía um irmão a estudar no IST, o impacto por si sentido era substancialmente atenuado. Armando Myre Dores constituiu um paradigma dessa asserção, na medida em que o seu primeiro contacto com a escola foi bastante menos complicado do que para a maioria dos seus colegas, dado que era o mais novo de vários irmãos que cursaram engenharia, tendo chegado a coexistir com um deles no IST, pelo que essa instituição de ensino superior constituía um tópico frequente nas conversas familiares. Acrescente-se ainda que no IST foi acompanhado na sua entrada por outros colegas do Colégio Militar, como se pode constatar no seguinte testemunho:

Tive sempre uma relação muito amigável com o IST. Tinha estado no Colégio militar e entrei no IST com um conjunto de colegas, cerca de cinco, vindos do colégio militar que foram para diferentes cursos. Digamos que vinha acompanhado, (...) e tinha o meu irmão já no IST, que me apresentou a alguns colegas. Portanto entrei com muita facilidade, não tive aqueles problemas que alguns jovens têm a entrar na universidade, não houve choque nenhum, integrei-me bem na universidade sem qualquer problema. Sempre tive uma relação amigável e boa com o IST.<sup>15</sup>

## **1.2. Apoio à integração**

### **1.2.1. Semana de Recepção ao Novo Aluno**

Em 12 de Novembro de 1951, teve início a primeira Semana de Recepção ao Novo Aluno do IST, organizada pela AEIST. O programa deste evento, distribuído por toda a escola, continha uma nota explicativa sobre o seu objectivo, designadamente “quebrar o isolamento natural” que se verificava no início de cada ano, entre os “novos

---

<sup>14</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

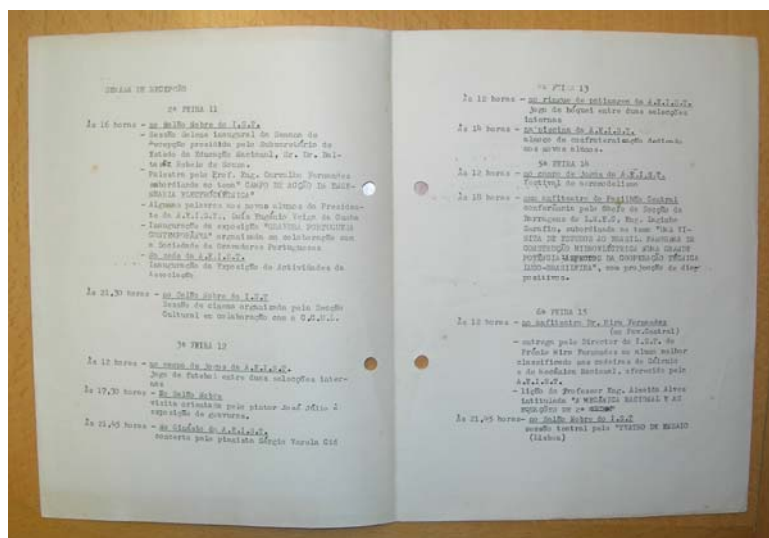
<sup>15</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

e velhos alunos”, de forma a estabelecer “entre todos os laços de camaradagem académica” que deviam existir.

Paralelamente, o evento em análise visava divulgar não só a estrutura e as actividades organizadas pela AEIST, como também procurava, num âmbito mais alargado, sensibilizar os recém-chegados para os problemas inerentes à vida estudantil e motivá-los para a participação nos trabalhos da Associação, como comprova o seguinte excerto retirado do *Programa de Recepção aos novos alunos de 1951-52*:

Integrar os novos alunos mais rapidamente na vida associativa, esclarecê-los e interessá-los pelos seus próprios problemas, mostrando-lhes que estes só se resolvem pela união e conjugação de esforços e chamá-los a ocupar na Associação o lugar que existe sempre para todos.<sup>16</sup>

Neste sentido, através da leitura dos diferentes programas disponíveis relativos ao evento em abordagem, verifica-se uma preocupação em todos eles de se incluir iniciativas de divulgação da AEIST, nomeadamente exposições, palestras e brochuras explicativas da sua orgânica e actividades, dando o devido destaque às diferentes secções que a compunham.



**Figura 1:** Programa da Semana de Recepção ao Novo Aluno, realizada de 11 a 17 de Novembro de 1957 (APPF) Foto: Mónica Maurício

<sup>16</sup> *Programa da Semana de Recepção aos novos alunos, 1951-1952*, Lisboa, AEIST, 1951.

A preocupação com a divulgação do evento foi adquirindo importância de modo progressivo, tendo-se verificado no ano de 1954 um cuidado especial com a produção de propaganda. O presidente da AEIST, António Melo Coelho, e o vice-presidente, José Manuel Protes da Fonseca, “acompanhados dos seus colegas, receberam (...) representantes dos jornais e da Rádio, aos quais mostraram a exposição<sup>17</sup> da IV Semana da Recepção aos Novos Alunos (...), revelaram, também, o programa das actividades”<sup>18</sup> para o ano lectivo 1954/ 1955.

Por outro lado, o apoio prestado pela Direcção e pelo corpo docente do IST à Semana de Recepção ao Novo Aluno foi sempre constatável desde 1951 até 1959, constituindo disso um exemplo a presença frequente de elementos da direcção e do corpo docente nas diversas iniciativas. Neste âmbito, era habitualmente proferida uma palestra por um professor, versando sobre uma temática relacionada com a profissão de engenheiro. Como o *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955-56* comprova: “A visita do Sr. Director e do Corpo Docente do IST à nossa sede foi um acto cordial e simbolizante da colaboração que sempre procurámos fomentar entre professores e alunos e que os novos colegas bem devem ter compreendido”.<sup>19</sup>

O programa do evento em análise agradaria à opinião pública em geral, como noticia o *Noticiário da AEIST*, referindo que em 1951 estiveram presentes mais de 2500 pessoas. Esse órgão de imprensa adianta ainda que “uma fracção muito considerável dos alunos permaneceu ainda desinteressada ou divorciada”, embora adiantando: “estamos porém satisfeitos e certos que já no próximo ano se irá bem mais longe, organizando uma Semana mais variada e interessando mais estudantes”.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> A exposição da IV Semana de Recepção aos Novos Alunos consistia numa demonstração das diferentes secções e das respectivas actividades aos alunos, sendo-lhes apresentadas, desta forma “as nossas actividades e todos os segredos do mecanismo desta grande engrenagem que é a AEIST”, *Programa da Semana da Recepção aos novos alunos, 1954*, Lisboa, AEIST, 1954.

<sup>18</sup> *Diário de Notícias*, 8 de Novembro de 1954.

<sup>19</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/1956*, Lisboa, AEIST, [s. d.], p. 16.

<sup>20</sup> *Noticiário da AEIST*, nº1, Lisboa, AEIST, Novembro de 1951, p. 1.



**Figura 2:** Cerimónia no âmbito da Recepção de Semana ao Novo Aluno, no Salão Nobre do IST, década de 1950. (Fotografia cedida por Mary Evelyn Dóres)



**Figura 3:** Cerimónia no âmbito da Recepção de Semana ao Novo Aluno, no Salão Nobre do IST, década de 1950. (Fotografia cedida por Mary Evelyn Dóres)

O sucesso do evento, que era visível no meio IST, transpunha os muros desta instituição, atenta a forte afluência de público que não pertencia nem ao corpo discente nem ao docente. O concerto tocado pela Orquestra Sinfónica Nacional, dirigida pelo Maestro Pedro Freitas Branco, representava a iniciativa mais concorrida, atingindo uma dimensão de evento integrante da agenda cultural da cidade, ultrapassando assim o âmbito do próprio programa da Semana de Recepção ao Novo Aluno. Esta ideia pode ser comprovada através da análise das frequentes notícias publicadas na imprensa acerca desse concerto, pela qual se observa que ocasionalmente são efectuadas referências autónomas à sessão musical, não mencionando o evento em que se integra, atestando o seu prestígio no quadro do ambiente cultural da sua época.



**Figura 4:** Programa do Concerto pela Orquestra Sinfónica Nacional dirigida pelo maestro Pedro de Freitas Branco, 10 de Novembro de 1955 (APPF) Foto: Mónica Maurício

A Semana de Recepção ao Novo Aluno foi alvo de várias alterações durante a década de 1950, tendo as sucessivas direcções da AEIST mantido uma constante preocupação em “criar novidades e introduzir modificações”.<sup>21</sup> A inovação constituía um traço característico, observando-se a tentativa anual de superação do ano anterior em termos de diversidade e qualidade dos eventos.

Para além das iniciativas já referidas, de destacar a título exemplificativo as sessões fonográficas comentadas por João Freitas Branco, a habitual visita ao Museu Nacional de Arte Antiga conduzida pelo então Director dessa instituição, Dr. João Couto, a realização de um festival desportivo e de sessões variadas de cinema, entre outros eventos de carácter cultural e desportivo.<sup>22</sup>

Esta Semana integrava ainda uma festa de confraternização com baile, realizada pela primeira vez em 1953. Relativamente a esta iniciativa, Domingos Raimundo, presidente da AEIST de então, recorda:

Organizei o primeiro baile, aqui [IST] só havia o baile de finalistas, que era muito importante, mas como eu vinha da Faculdade de Ciências e lá havia um baile de recepção ao novo aluno (...) fui eu que organizei a recepção (...). Foi uma festa muito celebrada, toda a gente foi, embora não estivessem habituados. E fizemos outra coisa importante na altura da recepção, que foi um concerto pela Orquestra Sinfónica

<sup>21</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 15.

<sup>22</sup> Vide Anexo I.

Nacional, com o Maestro Pedro de Freitas Branco, que era um maestro muito conhecido. O concerto foi muito concorrido.<sup>23</sup>

De referir ainda que no ano de 1954 teve lugar a inauguração do Lar de Estudantes do IST<sup>24</sup>, que foi produto dos esforços envidados por sucessivas direcções da AEIST e marcou de forma significativa a Semana de Recepção ao Novo Aluno.

### **1.2.2. O chá das Caloiras**

O Chá das Caloiras consistia numa recepção organizada pelas alunas mais velhas do IST às recém-chegadas, com quem bebiam chá e conversavam um pouco. Apresentou sempre a particularidade de ser um evento que não se integrava na organização da Semana de Recepção ao Novo Aluno. Desta forma, ainda que se pudesse verificar uma coincidência temporal entre a realização de ambas as iniciativas, a entidade organizadora do evento em apreço não era a AEIST, mas sim um conjunto de raparigas que habitualmente frequentavam o espaço conhecido por “sala das raparigas”, situado no Edifício Central do IST.

O Chá das caloiras, tal como a sala das raparigas, surge ainda hoje bem presente na memória nos alunos do IST, e embora a Semana de Recepção ao Novo Aluno tenha alcançado um patamar mediático e simbólico mais elevado, as raparigas recordam-se com mais facilidade da iniciativa feminina, chegando mesmo ao ponto de em alguns casos não haver lembrança da recepção geral, mas apenas da empreendida pelas raparigas:

Não me lembro da existência de nenhuma recepção geral, mas sim da recepção das caloiras. Lembro-me de fazerem nessa altura uma recepção, que era um chá, que não durou muitos anos. As raparigas mais velhas preparavam um chá e recebiam muito simpaticamente, havendo uma que era a madrinha e tirava-se um retrato.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

<sup>24</sup> Este espaço ficava situado na Av. Almirante Reis, n.º256, 5.º esquerdo, e dele beneficiavam 15 estudantes, que pagavam o valor de 250\$00 escudos mensais, o que incluía o alojamento, banhos, tratamento de roupa e pequeno-almoço. Veja-se, *Diário de Notícias*, 8 de Novembro de 1954.

<sup>25</sup> Testemunho de Maria Joaquina Silvério, Lisboa, 29/03/2007.



**Figura 5:** Chá das caloiras, Novembro de 1957. (Fotografia cedida por Maria Joaquina Silvério)

Este chá das caloiras propiciava a constituição de amigas que se viriam a fortalecer ao longo dos anos vindouros, o que era facilitado, entre outras razões, pelo facto de existir um reduzido número de raparigas que estudavam no IST na época em estudo.<sup>26</sup>



**Figura 6:** Objectos representativo – Serviço de chá utilizado na década de 1950. Foto: Luísa Especial (cedido por Luísa Especial)

---

<sup>26</sup> Nesse domínio, o curso de Engenharia Químico-Industrial constituía uma excepção, pois na década de 1950, chegava a entrar no 1º ano lectivo o mesmo número de rapazes e raparigas.

### 1.2.3. O não à praxe

O ambiente de recepção ao novo aluno no IST caracterizava-se pela forma amigável e isenta de recurso a qualquer tipo de ritual dito tradicional com que eram recebidos os alunos recém-chegados. O tratamento desta temática implica uma inevitável confrontação com o ambiente estudantil de Coimbra, que revela um nítido contraste entre a ambiência vivida no IST no início de cada ano lectivo e a equivalente coimbrã, marcada pelas praxes.<sup>27</sup> Desta forma, segundo Nuno Caiado, os estudantes de Coimbra expressavam alguma dificuldade em compreender os seus colegas de Lisboa, porque não possuíam a vida estudantil concebida no seio da “sociedade tradicional” coimbrã, sendo desta forma alvo frequente de desconfiança<sup>28</sup>. Em Coimbra, os estudantes deparavam-se, ao chegarem à Universidade, com um ambiente caracterizado por lendas, símbolos e modos de uma “sociedade tradicional” que cultivava orgulhosamente a sua especificidade<sup>29</sup>, de forma bem diferente face ao que sucedia em Lisboa. Como afirma Luís Reis Torgal, a praxe académica em Coimbra era considerada como um factor de agregação dos estudantes, contribuindo para conferir um “sentido próprio à autonomia universitária coimbrã”.<sup>30</sup>

À semelhança do que sentiam os estudantes de Coimbra relativamente aos do IST, também estes se sentiam diferentes dos primeiros. Através da análise de vários testemunhos de alunos do IST, depreende-se que o ser diferente de Coimbra significava receber os novos colegas de forma civilizada e provida de sentimento de inter-ajuda ao próximo:

Os caloiros eram mimados, não havia aquela coisa das praxes, de fazer partidas.

A recepção era: os alunos que já lá estavam a receberem os mais novos como se

---

<sup>27</sup> Veja-se Manuel Alberto Carvalho Prata, “A Praxe na Academia de Coimbra, das práticas às representações”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, IHTI-FLUC, 1993, pp. 161-176.

<sup>28</sup> Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990, p. 31.

<sup>29</sup> Miguel Cardina refere ainda: “Uma série de imagens sobrepunham-se harmoniosamente na composição do quadro coimbrão: uma instituição universitária de aura mitificada; um espaço geográfico “romantizado”, onde os estudantes circulavam num composto de boémia, estudo, fado e namoros”, *A politização do meio estudantil coimbrão durante o Marcelismo*, dissertação de mestrado em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas apresentada à FLUC, Coimbra, 2005. Exemplar policopiado, p. 14.

<sup>30</sup> Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo: O caso de Coimbra, 1926-1961*, Coimbra, Editorial Minerva, 1999, p. 193.



estivessem em sua casa. Era esse o espírito, totalmente contrário ao espírito de Coimbra. Havia festa, jogos e ciclos de cinema e música.<sup>31</sup>

Nós tínhamos pena dos nossos colegas de Coimbra que recebiam os alunos com aquelas praxes que considerávamos uma coisa medieval. Um aluno que chegava ao IST, em vez de ser recebido com aquelas selvajarias, era recebido de forma amigável, de braços abertos, havia palestras, concertos, etc....<sup>32</sup>

Havia uma tendência anti-praxe, pois não sendo contra Coimbra, não aceitávamos a praxe. A Associação fazia uma Semana de Recepção aos Novos Alunos com um programa bastante completo, com aspectos de informação geral acerca do funcionamento da Associação e do Técnico, aspectos da AE, a saúde, o desporto, as folhas, etc....<sup>33</sup>

Esta ideia de organização de uma recepção desprovida de praxe era comentada de igual modo fora do meio universitário, como se pode verificar através da leitura da imprensa que noticiava a Recepção do Novo Aluno no IST, de que é exemplo um artigo de Novembro de 1955:

Era de tradição acolher o “caloiro” de qualquer curso com tremendas e celebradas “partidas”. O “caloiro” suportava-as, cabeça abatida, conformado sem qualquer tentativa de rebelião. O “veterano”, possante e feroz dominava, reinava, imperava. Agora já não. O costume perde-se, quebra-se, esquece-se. Deste modo a Associação do Instituto Superior Técnico realiza desde há cinco anos uma Semana de Recepção aos Novos Alunos.<sup>34</sup>

O “carácter civilizado” da Recepção ao Novo Aluno, assim apontado pelos antigos alunos do IST, traduzia-se num conjunto de iniciativas culturais que representava um motivo de orgulho para os seus organizadores, devido ao reconhecimento do êxito quer pela população não estudantil, quer por alunos e principalmente pela direcção da escola. A diversidade das iniciativas, que os alunos

---

<sup>31</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

<sup>32</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

<sup>33</sup> Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

<sup>34</sup> *Diário de Notícias*, 13 de Novembro de 1955, p. 4.

fazem questão de referir, como se pode observar nos testemunhos acima citados é considerada como fonte de valorização para a AEIST, a entidade organizadora.

O sucesso êxito alcançado pela Semana de Recepção ao Caloiro estendia-se para a vida de alguns alunos por muitos anos. Neste período, faziam-se novas amizades, que perduraram, em muitos casos, para além do fim da vida estudantil. Ainda hoje, vários alunos entrevistados, cerca de 50 anos após a conclusão da licenciatura, continuam a organizar jantares com os ex-colegas. Por outro lado, o evento em análise promovia o sentimento de apoio entre os alunos que entravam no IST que, assim, quando frequentavam as primeiras aulas, já conheciam alguns colegas. Neste sentido, de acordo com a opinião de vários alunos, esta iniciativa tornava a entrada na escola menos traumática.

## 2. DINÂMICAS DE SOCIABILIDADES ESTUDANTIS

No meu curso em que deveríamos ser cerca de cem, chegámos ao fim apenas doze, pois era uma selecção muito grande. O primeiro ano era comum a todos. O ambiente era muito bom, de cooperação, até a nível escolar, em que emprestavamos folhas uns aos outros. Temos imensas saudades e falamos nisso nos almoços que hoje fazemos com os antigos alunos. O ambiente era bom e continuou a sê-lo ao longo das nossas vidas.<sup>35</sup>

### 2.1. O Espaço e o convívio

#### 2.1.1. Convivência no espaço IST

Os alunos do IST tinham ao seu dispor amplos espaços destinados ao convívio, localizados no interior do “campus universitário” situado no cimo da Alameda D. Afonso Henriques. O edifício tinha sido concebido para albergar um projecto pedagógico de grande envergadura, que tinha sido iniciado nas precárias instalações “do velho edifício do Conde Barão”, que “não oferecia condições, nem de espaço, nem de qualidade”.<sup>36</sup> Desta forma, as novas instalações do Instituto, apetrechadas com largas áreas e cuja construção foi concluída no ano lectivo de 1936/37, ofereciam aos estudantes o que Alfredo Bensaúde desde o início do projecto tinha desejado: “O Instituto deveria possuir (...) umas salas onde pudessem estudar ou simplesmente divertir-se honestamente e estabelecer entre si relações de intimidade, preciosas para as suas futuras carreiras, desviando-os ao mesmo tempo de más companhias e de mil perigos”.<sup>37</sup>

A elevada carga horária e o número reduzido de alunos, que no ano lectivo de 1950/51 se cifrava em 1075<sup>38</sup>, distribuídos por cinco cursos<sup>39</sup>, propiciavam o conhecimento mútuo e convivência entre os estudantes e contribuíam para criar laços de amizade.

---

<sup>35</sup> Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

<sup>36</sup> *A Universidade Técnica de Lisboa e os seus mestres: Notas Biobibliográficas*, prefácio de Moses Amzalak, Lisboa, Editorial Império, 1956, p. 707.

<sup>37</sup> Alfredo Bensaúde, *Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, [cop. 2003], p. 14.

<sup>38</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, ano lectivo 1950/51.

<sup>39</sup> Os cinco referidos cursos eram: Engenharia Civil, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Minas e Engenharia Químico-Industrial.

O espaço arquitectónico em si próprio previa e incentivava a interacção entre os alunos, pois os pavilhões possuíam espaços destinados ao lazer e ao estudo dos alunos, o que se deveu, em parte, à acção da AEIST, que tentou criar dentro dos próprios pavilhões zonas de estudo.

O facto do 1.º ano ser constituído por uma turma comum a todos os alunos funcionava como factor promotor da interacção e conhecimento entre eles, cabendo referir que, no ano lectivo de 1950/51, se encontravam inscritos no primeiro ano um total de 337 estudantes.<sup>40</sup> Importa assinalar que nem todos os alunos que frequentavam o curso geral do 1.º ano eram recém-chegados, contando-se entre eles alguns repetentes, particularmente devido à existência de um sistema de precedências, que condicionava a transição de ano à aprovação obrigatória em todas as disciplinas. Esta interacção entre alunos novos e alunos já antigos propiciava o conhecimento dos espaços, hábitos e vivências pelos primeiros a partir dos segundos. Manuel Macara, aluno de Engenharia Civil, recorda o seu 1.º ano no IST: “Convivíamos bastante, conhecíamos-nos quase todos, éramos para aí uns mil. Embora houvesse os vários pavilhões, conhecíamos pessoas dos vários cursos, dado que o 1º ano era comum”.<sup>41</sup>

Existiam vários espaços verdes situados entre os pavilhões que, juntamente com as escadas exteriores do Pavilhão Central, eram utilizados por vários alunos em dias solarengos para sociabilizar e conversar sobre vários assuntos. Segundo a recolha dos testemunhos orais, as conversas incidiriam principalmente sobre questões pedagógicas, designadamente as aulas, os professores e os exames e questões de lazer, como o futebol. Conforme indica um aluno: “Os meus colegas falavam de futebol, eu não. Às segundas-feiras já sabia que não falava com ninguém, por que só se falava de futebol. Havia colegas com quem eu discutia política, História, tudo, e havia outros colegas com quem eu não falava muito”.<sup>42</sup>

Mesmo existindo a possibilidade de conviverem entre si, eram vários os alunos que, por vários motivos não usufruíam de um convívio intenso, pelo principal motivo de residirem longe do IST, e despenderem um elevado período de tempo nas deslocações entre a residência e a escola, o que os obrigava à consagração dos períodos de tempos livres para o estudo. Sobre essa matéria, um antigo aluno afirma: “O período de aulas

---

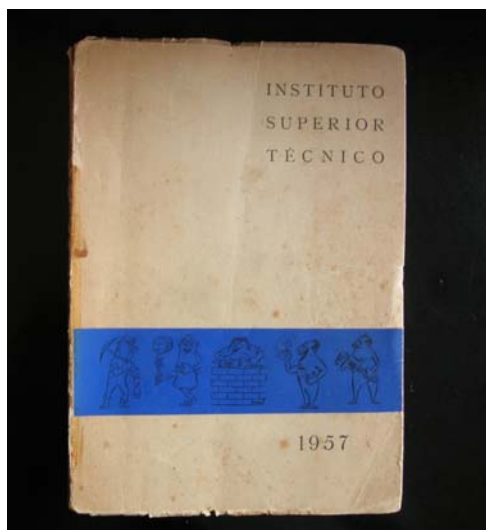
<sup>40</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, ano lectivo 1950/51.

<sup>41</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

<sup>42</sup> Testemunho de Bernardo Jerosch Herold, Lisboa, 12/02/2007

era muito pesado, tinha pouco tempo para estudar, e assim que as aulas acabavam voltava para casa. Não tinha grande contacto com os meus colegas”.<sup>43</sup>

No âmbito da vida estudantil do IST, cumpre destacar três momentos directamente relacionados com a finalização do curso, que constituíam “as suas comemorações”, e eram vividos com euforia.<sup>44</sup> O primeiro era a elaboração do Livro de Curso, que compilava o conjunto de informações referentes aos acontecimentos dos vários anos do curso, que incluíam por vezes “críticas bastante arrojadas” aos professores,<sup>45</sup> aos colegas e à convivência, com versos e caricaturas. Esse livro era fundamentalmente uma caracterização de um agrupado de vivências e sociabilidades, sendo que são vários os alunos que ainda hoje guardam um exemplar desse livro repleto de recordações. O segundo momento seria constituído pela viagem de fim do curso, um acontecimento marcante na vida dos estudantes, pois para muitos seria a última vez que todos estariam reunidos num momento de grande convívio. O terceiro momento, o baile de finalistas, tornar-se-ia uma imagem de várias gerações e constituiria um evento bastante aguardado pelos alunos. Sobre este acontecimento, o *Noticiário da AEIST de 1951* refere o seguinte: “O baile terá a colaboração das seguintes orquestras: Casanova e Internacional. Colabora também Carlos Villaret (...) o serviço da ceia estará a cargo da Pastelaria Benard. Como de costume o traje é de rigor”.<sup>46</sup>



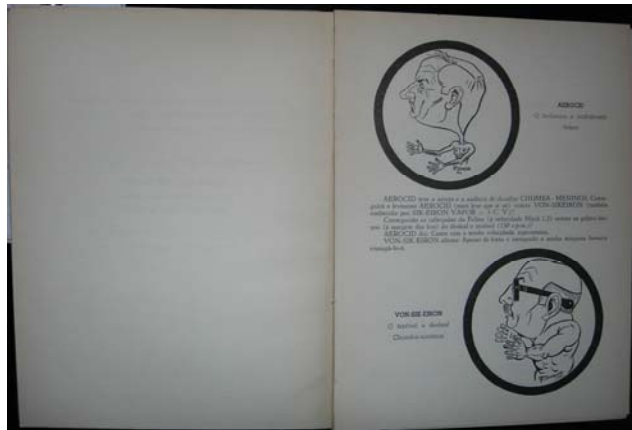
**Figura 7:** Livro de Curso 1956/57 Foto: Mónica Maurício (cedido por Bernardo Jerosch Herold)

<sup>43</sup> Testemunho de Manuel Alves Marques, Lisboa, 23/03/2007.

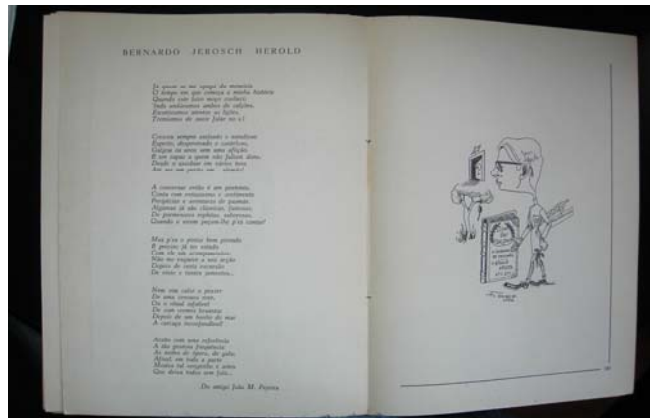
<sup>44</sup> *Relatório e Contas da Actividade da Direcção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 56.

<sup>45</sup> Testemunho de Bernardo Jerosch Herold, Lisboa 12/02/2007.

<sup>46</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º4, Abril de 1951, p. 14.



**Figura 8:** Livro de Curso 1955/56, caricaturas e versos sobre professores Foto: Mónica Maurício (cedido por Bernardo Jerosch Herold)



**Figura 9:** Livro de Curso 1955/56, caricaturas e versos sobre alunos Foto: Mónica Maurício (cedido por Bernardo Jerosch Herold)

Durante os vários anos dos cursos, eram realizadas várias viagens de estudo, a locais com interesse técnico para os futuros engenheiros, que contribuía para o estreitamento das relações de amizade e aprofundamento dos laços de camaradagem entre os colegas.



**Figura 10:** Viagem de estudo a Dax, Mines de Potassium, 1954 (cedido por Bernardo Jerosch Herold)



**Figura 11:** Viagem de Estudo a Hendaye, 1954 (cedido por Bernardo Jerosch Herold)

### **2.1.2. Vida de café**

Os cafés situados nas áreas circundantes do IST constituiriam lugares onde seria possível encontrar com frequência grupos de alunos do Instituto, que acorriam àqueles espaços com o intuito de conviver e/ou estudar. Constavam, entre os espaços de convívio de eleição, os cafés Império, Copacabana, Mexicana, Pão de Açúcar, São Remo, entre outros.

Importa assinalar que nem todos os alunos experienciavam o mesmo tipo de relacionamento com aqueles espaços, podendo-se neste âmbito estabelecer uma divisão do comportamento dos alunos em três grupos, conforme os dados obtidos nos testemunhos, a saber: i) os que frequentariam os cafés sistematicamente; ii) os que frequentavam esporadicamente e iii) os que nunca frequentavam.

O primeiro grupo, composto por alunos que frequentavam os cafés sistematicamente, quase diariamente, faziam-no com diversos fins, nomeadamente estudar, conversar, realizar tertúlias ou simplesmente conviver. Regra geral, estes estudantes habitavam nas proximidades do IST, fosse em casa dos pais, ou em casas e quartos alugados. Neste quadro, como nos indica um antigo aluno, “Havia alguns como eu que não tinham cá a família, encontravam-se na Mexicana e em frente na Copacabana era nesta zona aqui que nos encontrávamos e dávamo-nos com colegas que tinham cá a família. Havia uma certa camaradagem. Era divertido”.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

Haveria depois os estudantes que frequentavam esporadicamente os cafés, fosse por que tinham dificuldades financeiras que os impediam de fazer mais frequentemente, ou porque, como alguns referiram, tinham preferência por encontros em casa de amigos, de forma a poderem falar de assuntos de forma mais aberta, atenta a conjuntura política de então. É exemplo o testemunho de uma aluna:

Lembro que nos encontrávamos bastante na casa do José Bernardino e dos irmãos que ficava na Av. de Roma e que era um local de encontro de estudantes de várias faculdades e também num sótão de um amigo. Também nos encontrávamos no Pão de Açúcar, ainda que não pudéssemos falar à vontade nos cafés.<sup>48</sup>

Por último, haveria estudantes que nunca ou raramente frequentaram cafés durante o tempo de formação no IST, sendo na sua maioria alunos que moravam a uma grande distância das instalações do Técnico, o que ditava o regresso a casa imediatamente a seguir ao fim do período das aulas: “Não frequentava cafés. Os cafés para estudar só mais tarde é que apareceram, porque tinha-se que pagar o dinheiro para tomar o café, e não havia. Eu chegava a casa às 21h e estudava até às 24h, e no outro dia levantava-me às 5h, era uma vida difícil”.<sup>49</sup>

Afigura-se de assinalar que o fenómeno de vida de café parece ter ganho uma importância progressiva no decurso da década de 1950, pois no final da década o número de alunos a frequentarem os cafés seria bastante maior, tornando-se em muitos casos um hábito quase diário, mantido com o fim de passar tempo com os amigos. Luís Aires Barros recorda as antigas tertúlias:

Encontrávamo-nos no café Mexicana e no Copacabana, tínhamos uma tertúlia que decorria todas as noites, depois de jantarmos, por volta das 20:30 e ficávamos cerca de uma hora e meia. Éramos rapazes que não tínhamos os pais em Lisboa e vivíamos em quartos alugados (os meus pais estavam no Ultramar), havendo pessoas que eram donas de prédios e se dedicavam a alugar quartos. Vinham pessoas das ilhas, da província, do Ultramar.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> Testemunho de Maria Joaquina Silvério, Lisboa, 29/03/2007.

<sup>49</sup> Testemunho de Bento Dias, Lisboa, 05/04/2007.

<sup>50</sup> Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.



A denominada vida de café marcou indubitavelmente a vivência dos alunos, inerente ao facto de ter sido palco de conversas e acções de grande importância para o desenrolar da vida estudantil e associativa. É disso exemplo o caso de José Prostes da Fonseca, antigo dirigente associativo, que viria a preparar o seu programa de candidatura à presidência da AEIST no ambiente de café, com os seus colegas.

Desta forma, o café era um local de eleição para os estudantes, que chegavam a preferir esse espaço a outros locais, que seriam convencionalmente considerados mais usuais para os estudantes frequentarem. Sobre este âmbito, um antigo aluno partilha a sua experiência:

Os colegas encontravam-se muito no café. O café onde eu sempre estudei, durante os seis anos de curso, foi na Mourisca (essencialmente à noite), na Av. António Augusto Aguiar, mas também estudava em casa, como era evidente. No IST lembro-me de ter estudado algumas vezes na biblioteca do IST. Lá eram muito rigorosos, exigiam casaco e gravata até no Verão. Lembro-me de uma vez não me deixarem entrar na biblioteca, pelo que não deveria levar gravata nem casaco. Estudei essencialmente no café e em casa.<sup>51</sup>



**Figura 12:** Café Mexicana situado na Av. Guerra Junqueiro, Lisboa (1962. Fotografia de Vasques, Arquivo Fotográfico da C.M.L)

---

<sup>51</sup> Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

### 2.1.3. Na Associação

O espaço da AEIST era um local privilegiado para o convívio entre estudantes do IST, na medida em que dispunha de várias salas onde os alunos podiam estudar, conversar, ler jornais e livros, jogar e efectuar trabalho associativo. Além desses espaços, existia um bar situado na Cantina, considerado pelos estudantes como um local de eleição, dado que os preços eram mais baratos que os praticados fora do espaço IST. Depois havia o desporto, que trazia aos espaços desportivos da Associação um grande número de estudantes, que lá conviviam nos períodos em que o espaço não estava reservado para treinos desportivos das equipas das diferentes modalidades, como se pode verificar pelas recordações de uma aluna sobre os momentos passados neste espaço: “costumava ir jogar *ping-pong* e ténis, as instalações eram maravilhosas, tinham lá tudo”.<sup>52</sup> No cômputo geral, a AEIST era vista pelos alunos como um local de convívio e de construção de amizades por excelência, em que as condições do espaço funcionavam como factores propiciatórios a que assim fosse. Neste sentido, um antigo aluno recorda: “A AEIST era o local de encontro por excelência, tinha boas instalações, espaços suficientes, a biblioteca, a zona da cantina, as várias secções onde as pessoas se podiam encontrar, ou seja, tinha vários espaços onde as pessoas conviviam”.<sup>53</sup>



**Figura 13:** Bar da cantina da AEIST, década de 1950 (cedido por Mary Evelyn Soares)

<sup>52</sup> Testemunho de Mary Evelyn Soares, Lisboa, 08/03/2007.

<sup>53</sup> Testemunho de Armando Myre Soares, Lisboa, 28/02/2007.

A AEIST constituía assim um espaço onde se podia falar abertamente de todos os assuntos,<sup>54</sup> e onde o convívio entre rapazes e raparigas era mais impulsionado e real que no espaço do IST. Na década de cinquenta, devido ao ainda reduzido número de alunos que frequentavam a Universidade e, conseqüentemente, que frequentavam o espaço da AEIST, desabrochavam fácil e naturalmente laços de amizade e camaradagem entre quem frequentava a Associação. Aqui conviviam alunos dos diferentes cursos, anos, idades, ideologias, ou seja uma miscelânea de diferentes pessoas que procuravam o edifício da Associação não só para trabalharem no movimento associativo, mas também para conviverem. Sobre as conversas e a permanência na Associação, um aluno recorda o tempo em que frequentava este espaço: “Na AEIST, com os colegas que ali participavam, falávamos muito sobre as questões associativas, a parte cultural, social, desportiva, a parte política também tinha importância, mas não o aspecto partidário dos partidos políticos”.<sup>55</sup>

O facto de existirem grupos de interesses diferenciados foi lembrado por quem frequentava este lugar, mas também por quem tinha apenas a perspectiva de observador: “Eu tinha a seguinte convicção: a AE era uma oportunidade de convivência de estudantes de diferentes opções políticas e com isso eu prezava muito a Associação”.<sup>56</sup> Para explicar a existência de grupos diferenciados, concorre ainda a possibilidade de se poder conviver e discutir de forma aberta no espaço da AEIST, como refere um antigo colaborador: “O ambiente era bom, embora houvesse vários grupos na AEIST, mas ainda bem, fazia com que houvesse opiniões diferentes, se houvesse uma só opinião era muito mau. A parte associativa foi muito importante para nós, ensinou-nos a confrontar ideias com os outros e a respeitá-las”.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Segundo o testemunho de alguns dirigentes da AEIST, podia-se falar abertamente na Associação, mas com alguns limitações, dado que alguns informadores frequentariam a aquele espaço para investigar os comportamentos de alguns alunos. Os referidos dirigentes defendem que a identidade desses informadores era conhecida, o que resultava numa mudança de comportamento dos dirigentes aquando da presença desses informadores no espaço da Associação. A identidade de alguns informadores passava a ser de conhecimento público quando acontecia um colaborador da Associação ser chamado à PIDE e aperceber-se de que estes tinham conhecimento de determinadas conversas e actividades, às quais só poderiam ter acedido a partir de determinada pessoa.

<sup>55</sup> Testemunho de José Myre Dore, Lisboa, 16/03/2007.

<sup>56</sup> Testemunho de Alves Marques, Lisboa, 23/03/2007.

<sup>57</sup> Testemunho de José Myre Dore, Lisboa, 16/03/2007.

## 2.2. Práticas Culturais

O tempo fora do período de aulas era aproveitado por muitos para conviver com os amigos que tinham sido criados no âmbito do IST. Para além de frequentarem as várias iniciativas culturais organizadas pela AIEST, alguns alunos tinham como hábito a frequência de Cinema. Um aluno relembra as idas ao cinema com os amigos:

Naquela altura ia-se muito ao cinema e criaram-se 3 grandes cinemas, o Império, O Monumental e S. Jorge (que tinha um órgão que tocava antes das sessões). Também íamos ao Tivoli que também fazia concertos. Íamos quinzenalmente ao cinema, era o tempo do Realismo Italiano e nessa altura os cinemas tinham dias diferentes de estreias.<sup>58</sup>

No âmbito de outras práticas culturais verificadas entre os alunos do IST, cumpre destacar a assistência de espectáculos de Ópera no Teatro de S. Carlos e de concertos de música clássica.

Os alunos oriundos de fora de Lisboa mantinham um contacto mais próximo e constante com os colegas, na medida em que enquanto os colegas que viviam em casa dos pais iam para junto das famílias quando o dia de aulas terminava, os estudantes cuja família se encontrava fora de Lisboa, regra geral, conviviam e saíam mais, primeiro porque partilhavam casas com outros colegas, que se influenciavam mutuamente para sair e conviver e segundo porque não estavam sujeitos ao controlo dos pais, acabando por conhecer também alunos de outras faculdades e de várias idades. Muitos destes alunos tinham como hábito sair à noite, indo muitas vezes a Alfama para assistir aos espectáculos de fados.<sup>59</sup>

Para além das práticas culturais referidas, os alunos do IST tinham como hábito realizar jantares e acampamentos com os colegas e amigos do Instituto. Segundo os testemunhos, os jantares eram sobretudo entre colegas do mesmo curso, o que se explicava pelo seu maior tempo de convivência, factor facilitador do fortalecimento de amizades.

---

<sup>58</sup> Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.

<sup>59</sup> Testemunho de António Quintela, Lisboa 12/02/2007



**Figura 14:** Jantar de convívio de alunos do IST num restaurante de Lisboa, década de 1950 (cedido por Bernardo Jerosch Herold)



**Figura 15:** Alunos do IST num acampamento, [s.d.] (AAEIST)

## **2.3. Raparigas num universo de Rapazes**

### **2.3.1. O convívio entre os dois géneros**

O IST era, sem dúvida alguma, um local frequentado maioritariamente por rapazes, cingindo-se os elementos do sexo feminino a uma pequena minoria. Na década de cinquenta, as raparigas representavam um número reduzido relativamente à totalidade de estudantes que frequentava as universidades portuguesas, observando-se,

no entanto, uma evolução do ano lectivo de 1950/51, em que a percentagem de estudantes do sexo feminino era de 24,9% para o de 1958/59, em que era de 29,6%.<sup>60</sup>

No IST, o desequilíbrio entre o número de alunos de ambos os sexos era ainda mais acentuado, dado que não era comum as raparigas frequentarem um curso de engenharia. No ano de 1950/51, em 1075 alunos inscritos, apenas 60 (5,58%) eram do sexo feminino, enquanto que no ano de 1958/59, em 1776 alunos, existiam 185 (10,42%) alunas.<sup>61</sup>

**Quadro 1:** Alunos matriculados no IST segundo o sexo.

Sexo/Ano	1945/46	1950/51	1951/52	1952/53	1953/54	1954/55	1958/59	1960/61
<b>Masculino</b>	1017	1015	1076	1002	1002	1114	1671	1739
<b>Feminino</b>	35	60	61	85	73	76	105	181
<b>TOTAL</b>	1052	1075	1137	1087	1075	1190	1776	1920

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, anos lectivos 1945/46, 1950/51, 1951/52, 1952/53, 1953/54, 1954/55, 1958/59 e 1960/61.

A realidade do IST reflectiria o espírito pouco aberto da sociedade da época, em que rapazes e raparigas eram habituados a manter um certo distanciamento nas suas práticas sociais. Nesse contexto, são vários os alunos que referem a existência nessa época de um desconforto geral entre os dois sexos. Um antigo aluno recorda-se igualmente da reduzida familiaridade sentida pelos rapazes na presença de raparigas, tratando as colegas do sexo feminino de forma diferente à que habitualmente se verificava entre alunos do sexo masculino. Esse tratamento assumia um carácter mais reverente, sendo as raparigas tratadas por “você” pelos rapazes, o que não sucedia no liceu.<sup>62</sup>

O espaço AEIST constituiria uma excepção neste contexto, dado que ainda que se verificasse de igual forma um número bastante reduzido de raparigas, a relação entre os dois sexos processava-se de outro modo.<sup>63</sup>

<sup>60</sup> A. Sedas Nunes, “A Universidade no sistema social português” in *Análise Social*, n.º32, Vol. VII, pp. 646-707.

<sup>61</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, anos lectivos 1950/51 e 1958/59.

<sup>62</sup> Manuel Alves Marques, Lisboa, 27/07/2007.

<sup>63</sup> Testemunho de Mary Evelyn Does, Lisboa, 08/03/2007.

### 2.3.2. Sala das Raparigas

A “sala das raparigas” representa uma recordação comum à memória da quase totalidade dos antigos alunos do IST, devido ao peculiar facto de subsistir um espaço cuja entrada era exclusivamente reservada a raparigas, contrariando assim o espírito e o ambiente vividos nas aulas.<sup>64</sup> A existência de um lugar de convívio frequentado somente pelo sexo feminino desenvolvia a vontade dos alunos do género masculino de poderem transpor as portas desse espaço proibido. Paralelamente, para alguns alunos, não faria qualquer sentido a existência de um espaço daquele tipo, sobretudo se inserido no que se pode designar por “sociedade moderna”.

Nunca lá entrei [sala das raparigas], (...) era uma discriminação, pois elas tinham uma sala e nós não. A esmagadora maioria dos alunos eram rapazes, talvez 90%, pois a profissão de engenheiro era quase considerada como exclusivamente masculina naquela altura. Existe um pouco a ideia de que nos anos 50 havia um fosso muito grande entre rapazes e raparigas, o que não é verdade e fala-se de forma exagerada de discriminação. A minha vivência foi, no geral, marcada por um convívio saudável com as raparigas, pois havia uma boa convivência entre rapazes e raparigas, nomeadamente na AEIST. Nunca houve grandes entraves a isso e o convívio e as idas ao cinema eram algo natural no IST, dado que a universidade estava muito mais adiantada do que o conjunto da sociedade da época, sem dúvida. A sala era uma iniciativa do IST e não da AEIST, pois esta nunca faria uma discriminação desse tipo.<sup>65</sup>

Não deixa de ser extremamente curioso que se encontrem associadas várias designações utilizadas para designar a sala em questão, nomeadamente “sala das raparigas”, “aquário”, “gineceu”, “sala da JUC”, entre outras. Esta diversidade de predicativos poder-se-á explicar pela existência de diferentes memórias individuais, produtos de diferentes vivências e cujas especificidades são fruto não só de um contexto específico bem enquadrado temporalmente como também da interacção com grupos de amigos. Neste sentido, pode-se constatar uma clara diferenciação da designação desse espaço, variando consoante o período, pelo que a denominação “sala das raparigas” se

---

<sup>64</sup> Embora o número de raparigas presentes no IST fosse reduzido, a convivência com os rapazes no espaço das aulas era inevitável, ao contrário do que sucedia no Ensino Primário, Liceus e Escolas Técnicas, onde geralmente se estabelecia a separação física de rapazes e raparigas.

<sup>65</sup> Testemunho de Armando Myre Soares, Lisboa, 28/02/2007.

verifica sobretudo no discurso de indivíduos que frequentaram o IST durante as décadas de 1940 e 1950; a de “aquário” no final da década de 1950 e início de 1960; a de “gineceu” na década de 1960.

Em sentido inverso, a denominação “sala da JUC” atravessa várias décadas, o que poderá explicar-se essencialmente por dois factores: um primeiro relacionado com a existência próxima, no Pavilhão Central, de um espaço de reunião e de convívio dos elementos da JUC<sup>66</sup>, e do local onde se situava a “sala das raparigas”, o que provocava uma associação entre ambos; e um segundo ligado à percepção de que aquelas raparigas que frequentavam a “sala das raparigas”, por privilegiarem o convívio entre membros do sexo feminino, denotavam características dos membros da JUC, como o seu isolamento social, tomando em consideração o universo social do IST. Através da análise destes dois exemplos, podemos inferir que a memória surge como um conjunto de sensações, que se traduz no primeiro caso pela associação a um espaço – Pavilhão Central – e no segundo caso a uma ideia – raparigas fechadas socialmente.

Embora a maioria das raparigas que foram alunas do IST na década de 1940 e 1950 frequentasse a “sala das raparigas”, tal não significava que as vivências de convívio de todo o universo feminino do IST se circunscrevessem a esse espaço, na medida em que existia quem assumisse outras preferências: “Havia uma sala só para raparigas no pavilhão central, mas eu nunca fui de estar lá muito tempo, sempre estive mais na AEIST”.<sup>67</sup>

Esta sala situar-se-ia no local onde se encontra actualmente a Secção de Pessoal<sup>68</sup> no IST, e teria resultado de uma iniciativa da Direcção da escola, em resposta à necessidade das raparigas terem um espaço onde pudessem ter “um comportamento longe dos olhares dos rapazes”.<sup>69</sup>

O seu encerramento terá ocorrido no ano de 1968, por iniciativa de um grupo de estudantes que considerava que a sala representava um atentado aos direitos das

---

<sup>66</sup> A JUC mantinha uma sala no edifício central no IST, sendo vários os testemunhos que atestam a existência de actividades de relevo levadas a cabo por elementos desta organização junto dos estudantes do Técnico. Neste contexto, cumpre assinalar a acção de Maria de Lourdes Pintasilgo, líder da JUCF, que foi estudante de Engenharia Químico-Industrial no IST entre 1947 e 1953. De referir ainda que, entre 15 e 19 de Abril de 1953 realizou-se no IST o I Congresso da JUC, com o tema “A Universidade e o pensamento católico”.

<sup>67</sup> Testemunho de Mary Evelyn Does, Lisboa, 08/03/2007.

<sup>68</sup> Testemunho de Alves Marques (não gravado), Lisboa, 27/07/2007.

<sup>69</sup> Testemunho de Paula Fonseca (não gravado), Lisboa, 26/05/2007.



mulheres. Segundo o testemunho de uma dirigente associativa<sup>70</sup> interveniente nos acontecimentos, teve lugar uma votação para pôr fim àquela situação, sendo o resultado da votação inesperado, dado que as frequentadoras da sala, denominadas “as católicas”,<sup>71</sup> se manifestaram contra o encerramento da sala, pois viam naquele espaço um refúgio social onde podiam sentar-se à vontade, não se preocupando com as saias, e podiam falar abertamente sobre assuntos de raparigas, longe dos olhares indiscretos dos rapazes. O encerramento da sala foi o resultado de um conjunto de iniciativas levadas a cabo por vários alunos indignados, recordando a este título António Redol:

A sala das raparigas acabou com “o assalto à sala das raparigas”, que foi uma confusão. O director do IST mantinha a sala, porque devia achar que as raparigas precisavam de uma sala para estarem à vontade. (...) Os rapazes não tinham uma sala de convívio, mas as raparigas tinham....<sup>72</sup>

Bernardo Jerosch Herold, professor no IST no ano de 1968, testemunha:

Em 1968 foi vista [a sala das raparigas] pelo Movimento Estudantil como um símbolo daquilo que de mais reaccionário havia no Técnico. Houve uma ocupação da sala (...) e o IST fechou. Havia um apoio da JUC e do Director do IST à existência da sala das raparigas, para que houvesse um espaço onde não pudessem ser incomodadas e não houvesse misturas. No IST, na década de 50, ainda havia uma grande dificuldade no relacionamento entre rapazes e raparigas. A maior parte das conversas passava-se em grupos separados. Também havia ainda um preconceito em relação às capacidades das raparigas de virem a exercer no futuro certas funções profissionais tradicionalmente exercidas por homens.<sup>73</sup>

Cabe assinalar o contraste existente no que se refere às opiniões relativamente à existência da “sala das raparigas”, entre as suas habituais frequentadoras e aqueles que não a frequentavam (rapazes e raparigas), os quais não concordavam com a existência

---

<sup>70</sup> Testemunho de Paula Fonseca (não gravado), Lisboa, 26/05/2007.

<sup>71</sup> A partir das entrevistas realizadas, deduz-se que, no final dos anos sessenta, a analogia feita pelos alunos entre a “sala das raparigas” e a JUC feminina aumentou relativamente a décadas anteriores, pois enquanto que na década de 1940 se afirmava que aquele espaço era frequentado por elementos da JUC, na década de 1960 já se afirmava que era controlado pela JUC.

<sup>72</sup> Testemunho de António Redol, Lisboa, 11/04/2007.

<sup>73</sup> Testemunho de Bernardo Jerosch Herold, Lisboa, 12/02/2007.

desse espaço, o que se verificava pelo facto desse tópico constituir um tema de conversa bastante recorrente entre os alunos.

A “sala das raparigas” foi, sem dúvida, um dos espaços emblemáticos do IST, na medida em que terá sido um pequeno mundo, testemunho de conversas e vivências de várias gerações de mulheres, implantado num mundo de homens.

### 3. ESTUDANTES: IMAGENS E REALIDADES

#### 3.1. Imagens do estudo, dos professores e dos estudantes

O ensino no IST era reconhecido pela sua exigência, onde os alunos eram sujeitos a uma carga horária bastante exigente. A revista *Técnica* informa que eram “vulgares os horários que indicam 44h de aula semanais e encontram-se mesmo alguns com 48”.<sup>74</sup> Estes horários densos teriam sido estabelecidos “com o fim de manter o aluno num ambiente de trabalho, capaz de o preparar para enfrentar as dificuldades da vida profissional”.<sup>75</sup> Desta forma, os alunos viam-se obrigados a adoptar um método de estudo que lhes permitisse simultaneamente efectuar a gestão do seu tempo e obter sucesso a nível escolar. Um artigo do *Boletim da AEIST* define o grau de exigência que um aluno de engenharia no IST deveria possuir:

A condição humana é limitada e louco será o que o ignore. No entanto, àqueles que pretendem ascender a um escol e não apenas a um título, àqueles a que incumbem especiais responsabilidades, e na hora actual da vida portuguesa pesadíssima é a iniludível tarefa do engenheiro, deve exigir-se, por imperativo, pode dizer-se que categórico, o máximo esforço e não apenas algum esforço.<sup>76</sup>

Em face dessa pressão que impelia constantemente os alunos a atingirem o melhor nível possível, conjugada com outras dificuldades de índole académica, afigurava-se essencial a manutenção de um bom ambiente entre os diversos colegas. Neste contexto, uma das imagens associadas aos alunos do Técnico era de que “as pessoas se dedicavam muito ao trabalho, escondiam as coisas [apontamentos], mas nem tudo o que se dizia era verdade”,<sup>77</sup> como afirma Domingos Raimundo, que estudou na Faculdade de Ciências antes de ir terminar o curso ao IST, tomando assim conhecimento, através da sua vivência pessoal, das opiniões exteriores relativamente à sociabilidade no Instituto.

Um antigo aluno que estudou ininterruptamente no IST durante todo o seu curso, procura desmistificar essa percepção do exterior, referindo acerca da sociabilidade no

---

<sup>74</sup> *Técnica*, n.º183, Lisboa, AEIST, Maio de 1948, p. 939.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 940.

<sup>76</sup> *Boletim da AEIST*, n.º4, Lisboa, AEIST, Novembro de 1955, p. 1.

<sup>77</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

IST que “o ambiente era bom, havia cooperação a nível escolar, emprestávamos as folhas uns aos outros”.<sup>78</sup>

Os alunos recém-chegados sentiam geralmente um “choque tremendo” aquando do início do ano lectivo, principalmente no referente ao grau de exigência das aulas, a matéria propriamente dita e a forma como era leccionada. Ao referir-se ao primeiro teste, um aluno refere que havia “cerca de 40 alunos e houve 3 ou 4 notas positivas baixas”, na medida em que mesmo os alunos que entravam com notas muito altas obtinham resultados que “correspondiam a cerca de metade da nota com que vinham”, o que mostraria que “o liceu não faria mais do que mostrar” que se cumpria “um certo número de itens”, o que faria com que a pessoa entrasse no IST sem uma preparação verdadeiramente adequada.<sup>79</sup>

A Disciplina de Oficinas era qualificada pelos alunos como de elevado grau de dificuldade, devido ao facto de ser uma disciplina de teor marcadamente prático e exigente a nível físico. As raparigas faziam parte do grupo com mais dificuldades nestas disciplinas, como nos revela o testemunho de uma antiga aluna: “No 1.º ano, as oficinas de carpintaria e de serralharia eram muito complicadas para as raparigas, mas havia cuidados e atenções especiais connosco”.<sup>80</sup> Paralelamente, os testemunhos dos alunos de Engenharia Químico-Industrial mencionam as aulas de Laboratório como tendo sido muito importantes na sua formação académica, tal como as aulas de Oficinas devido ao seu conteúdo prático.



**Figura 16:** Alunos e o Professor Pierre Laurent num laboratório de Química no IST, década de 1950 (cedido por Bernardo Jerosch Herold)

<sup>78</sup> Testemunho de José Myre Dóres, Lisboa, 16/03/2007.

<sup>79</sup> Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.

<sup>80</sup> Testemunho de Mary Evelyn Dóres, Lisboa, 08/03/2007.



**Figura 17:** Alunos a trabalharem num laboratório de Química no IST, década de 1950, (cedido por Bernardo Jerosch Herold)

Cumprе referir que as disciplinas de Física I e Física II terão marcado, sem dúvida, muitos estudantes do IST, por serem consideradas por muitos como as disciplinas mais difíceis do curso.

As disciplinas no IST tinham precedência, o que ocasionava o facto de vários alunos irem estudar para a Faculdade de Ciências, onde faziam as disciplinas em atraso, regressando depois ao IST.<sup>81</sup> Como um aluno recorda: “Para espanto meu apareço chumbado a Química (...), pensei vou ficar pendurado um ano por uma cadeira, então fui para a Faculdade de Ciências, fiz lá o 2º e 3ºano e depois regresssei em 1951 para o IST, fiz os outros anos sem problemas nenhum”.<sup>82</sup> Por outro lado, os que não optavam por essa solução, permaneciam no IST a frequentar as disciplinas em que tinham reprovado, sendo que em alguns casos poderia ser só uma. Diversos testemunhos orais referem que os alunos que colaboravam na AEIST, e que ficavam um ano lectivo a fazer uma só disciplina, aproveitavam o tempo livre para participar com maior intensidade e dedicação no trabalho associativo.

O facto de se verificar anualmente um grande número de reprovações em algumas disciplinas, designadamente Física, gerava um elevado número de faltas aos exames. O Director do IST, Belard da Fonseca, procurando solucionar essa situação,

---

<sup>81</sup> A revista *Técnica* num artigo intitulado “Breves Notas sobre o ensino no IST” chama a atenção para a situação das equivalências das disciplinas: “os que, (...) pretendem tirar cada uma das cadeiras na escola em que ela é mais facilitada, por ser aí considerada de menos importância ou por qual quer outra razão acidental”. *Técnica*, n.º183, Maio de 1948, Lisboa, AEIST, p.942.

<sup>82</sup> Testemunho de António Melo Coelho, Lisboa, 02/04/2007.

incumbiu o Dr. António Cavaco Catita, médico da AEIST, de uma tarefa que o próprio explica:

Devido ao grande número de estudantes que faltavam aos exames, o Professor Belard da Fonseca propôs-me que fosse a casa dos alunos reconhecer as doenças, eu aceitei, ganhava 50 escudos. Nessa altura passei a trabalhar também para o IST. Havia uma Sr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Figueiredo que tomava nota dos nomes dos alunos que faltavam, fazia uma lista, e eu tinha 48 horas para os ir ver. Foi um período muito alegre, eles tinham qualquer problema e eu ia lá. Passado talvez uns dois anos, já era director do IST o Eng. Alves, pedi-lhe uma audiência e fui-lhe dizer que tinha falhado na minha missão: “eu chego a casa dos alunos e sou aldrabado, eles sabem que prefiro ser o aldrabado do que o aldrabão, eles inventavam sempre umas doenças”. Ele disse-me que eu não tinha falhado, porque antigamente faltavam muitos mais alunos aos exames, pelo facto de os obrigarmos a ficar em casa 48 horas para serem vistos pelo médico, que podia aparecer ou não (eu não conseguia ir a casa de todos). Em Física II, com o Prof. Silveira, faltavam quase todos, eu não tinha tempo para ir ver todos. Além de ir ver os alunos a casa também ia ao Lar que ficava perto do Areeiro quando eles faltavam aos exames, os alunos decoravam os sintomas das doenças e inventavam o que estavam a sentir, diziam que sofriam quase sempre de enxaquecas.<sup>83</sup>

Segundo as memórias dos alunos,<sup>84</sup> os docentes mais marcantes no âmbito do ensino do IST teriam sido: Pierre Larent (Química Orgânica I e II), Alberto Manzanares (Hidráulica), Aureliano Mira Fernandes,<sup>85</sup> considerado um matemático de excelência; António da Silveira (Física I e II), e Magalhães Ilharco (Química Geral e Química Inorgânica). Existem abundantes imagens associadas a este último professor, nomeadamente o ser conhecido pelo facto de, ao mesmo tempo que leccionava a matéria, pedir aos alunos que sublinhassem de uma dada cor uma determinada parte da lição, o que ditava que todos os alunos tivessem que possuir um conjunto de canetas coloridas. Sobre esta questão, os alunos referem o curioso fenómeno dos cadernos

---

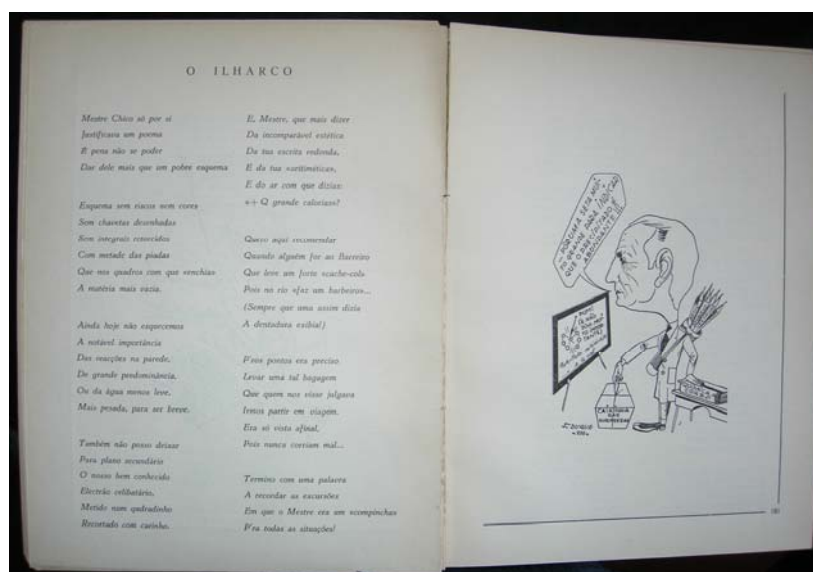
<sup>83</sup> Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.

<sup>84</sup> Baseia-se na memória dos alunos recolhida através de testemunhos cedidos em várias entrevistas que foram efectuadas para a elaboração deste estudo. Tendo em consideração que este tema é bastante subjectivo, dado que as lembranças são diferentes consoante o indivíduo que as produz, pretendeu-se reconstituir a memória conjunta de um grupo a partir de uma amostragem.

<sup>85</sup> Atento o prestígio do professor Mira Fernandes, a AEIST criou, no início da década de trinta, o Prémio Mira Fernandes, que contemplava o melhor aluno do ano. Consulte-se *Estatutos da AEIST*, Lisboa, AEIST, 1934.

pertencentes à cadeira leccionada pelo professor Ilharco, independentemente dos anos lectivos a que se referiam, serem iguais: um misto de cores. Diversos estudantes recordam o acto de irem à *Desportiva*, papelaria junto ao IST, e pedirem um conjunto de cores à Ilharco. O Livro de Curso de 1956/57, na página dedicada a este professor, podia-se ler num verso: “Vazio para a cabeça e bom para a íris, Muitos traços e cores è à Malhoa, O método do nosso ... ilh... arco-íris, Inorgânica! Geral! Cesse o pavor, Que aquilo é sempre o mesmo, é tudo cor”.<sup>86</sup>

Além da imagem de “professor das cores”, este docente marcou os alunos, principalmente os do curso de Engenharia Químico-Industrial, pelo menor distanciamento que mantinha em relação aos alunos, dado que eram várias as viagens de estudo que fazia em cada ano lectivo, fazendo-se acompanhar muitas vezes pela sua esposa e filha, contrastando assim com a postura habitual assumida pelos outros docentes do IST.



**Figura 18:** Livro de Curso 1955/56, página com versos e caricatura dedicados ao professor Magalhães Ilharco (cedido por Bernardo Jerosch Herold) Foto: Mónica Maurício

De assinalar que diferentes disciplinas possuíam parte teórica e prática, sendo esta última leccionada por assistentes, que por vezes eram ainda alunos dos últimos anos, que conciliavam assim as duas actividades.<sup>87</sup> O facto de um aluno poder vir a ser escolhido para assistente representava um estímulo para a obtenção de bons resultados.

<sup>86</sup> *Livro de Curso dos Alunos do IST, 1956/57*, Lisboa, AEIST, 1957.

<sup>87</sup> *Técnica*, n.º23, Junho de 1951, Lisboa, AEIST, p. 542.

Relativamente ao relacionamento entre professores e alunos, pode-se considerar que, no cômputo geral, seria marcado por um acentuado distanciamento.

### 3.2. Proveniência dos estudantes

Segundo Nuno Caiado, a maioria dos estudantes das Universidades provinha de famílias abastadas economicamente e da alta burguesia, à semelhança do que sucedia nas restantes universidades de Lisboa.<sup>88</sup>

O jornal *AEIST* cita um estudo realizado no ano de 1952 a partir de inquéritos, que visava apreender as condições económicas das famílias dos estudantes dos estabelecimentos universitários nacionais, ainda que só tenha conseguido obter resposta de apenas 15% do universo estudantil. As respostas revelaram que 5,5% se consideravam pobres, 52% de família remediada, 37% com vida desafogada, 3,5% ricos, não tendo respondido 2%. Relativamente à profissão desempenhada pelos pais dos estudantes, as respostas revelaram em maior número as profissões liberais e seguidamente funcionário superior do Estado ou Organismo Corporativo. Pode-se concluir, através da análise desses dados, que a maioria das famílias viveria medianamente ou de forma desafogada.<sup>89</sup> No parecer de António Nóvoa, manter-se-ia uma lógica elitista na frequência do ensino superior, que se organizava a partir de um processo escolar bastante selectivo e de uma limitação acentuada no acesso à Universidade.<sup>90</sup>

Não obstante os dados referidos, o número de alunos de famílias com dificuldades económicas seria significativo, sendo prova disso a grande utilização dos serviços sociais colocados ao dispor pela AEIST, tais como a Cantina, Serviço Médico ou a Caixa de Empréstimos e de Honra, bem como a existência de agendas reivindicativas da AEIST, à semelhança de outras AE's, no sentido de conseguir a efectivação de um maior apoio social aos estudantes.

Em muitos casos, diversos alunos provenientes da província, que tinham de se deslocar da sua terra natal para vir estudar para Lisboa e que eram oriundos de famílias

---

<sup>88</sup> Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990, p. 31.

<sup>89</sup> *AEIST*, n.º8, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1959, p. 1.

<sup>90</sup> António Nóvoa, "Ensino Superior" in Fernando Rosas e M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário da História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 306.



remediadas, possuíam despesas bastantes elevadas, dado que além dos custos com os estudos, tinham que destinar uma verba para habitação, que na maioria dos casos era dispendida em quartos ou casas alugadas. A esse montante-base poderiam ser acrescentados os custos de utilização de outros serviços, tais como refeições e roupa lavada, o que se verificava frequentemente, preferindo grande parte dos alunos alugar um quarto com estas condições. Através da análise às fichas de sócio da AEIST, que possuem a respectiva morada, pode-se depreender que uma manifesta maioria dos estudantes vivia nas imediações da Escola, o que corresponde em parte ao elevado número de quartos e casas alugadas nessa zona, de acordo com os testemunhos de antigos alunos.

A partir dos estudos anualmente realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, que ilustram a proveniência espacial dos estudantes do IST,<sup>91</sup> é possível demonstrar que cerca de 50 % dos alunos do IST não provinham do distrito de Lisboa.

Comparando a origem geográfica dos estudantes do IST de 1945/46 e 1955/56, verifica-se que no primeiro, num universo de 1052 alunos, apenas 517 (49,14%) provinham do distrito de Lisboa enquanto no segundo, considerando um total de 1479 estudantes, se constata que 709 (47,94%) provinham do distrito de Lisboa. Deste último grupo, os estudantes eram oriundos, por ordem decrescente, do “Império Colonial”, do distrito de Santarém, do distrito de Faro e das Ilhas.<sup>92</sup>

Assim sendo, a título de exemplo, refira-se que no ano lectivo de 1954/55, num universo de 1180 alunos que estavam matriculados no IST, 118 (10%) estudantes provinham do Ultramar, 68 (5,76%) de Santarém, 50 (4,24%) de Faro e 53 (3,64%) das ilhas.<sup>93</sup> Em sentido inverso, de referir que os distritos de onde era proveniente um menor número de estudantes eram Bragança, Vila Real, Braga e Viana do Castelo. Estavam matriculados no ano lectivo 1954/55, 7 (0,59%) alunos de Viana do Castelo, 6 (0,51%) de Bragança, 6 (0,51%) de Braga e 6 (0,51%) de Vila Real.<sup>94</sup>

Junto ao IST encontrava-se a Casa dos Estudantes do Império, local onde habitavam vários alunos do IST. Porém, uma parte do grupo de estudantes vindos do Ultramar optava por outras soluções de alojamento, como nos revela antigo aluno:

---

<sup>91</sup> Vide Anexo I.

<sup>92</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, anos lectivos 1945/46 e 1955/1956.

<sup>93</sup> Vide Quadro II em Anexo.

<sup>94</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, ano lectivo 1954/55.

Estive em alguns quartos em que havia a possibilidade de usufruir de pensão completa. Estive em quartos em que tinha só jantar e outros em que tinha almoço e jantar (...). Tive em cerca de 5 quartos enquanto estive no IST. Todos nas redondezas do Técnico. Havia muita gente que vinha do Ultramar. Estes alunos que provinham de fora de Lisboa faziam parte do grupo que mais utilizava os serviços da AEIST, principalmente a Cantina.<sup>95</sup>

Estes alunos que provinham de fora de Lisboa faziam parte do grupo que mais utilizava os serviços disponibilizados pela AEIST, principalmente a Cantina.

---

<sup>95</sup>Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.

## 4. AEIST, UMA ILHA DE DEMOCRACIA

**“A Associação dos Estudantes deve ser considerada como uma das partes da grande fábrica de engenheiros que é o Instituto Superior Técnico”<sup>96</sup>**

### 4.1. Espaço, Estrutura organizativa e Actividades

A AEIST foi fundada no ano de 1911, com elaboração de estatutos de 11 de Dezembro do mesmo ano, localizando a sua sede no edifício do Instituto Superior Técnico. No âmbito logístico, a década de 1930 constituiria um ponto de viragem, na medida em que o projecto de novas instalações<sup>97</sup> do IST, corporizado no *campus universitário* no cimo da Alameda D. Afonso Henriques, previu a construção de um edifício propositadamente destinado para a AEIST, que viria a ser ocupado efectivamente no ano lectivo de 1936/37.

Essa alteração de espaço ficaria associada a “uma nova fase de desenvolvimento, favorecida por um ambiente extremamente favorável e um aumento considerável de estudantes no IST que desembocaram num súbito crescimento da AE”.<sup>98</sup> A propósito desta alteração de instalações, o *Boletim da AEIST* de Maio de 1945, expunha:

O nosso Instituto era no “Barracão” (...). Em 1936 surgiu o novo Técnico e a sua disposição e grande desenvolvimento separou os estudantes em “caixas” (...). À Associação coube um belo edifício próprio e ele foi-se transformando, pouco a pouco, aumentando as secções já existentes e criando outras.<sup>99</sup>

O espaço destinado à AEIST constituiu sempre um factor marcante ao longo da sua quase centenária existência no que se refere ao desenvolvimento da sua dinâmica de actividades. Cabe assinalar que, no momento da mudança para as novas instalações em 1936, a AEIST passou a ser a única AE de Lisboa com edifício próprio e exclusivo para a função associativa concebido desde o projecto, o que valorizava, sem dúvida, as actividades da Associação e potenciava o seu prestígio junto das restantes AE's. Este aspecto é recordado com orgulho pelos antigos dirigentes: “A AEIST era muito forte

---

<sup>96</sup> *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s. d.] p. 15.

<sup>97</sup> Projecto iniciado no ano de 1927 por Porfírio Pardal Monteiro.

<sup>98</sup> *Relatório e Contas da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, 1950, p. 43.

<sup>99</sup> *Boletim da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Maio de 1945, p. 1.

relativamente às outras e uma das razões fundamentais era porque tinha instalações privilegiadas. Para a época eram muitíssimo boas e tínhamos muitas actividades”.<sup>100</sup>



**Figura 19:** Instituto Superior Técnico, com o edifício da sede da AEIST à esquerda (Arquivo Fotográfico da C.M.L)

A AEIST era composta pelos seguintes órgãos directivos: a Assembleia Geral,<sup>101</sup> a Junta de Delegados, o Conselho Fiscal,<sup>102</sup> a Direcção, a Direcção das Secções e o Conselho Directivo. De referir que o Conselho Directivo era encimado pelo Presidente da Direcção, dele fazendo parte os Directores das várias Secções, tendo como função ajustar o trabalho das várias Secções, reunindo-se no início de cada mês.

O princípio eleitoral era aplicado a qualquer membro dos corpos directivos da AEIST, sendo que todos eram eleitos pelos sócios, à excepção dos directores de algumas secções que eram nomeados “pela Direcção logo após a constituição da mesma”, designadamente os responsáveis pelas áreas de Papelaria, Secção de Folhas, Secção Social, Biblioteca e Departamento Aeronáutico. Os directores das restantes, nomeadamente Cantina, Grupo Desportivo, Secções Fotográfica, Cultural e Pedagógica

---

<sup>100</sup> Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

<sup>101</sup> A Assembleia Geral era constituída pelos sócios “ordinários”, “antigos alunos” e “extraordinários”, sendo que apenas os primeiros tinham direito ao voto. *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (aprovados na reunião da Assembleia Geral de 6 de Junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, p. 8. pasta 98, AAEIST.

<sup>102</sup> A AEIST passou a ter contabilidade organizada a partir do ano lectivo 1946/47, sendo que anteriormente não havia praticamente controlo eficaz das despesas e receitas. *Relatório e Contas da Gerência da AEIST de 1949/50*, Lisboa, AEIST, 1950, p. 24.

eram eleitos no final de cada ano lectivo, em reunião dos sócios interessados, convocada pela Direcção recém-constituída”.<sup>103</sup>

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral<sup>104</sup> e do Conselho Fiscal tinha lugar em meados de Maio de cada ano, sendo eleitos pela Assembleia Geral. Em Maio, tinha também lugar a eleição para Direcção da AEIST, “após a apreciação dos programas dos candidatos” pela Direcção da Associação em Assembleia-geral, propositadamente convocada para esse fim. No seguimento dessa eleição e consequente tomada de posse do Presidente da Direcção da Associação, este nomeava o Vice-Presidente, por si escolhido, e em seguida os restantes membros da Direcção, a quem competia promover a eleição dos Directores de algumas Secções e nomear os restantes. Uma vez constituída a Direcção, tomava posse em Outubro seguinte e em Assembleia Geral eram apreciados o Relatório e Contas da Gerência Anterior.

À Junta de Delegados, criada em 1915, competia representar todos os sócios ordinários, exercendo um carácter representativo de todos os cursos do IST, no qual o delegado eleito por cada curso<sup>105</sup>, assumia a função de porta-voz dos interesses dos alunos do respectivo curso. Os delegados de curso eram eleitos<sup>106</sup> pelos seus colegas, recaindo geralmente a escolha sobre os alunos que mantinham boas relações com o corpo docente. João Cravinho, antigo aluno do IST, afirma, a propósito do funcionamento da Junta de Delegados, que se tratava “de uma organização que toda a gente reconhecia como representativa de todos”.<sup>107</sup>

Tendo em vista a optimização do trabalho por si desempenhado, a AEIST dividia as suas actividades por secções destinadas ao tratamento de assuntos específicos, tendo referido esse organigrama diversas alterações no decurso dos tempos. A década de 1930 constituiu um ponto de viragem nesse sentido, dado que a associação sofreria

---

<sup>103</sup> *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (aprovados na reunião da Assembleia Geral de 6 de Junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, p. 8, pasta 98, AAEIST.

<sup>104</sup> A Mesa da Assembleia Geral era constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário eleitos em Assembleia Geral. *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (aprovados na reunião da Assembleia Geral de 6 de Junho de 1950*, AEIST, Lisboa, 1951, p.10, pasta 98, AAEIST.

<sup>105</sup> A Junta de Delegados era constituída por um delegado de cada curso do 2.º ano ao 6.º ano e outro delegado por cada turma do 1.º ano.

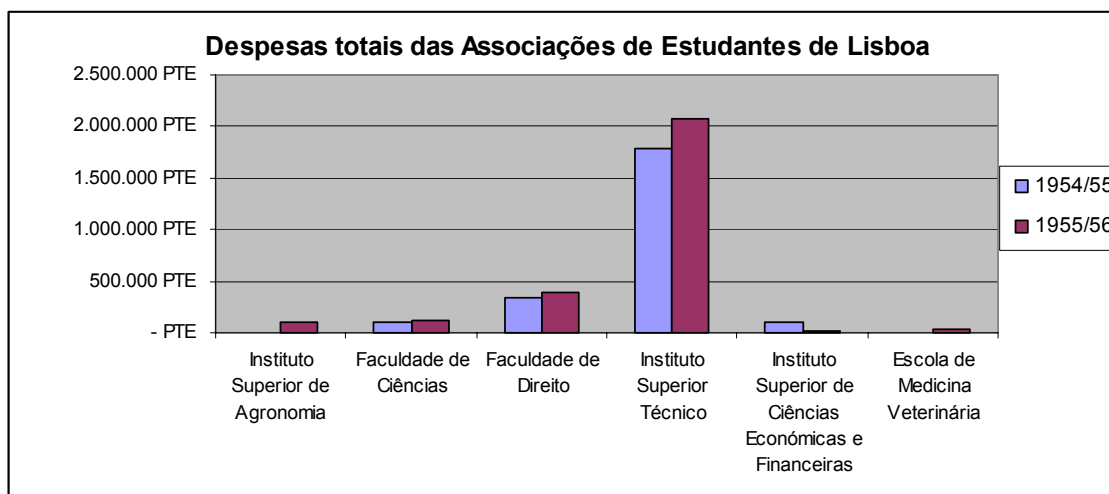
<sup>106</sup> “Os delegados de curso eram eleitos por votação dos seus cursos (sócios e não sócios), em escrutínio secreto no princípio de cada ano lectivo” em reunião realizada em cada curso. No seguimento dessa eleição, procedia-se á eleição do Presidente e dois Secretários, “escolhidos dentre os seus membros”. Veja-se *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, aprovados na reunião da Assembleia Geral de 6 de Junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, pp. 11-12, pasta 98, AAEIST.

<sup>107</sup> Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, nº 21, Lisboa, AEIST, Junho 1997.

uma significativa remodelação no ano de 1933, passando então a incluir quatro secções: “Biblioteca; Secção Desportiva; Caixa de empréstimos de honra e subsídios aos estudantes pobres; e Publicações”.<sup>108</sup> As diversas modificações que foram sendo empreendidas na estrutura organizativa da AEIST procuraram “corresponder ao desenvolvimento das actividades”, o que se pode comprovar nas diversas alterações que foram efectuadas nos estatutos em vigor com o propósito de os tornar mais completos. Como principais alterações, cumpre referir o aumento do número de Secções e as condições de acesso aos cargos directivos.<sup>109</sup>

Como refere Eurico Corvo na revista *Técnica*,<sup>110</sup> a AEIST foi conotada, desde a sua formação, com uma “vitalidade desconcertante”, que se consubstanciava no vasto conjunto de actividades que organizava, marcando a sua acção a diferença no panorama associativo, o que se pode comprovar pelos números expostos no seguinte gráfico.

**Gráfico 1:** Despesas totais das Associações de Estudantes de Lisboa anos lectivos 1954/55 e 1955/56



Fonte: *Relatório sobre as actividades das Associações de Estudantes*, [s. l.], [s. n.], [s.d], Pasta 1, APPF

#### 4.1.1. O apoio social

A AEIST assumia uma vocação de apoio social aos sócios com maiores carências económicas, mediante a acção de vários mecanismos criados especialmente

<sup>108</sup> *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, 1934*, Pasta 1, APPF.

<sup>109</sup> *Técnica*, n.º209-210, Lisboa, AEIST, Fevereiro/Março 1951, p. 364.

<sup>110</sup> *Técnica*, n.º209-210, Lisboa, AEIST, Fevereiro/Março 1951, p. 364.

com esse intuito, como a Caixa de Empréstimos de Honra e Subsídios, a Cantina, um Serviço Médico, entre outros.

De referir que era concedida àqueles associados a possibilidade de isenção de cota<sup>111</sup> da Associação, perante as suas dificuldades económicas de alguns alunos, o que por vezes era difícil de comprovar. Domingos Raimundo conta a sua primeira actividade na AEIST:

Alguns colegas com dificuldades económicas tinham a alimentação gratuita. Eles [Direcção da AEIST] estavam com dúvidas porque alguns desses alunos passavam a vida a ir às matinés do cinema, etc. Via-se que não eram assim tantas as dificuldades. O Chaby [Presidente da AEIST] tinha dúvidas se não estariam a ser injustos ao atribuir essa isenção a alunos que se calhar não precisavam. Para resolver o problema, perguntaram se alguém estava disposto a fazer uma investigação a esses alunos, era escrever para as Juntas de freguesia de onde eles eram, a perguntar se tinham dificuldades económicas. Ninguém se acusou para tomar esta missão, então eu ofereci-me. Juntei talvez uns três colegas e começámos a trabalhar, escrevemos para as Juntas e tivemos respostas, suponho que de uma maneira geral todas se confirmavam. Esta foi a 1º vez que tive um contacto mais de perto. Por causa disso entrei na vida da AEIST.<sup>112</sup>

A Caixa de Empréstimos de Honra e Subsídios constituía um importante mecanismo de apoio social aos associados mais carenciados, mediante a concessão de empréstimos sujeita ao cumprimento de algumas cláusulas previamente estabelecidas. A Associação mantinha a confidencialidade em relação aos sócios que contraíam o empréstimo, exigindo em troca como única garantia “a palavra de honra de quem dele se serve”.<sup>113</sup> Para efectivar o empréstimo, devia “o sócio dirigir-se ao Director da Caixa (2.º Secretário de Direcção) explicando-lhe o fim a que este se destina, depois (...) assinará um compromisso de honra, indicando a forma e o prazo do pagamento”. Sobre esta questão, um antigo dirigente associativo relembra:

Recordo-me que quando fui 2º secretário da Direcção, uma das funções que tive foi gerir um fundo de maneiio de empréstimo de dinheiro aos estudantes. Uma das coisas

---

<sup>111</sup> No ano lectivo de 1953/54 a quota anual da AEIST era de 100\$00, tendo uma jóia no valor de 20\$00. *Associação de Estudantes do IST*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, Setembro de 1953, Pasta 2, APPF.

<sup>112</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

<sup>113</sup> *Boletim da AEIST*, n.º7, Março de 1956, p. 4.

que sempre achei interessantíssimas era o seguinte: nós emprestavamos e eles deixavam um papel, sendo que de uma forma geral as pessoas cumpriam. No meu ano fui responsável por isso. Era muito bonito, porque as pessoas sabiam que se não cumprissem, prejudicavam outros.<sup>114</sup>

Não obstante, caso os alunos não pagassem, a sua dívida era tornada pública, através da elaboração de listas com o nome dos devedores, publicadas no *Boletim da AEIST* e afixadas na sede da Associação.

Os fundos desta Caixa de Empréstimos eram constituídos pelas cotas dos sócios que pertenciam à categoria dos antigos alunos e por contribuições de professores e assistentes do IST. Como se pode observar pelos números apresentados no quadro abaixo incluído, em que é estabelecida uma comparação entre diversos anos lectivos, os empréstimos eram bastante utilizados pelos alunos mais necessitados:

**Quadro 2:** Empréstimos concedidos aos sócios da AEIST

<b>Ano Lectivo</b>	<b>Quantia total dos empréstimos concedidos</b>	<b>Número de empréstimos</b>	<b>Total de alunos inscritos no IST</b>
<b>1949/50</b>	31.318\$00	38	915
<b>1950/51</b>	54.223\$00	124	1075
<b>1951/52</b>	48.397\$00	144	1137
<b>1952/53</b>	47.581\$00	141	1087
<b>1953/54</b>	38.522\$00	132	1075

Fonte: *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.]. Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, anos lectivos 1949/50, 1950/51, 1951/52, 1952/53, 1953/54.

De referir ainda que, além dos empréstimos, eram atribuídos subsídios a alunos com necessidades, como por exemplo aqueles que padeciam de doenças graves, aos quais o subsídio apoiava no pagamento de tratamentos médicos, tendo sido esse o caso

<sup>114</sup>Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.



de dois alunos que estiveram subsidiados pela Associação “num Sanatório e numa Casa de Saúde de doenças nervosas”.<sup>115</sup>

Por outro lado, a Secção Social procurava obter maiores facilidades na concessão de isenção de propinas e bolsas de estudo.

A AEIST geria uma cantina que servia refeições a todos os sócios, sem o objectivo de obtenção de lucro, e possuía um bar cujo lucro beneficiava o preço das refeições da cantina, que tinham “preço inferior ao de custo” e não continham restrições quanto à quantidade. Na eventualidade de um sócio da Associação se encontrar impossibilitado de se deslocar à cantina por motivos de doença, podia requerer o fornecimento de refeições ao domicílio.<sup>116</sup> As ementas eram escolhidas em reuniões com o médico da Associação, de forma a assegurar que fossem saudáveis e diversificadas, sendo confeccionadas com alimentos “de 1.<sup>a</sup> qualidade e escrupulosamente escolhidos, assistindo a qualquer comensal o direito de se certificar desse facto”.<sup>117</sup>

A cantina possuía um serviço de mesa assegurado por vários funcionários que serviam os alunos, o que terminaria no ano lectivo de 1954/55, quando foi instituída a modalidade de auto-serviço, o que foi entendido como um sinal de modernidade. A este título, um Boletim da AEIST desse ano informa: “tendo em vista os óptimos resultados obtidos no estrangeiro e as vantagens que o serviço traz (baixa no preço das refeições, maior rapidez no serviço das mesmas, etc.), é de crer que, com a colaboração de todos, o seu êxito resulte rapidamente”.<sup>118</sup> Sobre a organização da Cantina por parte da AEIST, um colaborador recorda: “Nós é que organizávamos a cantina, era aqui que recebíamos o único apoio, o Director dava uns dinheiros para comprarmos uns tachos e uns pratos, que se iam partido”.<sup>119</sup>

No quadro seguinte, pode-se constatar o número de refeições servidas pela cantina da AEIST, comparativamente a outras cantinas de Lisboa.

---

<sup>115</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 59.

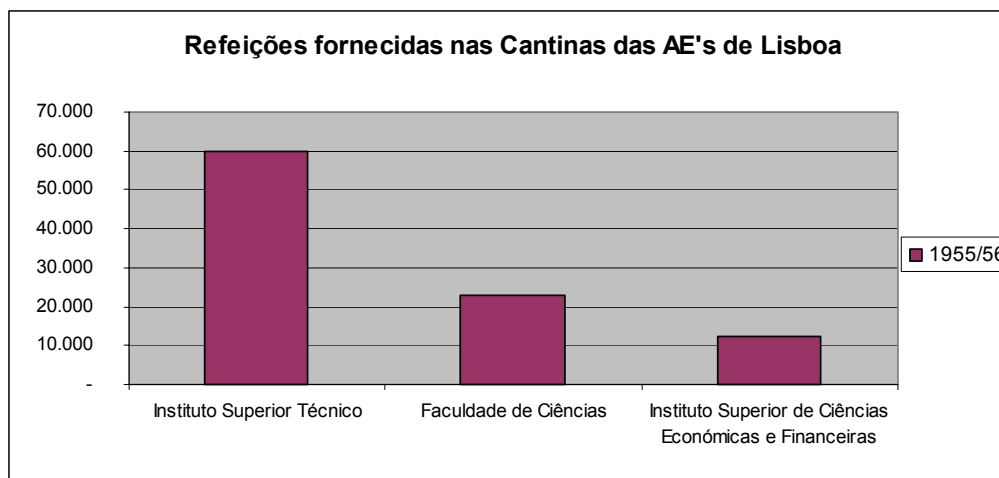
<sup>116</sup> *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 14.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>118</sup> *Boletim da AEIST*, n.º3, Maio de 1955, p. 7.

<sup>119</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

**Gráfico 2:** Refeições fornecidas nas cantinas das AE's de Lisboa no ano lectivo 1955/56.



NOTA: O número de refeições servidas pela Cantina da AE de Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras refere-se ao ano de 1954/55, dado que no ano lectivo 1955/56 não funcionou por motivo de obras.

**Fonte:** *Relatório sobre as actividades das Associações de Estudantes*, [s.d], Pasta 1, APPF.

No ano lectivo de 1949/50, a Associação procedeu à contratação de um Médico, o Dr. António Cavaco Catita, que começou de imediato a trabalhar num consultório médico instalado no espaço da Associação, junto ao campo desportivo.

Os serviços médicos oficiais do IST, não obstante incluírem um médico contratado, não correspondiam às necessidades dos estudantes. O trabalho do médico oficial resumia-se quase sempre a serviços esporádicos, tais como as usuais inspecções aos novos alunos, realizadas no início de cada ano lectivo, e não para tratar questões médicas de ordem maior. Esse Médico acabaria por sair do Instituto, deixando por preencher uma importante lacuna. Perante esta situação, a AEIST defendia a posição do Dr. Catita como médico contratado pelo Instituto, mas ao cuidado e responsabilidade da Associação e que lhe fosse “confiada toda a assistência médica (...) designadamente no que diz respeito a inspecções dos novos alunos; total a professores e empregados; assistência relacionada com as actividades desportivas dos alunos, etc.”<sup>120</sup> Estas reivindicações confluíram num processo que durou vários anos lectivos, composto por um grande número de acções e apelos junto da Direcção do IST e do MEN, visando

<sup>120</sup> *Boletim da AEIST*, n.º4, Lisboa, AEIST, Novembro de 1955, p. 4.

chamar a atenção para “a gravíssima situação criada pela falta de serviços médicos oficiais da IST”.<sup>121</sup>

Paralelamente a essa questão, a Associação foi mantendo e melhorando o “seu” consultório médico, no qual o médico, auxiliado por um enfermeiro, prestava assistência gratuita a todos os sócios, na realização de consultas, exames médicos gerais, análises, tratamentos e na inoculação de injecções e vacinas.<sup>122</sup>

No início dos anos cinquenta, o Serviço Médico firmou contratos com médicos de algumas especialidades (radiologista, dentista, oftalmologista, dermatologista e otorrinolaringologista), de forma a permitir aos sócios da Associação o usufruto de descontos nos serviços prestados por esses consultórios. Paralelamente, o gabinete médico começou a ceder “amostras de especialidades farmacêuticas” aos alunos mais necessitados.<sup>123</sup>

Este serviço médico empreenderia diversas iniciativas destinadas a promover a saúde pública, designadamente as campanhas de radioscopias e de despiste de tuberculose, tendo esta última merecido especial atenção da parte do médico, dado que todos os anos surgiam “colegas atacados de tuberculose (...) algumas fatais”.<sup>124</sup> O Dr. Catita recorda os malefícios desta doença no IST: “consegui diagnosticar vários casos de tuberculose, cerca de uma dezena. Eram entregues a um especialista de tuberculose, mas eu não os deixava de acompanhar”.<sup>125</sup>

No início da década de 1950, as sucessivas direcções da AEIST manifestaram a sua preocupação relativamente a questões relacionadas com a educação sexual, procedendo a actividades de divulgação de informação sobre doenças transmitidas sexualmente, prostituição e higiene, como o visionamento de filmes elucidativos da profilaxia de algumas doenças, a distribuição de panfletos informativos e organização de palestras e iniciativas organizadas com o apoio e sugestões de elementos da JUC.<sup>126</sup> Toda esta informação divulgada era recolhida e estruturada pelo Dr. Catita, que chegou a preparar uma comunicação neste sentido para a Semana de Recepção ao Novo Aluno,

---

<sup>121</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>122</sup> Uma edição de 1950 do *Noticiário da AEIST* informava sobre condições vantajosas de preço na inoculação de vacinas, sendo disso exemplo, a vacina contra o tifo pela quantia de 1\$00. Vide *Noticiário da AEIST*, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1950, n.º1, p. 13.

<sup>123</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º4, Lisboa, AEIST, Abril de 1951, p. 11.

<sup>124</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 9.

<sup>125</sup> Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.

<sup>126</sup> *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.], p. 10.

que acabou por ser proibida, pelo facto de ser um assunto ainda pouco divulgado e incómodo para alguns. O Dr. António Catita relembra esse momento:

Começaram a convidar-me para fazer umas conferências, escolhi uns temas (...). Essas conferências acabaram num certo desentendimento. Houve um ano que tinha como tema a educação sexual na universidade, nessa altura do Salazar, era muito difícil arranjar informação sobre esse tema. Pesquisei tentando não me prejudicar, ou seja, que ficasse algo aceitável para não me colocar em má situação política. Com muito trabalho, consegui fazer alguma coisa, mas não me agradou muito, senti que não ia abertamente para o assunto. Então, estava no consultório no dia em que ia fazer a conferência e recebo um telefonema da direcção da AEIST, que me diz que a conferência tinha sido proibida. Eu até senti um alívio por não fazer a conferência.<sup>127</sup>

A acção do serviço médico ficou marcada nas lembranças dos antigos alunos do IST, o que se deve em grande parte ao carácter do médico, o Dr. António Catita, que se tornou um dos símbolos da AEIST na década de 1950, também devido à relação que mantinha com os alunos baseada na amizade e na cumplicidade.<sup>128</sup> Após a saída do Dr. Catita, muitos foram os antigos alunos que o escolheram como seu “médico de família”, sendo que, até há pouco tempo,<sup>129</sup> continuava a ser médico particular de um grande número de antigos alunos e respectivas famílias.

O Dr. Catita recorda o período que trabalhou na AEIST:

Tenho desse tempo as melhores recordações, eu trabalhei em muitos locais, mas foi no IST onde eu gostei mais de trabalhar. Os rapazes eram muito inteligentes, nessa altura havia o exame de admissão e só entravam os melhores. Fazia uma consulta muito agradável e depressa arranjei um bom convívio com eles. Fui feliz porque eles tinham um aparelho de radioscopia igual ao do IPO, com que eu tive a sorte de diagnosticar vários casos de tuberculose logo nos dois ou três primeiros anos. Naquela altura já existia um antibiótico próprio para a tuberculose, esses doentes salvaram-se todos. Isso

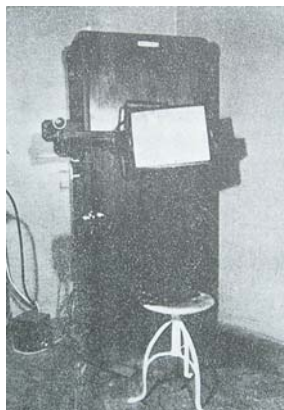
---

<sup>127</sup> Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.

<sup>128</sup> O Dr. António Catita era bastante novo quando entrou para a AEIST, tendo terminado o curso de medicina pouco tempo antes, sendo que o facto de ter uma diferença de idade pouco expressiva em relação aos alunos contribuiu de sobremaneira para o estabelecimento de um relacionamento de proximidade e cumplicidade. Esta ideia verificava-se ainda pelo facto de o Dr. Catita tratar gratuitamente os sócios da Associação durante o período de Férias de Verão no seu consultório.

<sup>129</sup> Aos 84 anos, o Dr. Catita ainda atendia pacientes no seu conhecido consultório na Avenida Augusto Aguiar em Lisboa. Actualmente, com 86 anos, já não realiza consultas, mas continua a dar pareceres médicos aos muitos engenheiros (antigos pacientes) que o contactam, em sinal de grande confiança.

criou um ambiente muito agradável, tanto que depois de eu estar lá há um ou dois anos, escreveram-me a dizer que não podiam aumentar o ordenado, mas eu podia almoçar todos os dias na cantina da AEIST.<sup>130</sup>



**Figura 20:** Aparelho de radioscopia utilizado pelo Dr. Catita [s.d] (AAEIST)



**Figura 21:** Sala do serviço médico da AEIST [s.d] (AAEIST)

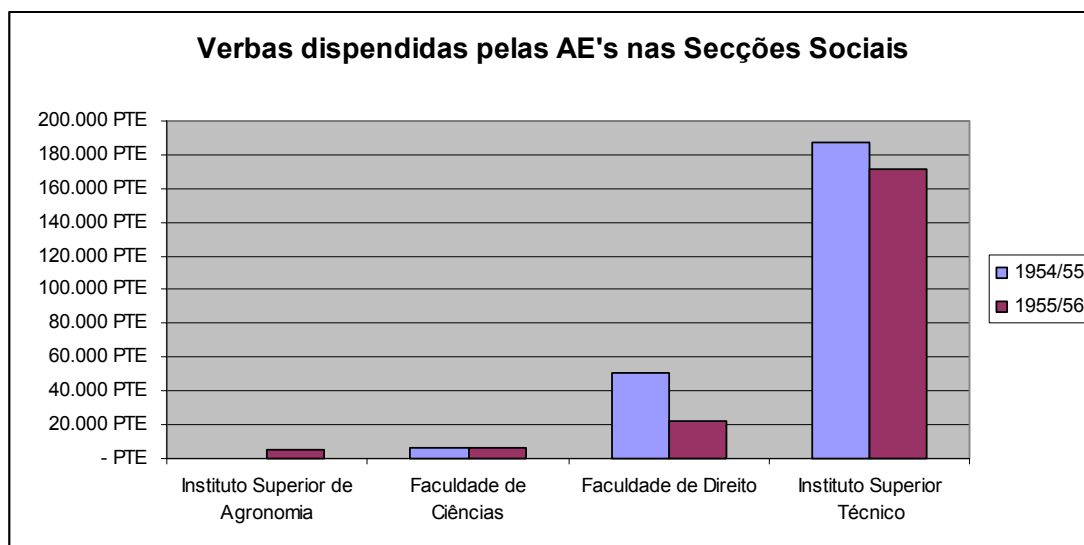
Da Secção Social faziam parte vários projectos, que se traduziram na criação de várias comissões com o propósito de concretizar os respectivos objectivos. Em 1954, encontravam-se formadas: a Comissão de Empregos, com o objectivo concreto de arranjar colocações no mercado de trabalho,<sup>131</sup> a Comissão de Descontos em Transportes e a Comissão do Lar dos estudantes.

---

<sup>130</sup>Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.

<sup>131</sup>A título de exemplo refira-se que, no ano lectivo de 1953/54, se conseguiu assegurar diversos empregos para alunos ainda não licenciados, designadamente, 10 lugares de desenhadores de projectos, 4 lugares

**Gráfico 3:** Verbas dispendidas pelas AE's de Lisboa nas Secções Sociais nos anos lectivos 1954/55 e 1955/56.



Fonte: *Relatório sobre as actividades das Associações de Estudantes*, [s. l.], [s. n.], [s.d], Pasta 1, APPF.

#### 4.1.2. As questões pedagógicas

A Secção Pedagógica, criada no ano lectivo de 1945/46,<sup>132</sup> visava assegurar a representação da AEIST no Conselho Escolar e contribuir para a reforma do ensino. Dessa forma, as suas competências incluíam a auscultação e a transmissão das necessidades e aspirações dos alunos à Direcção do IST e ao Conselho Escolar, bem como proporcionar meios aos alunos que permitissem o usufruto de ensino complementar ao ministrado na Escola, alheio aos planos de estudo, mas de indiscutível interesse para a sua formação.<sup>133</sup> As principais preocupações, durante a década de 1950, terão sido as precedências das disciplinas, os assistentes e a contribuição da AEIST para a reforma do ensino da engenharia.

Neste sentido, foram empreendidas diversas iniciativas como ciclos de conferências, exposições temáticas, cursos de férias no estrangeiro, cursos de línguas e

---

para a firma “do pai de um nosso colega” e um 1 lugar de topógrafo na Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, 1954, p. 55.

<sup>132</sup> *Técnica*, n.º209-210, Lisboa, AEIST, Fevereiro/Março 1951, p. 367.

<sup>133</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Novembro de 1951, p. 11.

curso técnicos,<sup>134</sup> visitas técnicas, visionamento de filmes sobre disciplinas temáticas (hidráulica, máquinas, electricidade, etc.), organização de estágios em Portugal e no estrangeiro e “Semanas de Curso”,<sup>135</sup> como I Semana de Química realizada em Dezembro de 1954.

A Secção Pedagógica da AEIST recorria regularmente à realização de inquéritos junto não só de alunos, como também de professores e engenheiros que tinham sido antigos alunos, com o intuito de obter uma melhor qualidade no ensino ministrado no Instituto, enviando as sugestões e conclusões ao Conselho Escolar.

A acção pedagógica da AEIST efectivava-se ainda através de diversos instrumentos como a *Técnica*, a Biblioteca e a Secção de Folhas, entre outros.

A AEIST iniciou, em Dezembro de 1925<sup>136</sup> a edição de uma revista de engenharia, a *Técnica*, que incluía artigos cedidos pelos professores, assistentes, engenheiros no activo, e alunos, desempenhando um papel de relevo no contexto pedagógico. O objectivo desta revista especializada consistia em colocar o aluno do IST “pouco a pouco, em contacto com a vida profissional e tomar conhecimento dos problemas fundamentais da profissão” de engenheiro. Os sócios da AEIST recebiam anualmente os vários números da revista. A revista era amplamente conhecida no meio técnico: “A revista tem grande divulgação tanto na Metrópole como nas Colónias, através dos seus 2.050 assinantes, número que tem vindo sempre crescendo. É, na opinião de muitos engenheiros categorizados, a melhor revista técnica do país e as melhores da Península”<sup>137</sup>.

Por outro lado, mediante a permuta com outras publicações, a revista *Técnica* era enviada para várias universidades e escolas no estrangeiro, o que resultava numa

---

<sup>134</sup> A AEIST colocava ao dispor dos seus sócios a possibilidade de realização de cursos de inglês (com vários níveis) e cursos de alemão, sendo os primeiros organizados em colaboração com o Instituto Britânico e os segundos pelo Instituto Alemão. Uma das razões apontadas para explicar a preocupação da AEIST em realizar cursos de línguas prende-se com o facto de uma considerável parte da bibliografia técnica disponível na Biblioteca do IST se encontrar à época publicada em língua estrangeira. Os cursos técnicos, ministrados com o apoio do corpo docente do IST, eram bastante variados a nível disciplinar, constituindo disso um exemplo o curso de fundição.

<sup>135</sup> A realização existente no IST de semanas alusivas aos vários cursos almejava “a aproximação da Escola com a vida prática; interessar os alunos nas grandes obras de interesse nacional (pontes, barragens, portos, hospitais, electrificação, etc.) e dar aos principiantes um pouco de ambiente técnico que infelizmente desconhecem”. *Noticiário da AEIST*, n.º6, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1956, p. 8.

<sup>136</sup> Antes de editar a revista *Técnica*, a AEIST publicava a *Técnica Industrial*, que foi a primeira revista a ser editada pelos alunos do IST, datando o 1.º número de Outubro de 1915. Cabe assinalar que esta revista foi suspensa no início de 1918, no seguimento de um período de publicação irregular. Vide *Técnica*, n.º 209-210, Fevereiro/Março, Lisboa, AEIST, 1951, p. 261.

<sup>137</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Novembro de 1951, p. 4.

grande difusão do trabalho da AEIST. Esta secção era aquela que, sem dúvida, levava mais longe o nome da Associação.<sup>138</sup> A *Técnica* devia a sua qualidade ao reconhecido nível dos artigos publicados, considerados de grande valor científico, o que se pode comprovar pela seguinte afirmação: “Há a distinguir, entre todos os trabalhos que publicou, o “Curso de Mecânica dos Solos”, que despertou justificado interesse no meio técnico e constituiu um precioso elemento de estudo, pois o assunto não é ensinado em nenhuma das Cadeiras do Instituto”.<sup>139</sup>

De acrescentar que existia uma Secção designada por Técnica, cuja competência estava ligada à edição de livros e tabelas no âmbito da engenharia, e que visava dar uma “contribuição didáctica para a formação dos engenheiros”.<sup>140</sup>

Ainda no que se refere ao âmbito pedagógico, de referir que a Biblioteca<sup>141</sup> da Associação pretendia ter um carácter essencialmente cultural, dado que no domínio técnico os alunos tinham à sua disposição os livros da Biblioteca do IST situada no Pavilhão Central e também pelo facto da AEIST não dispor de verba que permitisse a organização de uma boa biblioteca de engenharia,<sup>142</sup> ainda que possuísse um relativo número de livros técnicos, para apoio de estudo. O espólio bibliográfico incluía um conjunto de revistas especializadas de carácter técnico, provenientes na maioria da sua permuta com a revista *Técnica*. A aquisição de livros efectivava-se sobretudo através de doações ou compra de livros em segunda mão, adquiridos em alfarrabistas. José Fernando Pinharanda, antigo director da Biblioteca, afirma sobre este assunto:

As bibliotecas eram distintas, dado que embora a biblioteca da AEIST tivesse livros técnicos, a sua vocação não era tanto ser uma biblioteca técnica, mas sim mais uma biblioteca cultural. A do IST era uma biblioteca de estudo, onde se entrava muito devagarinho e em silêncio. Na Biblioteca da AEIST escrevíamos postais aos alunos que não entregavam os livros.(...) O Jorge Amado era um autor proibido e muito requisitado, cujos livros comprávamos em alfarrabistas ou alguém trazia de Angola e Moçambique, porque lá não eram proibidos. (...) Quando era director da biblioteca, escrevi a vários críticos literários a pedir sugestões de livros. Tentei adquirir os livros

---

<sup>138</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Novembro de 1951, p. 4.

<sup>139</sup> *Relatório e Contas da Gerência da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, 1950, p. 9.

<sup>140</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Novembro de 1951, p. 5.

<sup>141</sup> Inicialmente, a Biblioteca encontrava-se associada à Secção Técnica, sendo que a partir do ano lectivo de 1949/50 passou a constituir uma Secção autónoma, ainda que as duas Secções tenham permanecido ligadas através de um intercâmbio, devido às suas características.

<sup>142</sup> *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 20.



sugeridos, alguns consegui, outros não. O orçamento era muito pequeno e recorriámos muito à compra nos alfarrabistas porque era mais barato.<sup>143</sup>

Perante a falta de meios para adquirir o número de livros desejados, foi criada no ano lectivo de 1950/51 a estrutura “Amigos da Biblioteca”, com o fim de reunir meios financeiros para a compra de livros, tendo sido estabelecida uma cota mensal mínima de 2\$50. Em seguida, foi instituído o “Fundo de Aquisição de Livros”, que reunia todos os subsídios, donativos e cotas dos “Amigos da Biblioteca” e os valores resultantes das multas referentes ao atraso de entrega dos livros requisitados.

A Associação incentivava constantemente os alunos a lerem obras fora do âmbito da engenharia, dado que desta forma se promovia o “desenvolvimento espiritual”.<sup>144</sup> *O Noticiário da AEIST* de Dezembro de 1951 faz um balanço dos autores e dos livros mais lidos nesse ano, apontando Axel Munthe, Erico Veríssimo e John Steinbeck como autores e *Homens e Bichos*, *Gato preto em campo de neve* e *Luta incerta*, como livros. No cômputo geral, pode-se dizer que a AEIST defendia a necessidade dos alunos lerem livros de cariz cultural, “para que o técnico que se forma no Instituto se torne um verdadeiro Homem”.<sup>145</sup>



**Figura 22:** Objectos Representativos – *Gato Preto em Campo de Neve*, Erico Veríssimo, 1950 e *Homens e Bichos*, Axel Munthe, 1955 (BN) Foto: Mónica Maurício

<sup>143</sup> Testemunho de José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007.

<sup>144</sup> *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 15.

<sup>145</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Novembro de 1951.

No ano lectivo de 1940/41, foi criada a Secção de Folhas, que se viria a tornar numa secção fundamental para os alunos do IST, pois era nela que aqueles adquiriam, na sua maioria, os seus elementos de estudo. As folhas referiam-se às lições de quase todas as cadeiras existentes no Instituto, e eram cedidas por alunos, assistentes e professores, sendo que alguns docentes chegavam mesmo a rever os apontamentos das suas lições elaborados por alunos. Desta forma, a AEIST procurava promover uma intensa colaboração com os professores e assistentes, defendendo que essa cooperação constituiria “a garantia dum elemento de estudo bom e seguro”.<sup>146</sup>

A Secção abria esporadicamente concursos para seleccionar as folhas a serem impressas e posteriormente vendidas, procurando assim “elevar o nível destas publicações, pela escolha criteriosas dos autores”.<sup>147</sup> A título de exemplo veja-se a seguinte informação:

Tenciona-se abrir, no próximo mês de Junho, concursos para a elaboração dos originais das folhas de Medidas Eléctricas, Química Inorgânica e Geradores e Máquinas a vapor. Os interessados devem portanto ir coligindo desde já os seus apontamentos, tendo em vista a sua possível escolha.<sup>148</sup>

O valor acumulado desta secção representava uma importante parcela nos rendimentos da Associação.

Ainda com o propósito de efectivar o apoio pedagógico, a AEIST colocava ao dispor dos alunos material escolar diverso numa papelaria existente nas suas instalações, que praticava preços para esses produtos comparativamente mais baixos aos pedidos nas papelarias de Lisboa.

### **4.1.3. O lazer e a cultura como formação humana do estudante**

A criação de Secções relacionadas com o lazer e a cultura, como a Cultural, a Fotográfica, Propaganda e Intercâmbio, Desportiva, Aeronáutica e Serviços de Turismo Universitário, indicia claramente uma preocupação por parte das diversas direcções da

---

<sup>146</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º6, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1956, p. 4.

<sup>147</sup> *Relatório de Contas da AEIST de 1949/50*, Lisboa, AEIST, p. 12.

<sup>148</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Novembro de 1951, p. 8.

AEIST em procurar colocar em prática o princípio de que a formação técnica não seria suficiente, por si só, para a formação de estudantes, sendo necessário um conjunto de conhecimentos que a complementassem. A propósito deste assunto, cite-se o testemunho de um dirigente associativo: “o IST era muito orientado para o profissionalismo e nada orientado para a formação do ser humano. Havia a visão que se estava ali para formar um trabalhador técnico e não para formar uma pessoa. A tal formação humana podíamos encontrar na AEIST”.<sup>149</sup>

O início dos anos 50 marcaria uma fraca participação dos estudantes nas actividades culturais promovidas pela AEIST. Os relatórios da AEIST apontam como factores explicativos para essa redução de participação a “falta de interesse pela cultura, principalmente entre os alunos dos primeiros anos e talvez devida (...) à orientação que lhes é ministrada desde o Liceu ou Escolas Industriais” e a falta de tempo dos alunos do Instituto para se dedicarem a assuntos “extra-escolares”.<sup>150</sup> Nesse sentido, a acção da Secção Cultural visava inverter essa tendência, combatendo a referida falta de interesse da maioria dos estudantes.

Esta secção englobava um grande número de actividades, muitas ainda hoje recordadas pelos antigos alunos, destacando-se enquanto iniciativas com maior adesão as realizadas no âmbito das artes plásticas, tais como exposições, visitas a museus e debates culturais, orientados por críticos de arte. Um antigo colaborador da Secção Cultural recorda:

Organizávamos palestras sobre música, por exemplo, com João Freitas Branco. Havia uma que ele fazia, que era sobre a música e a matemática, isto num pavilhão do IST pedido pela AEIST com muita gente, centenas de pessoas. Isto era muito importante para o nosso enriquecimento cultural. (...) Falo de alguns dos maiores expoentes da cultura portuguesa da época. Os melhores representantes da cultura participavam na AEIST.<sup>151</sup>

As actividades musicais encontravam-se divididas em sessões de música gravada, que consistiam na “audição de música clássica, com prévia explicação técnica por críticos de música”, sessões fonográficas, concertos, e uma “cabine sonora”. A

---

<sup>149</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

<sup>150</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, p. 43.

<sup>151</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

partir de 1951, passou-se “a ceder, mediante uma pequena taxa” diversos discos que os alunos podiam requisitar por pequenos períodos.<sup>152</sup>

As visitas a lugares diversos eram também, em regra geral, bastante concorridas, o que se verificou numa visita à Casa da Moeda em 1951, em que a afluência de estudantes foi tal que foi necessário repetir a visita para que todos tivessem a oportunidade de visitar esse local “pela utilidade técnica que mostrou possuir”.<sup>153</sup>

A Secção Cultural representava um meio de grande difusão do trabalho da AEIST, como afirma João Cravinho, “era sem dúvida uma Secção Cultural com muita audiência no exterior, principalmente nos meios intelectuais”.<sup>154</sup>

A Secção Fotográfica da AEIST, que após a sua criação ficou instalada numas “primitivas instalações, acanhadas e impróprias na salinha do Raio X do gabinete médico da Associação”,<sup>155</sup> colocava ao dispor dos alunos diversas funcionalidades, designadamente descontos em material fotográfico, câmaras escuras equipadas com o material necessário para se efectuar revelações, cópias e ampliações, trabalhos fotográficos “incluindo reproduções e cópias ozalid a preços inferiores a qualquer casa da especialidade” e possibilidade de desenvolver ou adquirir conhecimentos fotográficos.<sup>156</sup> Produzia também diapositivos para serem projectados nas aulas e organizava anualmente a “Exposição Fotográfica do IST”, com bastante receptividade junto dos estudantes.

---

<sup>152</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º 4, Lisboa, AEIST, Abril de 1951.

<sup>153</sup> *Ibidem*.

<sup>154</sup> Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, n.º 21, Lisboa, AEIST, Junho 1997.

<sup>155</sup> *Técnica*, n.º 163, Lisboa, AEIST, Março de 1946, p. 848.

<sup>156</sup> *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 24.



**Figura 23:** Objecto representativo – Máquina fotográfica Koflex Foto: Mauro Figueira (Cedido por Mauro Figueira)

A Secção de Propaganda foi criada no ano lectivo 1949/50, como departamento adjunto à Direcção, com o objectivo de divulgar a AEIST e as iniciativas por si organizadas, de forma a desenvolver o espírito associativo e, conseqüentemente, atrair mais estudantes para colaborarem na Associação. Segundo o *Noticiário da AEIST*, a Secção de Propaganda “procura dar a conhecer as diversas realizações que se vão efectuando na AEIST, para que os sócios acompanhem a par e passo o trabalho e os problemas em que as diversas secções estão empenhadas” .<sup>157</sup>

Por seu turno, foi criado em 1924<sup>158</sup> o Grupo Desportivo, para permitir que todos os associados da AEIST tivessem a possibilidade de praticar desporto com uma certa regularidade, podendo escolher, de entre um leque de várias modalidades, aquela que se adequasse melhor ao seu gosto e disponibilidade física, e ainda solidificar os laços de amizade e companheirismo entre os associados, através da prática de exercício físico.<sup>159</sup>

Esta secção desempenhava um papel de destaque no contexto da AEIST, sendo a que mais associados movimentava e uma das que canalizava maior projecção mediática para a AEIST, mediante a realização de torneios internos, a participação em campeonatos universitários e, em alguns casos, em torneios oficiais inter-clubes.

O acima exposto identifica-se com a seguinte afirmação de Nuno Caiado:

---

<sup>157</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º6, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1956, p. 6.

<sup>158</sup> *Técnica*, n.º209-210, , AEIST, Lisboa, Fevereiro/Março 1951, p. 366.

<sup>159</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º6, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1956, p. 10.

O desporto era indubitavelmente a actividade mais mobilizadora da massa estudantil, composta maioritariamente por rapazes. As iniciativas desportivas promovidas pelas AE's ou pela Mocidade Portuguesa proporcionavam as maiores movimentações sob o ponto de vista quantitativo.<sup>160</sup>

O Grupo Desportivo do IST alcançava boas classificações em algumas modalidades, tais como o voleibol, basquetebol, andebol e natação, “levando o nome do Técnico aos níveis mais altos das competições nacionais”.<sup>161</sup>



**Figura 24:** Atribuição de prémios desportivos [s.d] (AAEIST)

A AEIST mantinha um diversificado número de actividades desportivas, devido em grande parte às condições espaciais que possuía. Como se pode observar:

A AEIST é a única que possui instalações desportivas adequadas, mantém em actividades nas diversas modalidades de desporto interno e externo cerca de 400 praticantes, numa frequência escolar de pouco mais de mil alunos. Este número dá a medida de capacidade duma AE quando dispõe de meios adequados aos fins que prossegue.<sup>162</sup>

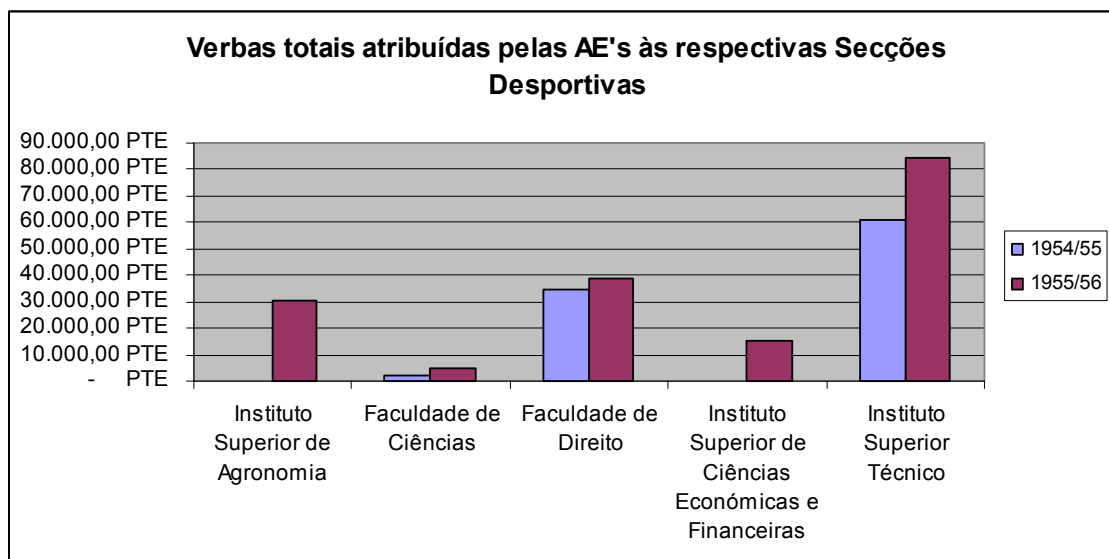
---

<sup>160</sup> Nuno Caiado, *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>161</sup> Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, nº 21, Lisboa, AEIST, Junho de 1997.

<sup>162</sup> *Relatório sobre as actividades das Associações de Estudantes de Lisboa*, [s.l.], [s.n.], [s.d].

**Gráfico 4:** Verbas totais atribuídas pelas AE's de Lisboa às respectivas Secções Desportivas nos anos lectivos de 1954/55 e 1955/56.



Fonte: *Relatório sobre as actividades das Associações de Estudantes*, [s. l.], [s. n.], [s.d], Pasta 1, APPF.

Entre as modalidades contava-se o rugby, basquetebol, boxe, hóquei em patins, ténis de mesa, esgrima (florete e sabre), voleibol, xadrez, atletismo, ténis, bilhar, vela e ginástica feminina.<sup>163</sup> Desse diversificado rol de actividades desportivas, o voleibol, o basquetebol e o hóquei em patins eram consideradas as modalidades mais enérgicas e expressivas.



**Figura 25:** Jogo de Hóquei no campo desportivo da AEIST [s.d] (AAEIST)

<sup>163</sup> Saliente-se que, deste conjunto de modalidades oferecidas pela AEIST desde o final da década de 1940 até 1960, nem todas funcionaram em simultâneo.

O facto desta Secção ser aquela que conseguia mobilizar mais alunos tornava os espaços desportivos locais de sociabilidade de eleição, como recorda um aluno: “O desporto interno era um dos grandes motivadores e dos grandes promotores da solidariedade e da convivência entre todos. Aquele espírito lúdico e competitivo do desporto cria emoções e amizades extraordinárias e uma intimidade extraordinária”.<sup>164</sup>

O Grupo Desportivo, à semelhança do que sucedia com as restantes Secções da AEIST, não possuía orçamentos elevados. A este propósito, o mesmo aluno, colaborador no Grupo Desportivo, relembra: “No Inverno tapávamos a piscina, não havia dinheiro para pagar água quente, e o director do IST não dava dinheiro para isso, tínhamos um estrado, o que fazia com que ficássemos com um segundo ginásio. Este estrado tinha sido feito quando foi a reunião da NATO”.<sup>165</sup>



**Figuras 26 e 27:** Assistências de jogos no espaço AEIST [s.d] (AAEIST)

A secção aeronáutica,<sup>166</sup> criada em 1936, tinha o seu âmbito de acção dividido entre desporto aéreo, no qual a AEIST procurava o estabelecimento de parcerias com instituições da área da aviação civil, reconhecida a impossibilidade de possuir ela própria aviões, e aeromodelismo e aviominiatura, bem como organizava a realização de conferências e projecção de filmes sobre a temática. De acrescentar que promovia a permuta da revista *Técnica* com revistas da especialidade, através da Biblioteca.

No plano internacional, a Associação criou os Serviços de Turismo Universitário, que colocava viagens de turismo a preços económicos ao dispor dos alunos, o que só era possível graças à recolha e organização de um conjunto de informações sobre alojamento, transportes, albergues, etc... De referir que esses

<sup>164</sup>Testemunho de Manuel Macara, Sintra 28/03/2007.

<sup>165</sup>Testemunho de Manuel Macara, Sintra 28/03/2007.

<sup>166</sup> *Noticiário da AEIST*, nº 2, Ano I, Lisboa, AEIST, Janeiro de 1951, p. 13.



serviços se dividiam em cinco áreas, nomeadamente campos de trabalho, descontos em transportes, albergues da juventude, auxílio a estudantes e excursões. Cumpre assinalar que na época em estudo o IST assegurava a representação da organização que coordenava, a nível nacional, o turismo universitário para destinos internacionais.<sup>167</sup>

## **4.2.Colaboradores e Dirigentes Associativos**

### **4.2.1. As eleições, um exercício democrático**

A Assembleia Geral reunia-se e procedia-se à apresentação dos candidatos para a presidência da AEIST e à discussão das respectivas propostas, sendo que, em seguida, aquele órgão procedia à aprovação dos candidatos, o que constituía uma condição imperativa para aqueles poderem ser submetidos à eleição pelos sócios da AEIST.

Assim, em Maio de cada ano, os sócios da AEIST eram chamados a eleger o Presidente da Associação, escolhendo entre vários candidatos propostos.<sup>168</sup> Os sócios escolhiam um candidato a presidente (que teria que ter no mínimo dois anos de sócio), e não uma lista de candidatos à Direcção. O acto eleitoral funcionava do seguinte modo: os delegados de curso distribuíam os boletins de voto, que de seguida eram entregues “pelo votante a uma mesa eleitoral”, os votos tinham a particularidade de serem envolvidos em “dois envelopes, sendo o exterior destinado à assinatura e número do sócio votante”, de modo a conferir maior seriedade ao processo eleitoral.<sup>169</sup> Após o conhecimento dos resultados das eleições, procedia-se em seguida às eleições do Vice-Presidente da Direcção, eleito pela Junta de Delegados.<sup>170</sup> De seguida o Presidente da AEIST escolhia “os restantes membros da Direcção, nomeia parte dos Directores das Secções e promove a eleição dos restantes”.<sup>171</sup> Ficavam deste modo decididos os novos

---

<sup>167</sup> Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, n.º 21, Lisboa, AEIST, Junho 1997.

<sup>168</sup> Segundo os Estatutos da AEIST, o Presidente era eleito por “escrutínio universal secreto dos alunos sócios dos 1.º, 2.º e 3.º anos, com mais de dois anos de sócios, e dos alunos dos 4.º, 5.º e 6.º anos com mais de um ano de sócio”. *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, aprovados na reunião da Assembleia Geral de 6 de Junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, p. 15, pasta 98, AAEIST.

<sup>169</sup> *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, aprovados na reunião da Assembleia Geral de 6 de Junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, p. 15, pasta 98, AAEIST.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 17, AAEIST.

<sup>171</sup> *Técnica*, n.º 209-210, Lisboa, AEIST, Fevereiro/Março 1951, p. 369.

corpos directivos que tomariam posse em Outubro do ano lectivo seguinte. A significância desses actos eleitorais está bem explicada no seguinte excerto:

O acto eleitoral só terá significado, de facto, se os sócios se compenetrarem da responsabilidade que têm ao elegerem os seus representantes. Devem fazê-lo conscientemente, informando-se sempre do que se pretende com a eleição. Contribuindo para elegerem os mais capazes, contribuirão igualmente para se firmar cada vez mais uma das características específicas mais importantes da AEIST: o carácter eleitoral dos Corpos Gerentes. (...) Como consequência imediata resultante das eleições existe a discussão ampla e aberta a todos os sócios, da orientação associativa a seguir, o que é uma garantia que essa orientação será a mais justa, por ser na realidade a única.<sup>172</sup>



**Figura 27:** Elementos da Direcção da AEIST eleita de 1953/54 (Fotografia cedida por Mary Evelyn Soares)

A escolha do candidato mais indicado para desempenhar o cargo de presidente da Direcção da AEIST exigia uma enorme ponderação, atentas as responsabilidades inerentes a esse cargo, o que implicava que o aluno escolhido tivesse de reunir um conjunto de características que permitissem a angariação do maior número possível de votos no dia das eleições. Segundo os entrevistados, para se ser eleito Presidente da Direcção da AEIST, um aluno deveria possuir um abundante currículo associativo, reunir o consenso das opiniões dos colegas, ser bom aluno e não demonstrar publicamente atitudes contra o Governo. Sobre esta questão um antigo dirigente associativo, refere:

---

<sup>172</sup> *Boletim da AEIST*, n.º3, Lisboa, AEIST, Maio de 1955, pp. 2-3.

As direcções tinham que ser muito bem escolhidas, pelo que o presidente tinha que ser aprovado pelo Governo (...) e pela PIDE. Tinha de se escolher para presidente uma pessoa que fosse aceite pelos colegas, mas que não fosse comprometido politicamente. Já se sabia que se o fosse era chumbado. (...) Sabia-se que havia pessoas da JUC e do MUD Juvenil, enquanto havia pessoas que não pertenciam nem a um nem a outro. Quando se escolhia as pessoas isso tinha de ser tido em consideração, era uma questão de sobrevivência.<sup>173</sup>

O desempenho escolar do candidato constituiria um factor importante para a escolha do Presidente da Associação dado que, segundo os entrevistados, haveria a tradição de os presidentes da AEIST normalmente serem bons alunos o que contribuía para que a direcção gozasse de bom prestígio perante o corpo docente.

Luís Aires Barros, que testemunhou as acções da AEIST como aluno e posteriormente como professor do IST, partilha da convicção anterior: “Sabia que o indivíduo que tomava os lugares de topo na AEIST era um indivíduo fora de série. (...) As pessoas que conseguiam chegar à Direcção eram acima da média, 90% das pessoas eram assim, o que deu muito prestígio à AEIST”.<sup>174</sup>

Paralelamente, a experiência e a capacidade de um candidato no campo associativo eram bastante valorizadas, o que se comprovava pelo próprio processo eleitoral, que conduzia à “eleição dos mais capazes, daqueles que melhor estão dentro dos assuntos”. De forma a sublinhar a importância dessas qualidades, vários dirigentes associativos memorizam o percurso da vida associativa efectuando uma comparação ao acto de subir uma escada, dado que se “tinha que começar por baixo”,<sup>175</sup> na medida em que, dificilmente um presidente seria eleito sem ter experiência associativa.

As eleições na AEIST demonstravam ser um exercício democrático, o que não deixa de ser curioso, dado que se vivia num regime ditatorial. Neste seguimento, um antigo dirigente afirma:

O espírito vivido na AEIST era completamente diferente do ambiente do regime, havia liberdade para discutir ideias, criticar, nós elegíamos livremente os

---

<sup>173</sup> Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

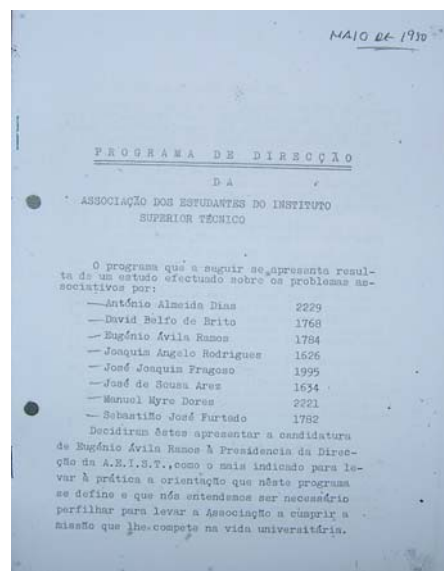
<sup>174</sup> Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.

<sup>175</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

dirigentes. Era evidente que não se podia estar numa organização destas e não perceber o monstro que era o fascismo e que nos impedia de viver livremente.<sup>176</sup>

O médico da Associação, o Dr. Catita, assistiu a várias eleições ao longo da sua estadia neste espaço, pelo que, relativamente a esse assunto, refere: “Eu considerava as eleições na AE um exemplo a nível nacional, para verem como era possível existir eleições com luta renhida. Eu não ia às sessões, mas sei. Eles ficavam todos amigos. Eram eleições sérias, havia propaganda”.<sup>177</sup>

À semelhança do ocorrido em relação às secções da AEIST, também o acto eleitoral foi sofrendo diversas alterações. Assim sendo, até à década de cinquenta, o processo eleitoral revestia-se de características relativamente simples: apresentavam-se os candidatos, no seguimento do que os alunos votavam colocando os votos numa “caixinha” na Associação. Com o evoluir dos anos, passou-se a elaborar programas de candidatura dos diferentes candidatos, que eram distribuídos pela Escola e a discutir ideias em Assembleia-geral. Deste modo, era disponibilizada informação aos sócios sobre os candidatos e as respectivas propostas, com o intuito de promover a reflexão e o esclarecimento prévio à votação.<sup>178</sup>

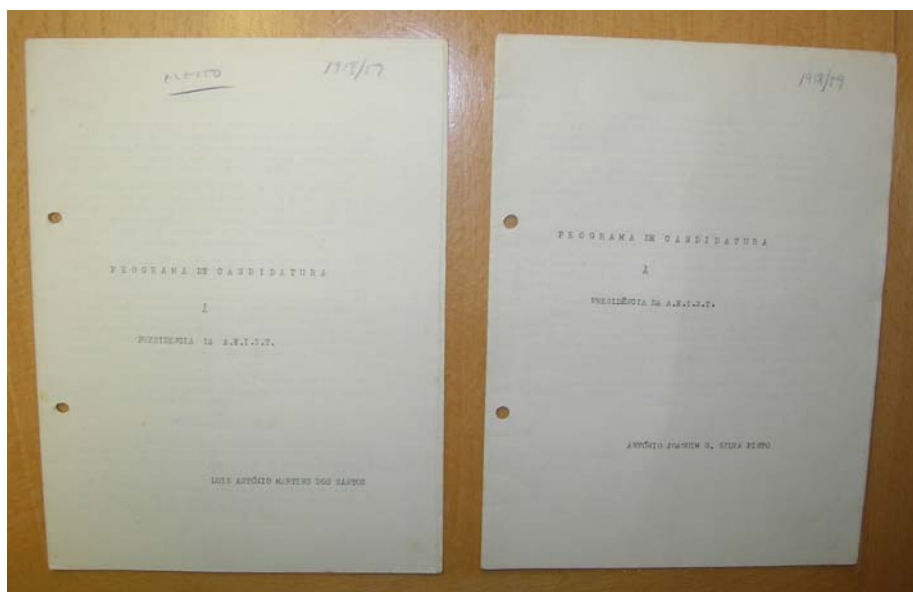


**Figura 28:** Programa de candidatura de Eugénio Ávila Ramos à Direcção da AEIST, com lista de apoiantes, 1950, (APPF) (Foto: Mónica Maurício)

<sup>176</sup> Testemunho de Armando Myre Soares, Lisboa, 28/02/2007.

<sup>177</sup> Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.

<sup>178</sup> *Noticiário da AEIST*, N.º6, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1951, p. 1.



**Figura 29:** Programas de candidatura e à Direcção da AEIST 1958/59 de Luís António Martins dos Santos (eleito) e António Joaquim Silva Pinto (não eleito) (APPF) Foto: Mónica Maurício

Por outro lado, as direcções cessantes tinham de redigir no final do seu mandato um relatório sobre o trabalho desenvolvido, o que responsabilizava os candidatos em termos do trabalho desenvolvido. No cômputo geral, a evolução dos procedimentos resultava numa maior responsabilização do trabalho associativo, fosse ele individual ou colectivo, como refere o seguinte documento:

O presidente assume responsabilidades quando apresenta um programa de candidatura em Maio e em Novembro... prestam-se contas em Assembleia. O seu relatório vai ser analisado, discutido, criticado. Assim, para lá da boa vontade que a Direcção tenha, ele sabe que o seu comportamento será publicamente apreciado.<sup>179</sup>

A condição estabelecida pelo MEN em relação à necessidade de se observar neutralidade política no desempenho de cargos associativos tinha que ser respeitada pelos estudantes. Desta forma, caso se tornasse do conhecimento geral que um candidato possuía ligações ao MUDJ, dificilmente conseguiria ser aprovado na Assembleia Geral enquanto candidato a Presidente da Direcção. Nesta linha de pensamento, o antigo presidente da AEIST, Bento Dias, refere o motivo pelo qual um colega seu não se candidatou ao cargo de Presidente da Direcção da AEIST: “Ele era demasiado de esquerda”.

---

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 2.

No entanto, os testemunhos orais nesta matéria contradizem o que alguns autores referem, como é o caso de Nuno Caiado, que afirma:

Para o MUD e para o PCP as eleições nas AE's eram objecto privilegiado de investimento, pois revelavam-se como oportunidades para os seus aderentes desencadearem agitação. Perante uma direita hegemónica nas escolas, os aderentes do MUD propunham listas de unidade democrática que pudessem regatear àquela o seu hegemonismo.<sup>180</sup>

Essa situação não se verificaria exactamente dessa forma na AEIST, sendo exemplo o caso de vários estudantes que não chegaram a candidatar-se porque sabiam que não seriam homologados ou que se candidataram e não foram homologados. Como recorda este dirigente associativo:

Candidatei-me à direcção da AEIST (...), a minha equipa de apoio era muito à esquerda, muito identificada politicamente e fomos derrotados, o que é normal, pois esse resultado correspondia à correlação de força existente no governo. Depois, o candidato vencedor, que era duma orientação de dirigentes mais neutros do ponto de vista político, convidou-me para vice-presidente. Isto mostra o espírito daquela época, dado que ele convidou o adversário para vice-presidente e nós, embora tivéssemos projectos diferentes e defendéssemos pontos de vista diferentes, respeitávamo-nos e colaborávamos. Depois, quem estragou a festa foi o Ministro Leite Pinto, que era um ministro fascista e não me homologou como vice-presidente, porque dispunham de informações sobre a minha actividade política.<sup>181</sup>

O receio da não homologação dos Corpos Gerentes pelo MEN representava uma preocupação constante, constituindo disso prova o facto de vários alunos terem acabado por desistir das suas candidaturas durante a década de 1950. Os dirigentes da AEIST tinham consciência de que, caso o MEN não homologasse os Corpos Gerentes, a AEIST correria o perigo de ser encerrada compulsivamente, o que veio a suceder no final do ano lectivo 1955/56, quando a direcção decidiu fazer uma cerimónia de tomada de posse. Esta cerimónia culminou na não homologação dos corpos gerentes eleitos em

---

<sup>180</sup> Nuno Caiado. *Op. Cit.*, p. 38.

<sup>181</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

Maio, e na “ordem de entrega da administração da Associação à Direcção do Instituto”.<sup>182</sup> José Prostes da Fonseca, Presidente da Direcção anterior, explica o desenrolar dos acontecimentos:

Nessa altura, era obrigatória a homologação das direcções das AE's pelo Ministério da Educação (...). Em Maio, decidimos realizar uma sessão para dar posse à direcção presidida pelo Mello Furtado, antes que houvesse a respectiva homologação. Embora porventura importante, foi um procedimento numa base de boa fé, até porque convidámos a direcção do IST. Foi uma cerimónia que decorreu com afluência e dignidade. Porém, passados dois dias, recebemos um ofício do Ministério da Educação a comunicar que a AEIST estava encerrada devido a acto ilícito de tomada de posse, ficando para todos os efeitos, entregue à direcção do IST, que se assumiria como conselho administrativo. Eu já não tinha qualquer responsabilidade no processo. Mas, nessa altura tinha relações cordiais com o Ministro da Educação, o Professor Leite Pinto, que tinha sido professor no IST. Fui falar com ele numa tentativa de contribuir para resolver a situação anormal criada. Ficou decidido que eu assumiria a presidência da direcção da AEIST, com o seu estatuto normal recuperado, no período de Agosto a Dezembro. Aceitei por ser a única forma de regularizar a situação da AEIST.<sup>183</sup>

José Prostes da Fonseca acabou por ficar à frente da Direcção da AEIST até 19 de Dezembro de 1956, altura em que se realizaram novas eleições, tendo sido eleito João Cravinho para Presidente. Cabe assinalar que, de Agosto a Dezembro de 1956, dos nove elementos que constituíram a Direcção provisória, cinco (Presidente, os três vice-presidentes e o tesoureiro) dividiram o seu tempo entre o serviço militar obrigatório e a Direcção da AEIST. Este processo atestou os vários esforços envidados no sentido de evitar o encerramento da Associação, dado que “fechar a AEIST era considerada quase uma catástrofe, porque prestava imensos serviços aos alunos”.<sup>184</sup>

Não obstante o Presidente da Associação ter a necessidade de demonstrar neutralidade política, o mesmo não sucedia com os seus colaboradores (os que não necessitavam serem eleitos), que não precisavam de autorização superior para a sua participação em actividades associativas. Nesse sentido, na memória de antigos dirigentes, a Associação seria um meio livre, onde pessoas adeptas de ideologias

---

<sup>182</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 1.

<sup>183</sup> Testemunho de José Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

<sup>184</sup> Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.

políticas várias conviviam e trabalhavam conjuntamente para o mesmo fim, o trabalho associativo, sendo que constituiriam apenas uma minoria aqueles que tinham uma acção política na Associação. Nesse âmbito, um antigo dirigente associativo, nesta sequência, expõe a seguinte percepção:

Nos seis anos que estive no IST, julgo que o que se deve ter passado foi o seguinte: dentro da Associação e dentro da sua actividade quotidiana havia um interesse em resolver os problemas concretos e havia uma certa formação de cidadania, mas na “sombra” (não com sentido depreciativo, porque se não eram autorizados legalmente a ter essa actividade, deviam fazer da forma que entendessem). Havia eventualmente uma certa politização do movimento associativo, mas eu não senti isso enquanto dirigente associativo. Não senti nenhuma interferência, mas existia interferência indirecta pelo comportamento que cada um de nós tomava na sua actividade, mas estou certo que o movimento associativo foi utilizado de uma forma muito forte quer pelo MUD juvenil, quer pela JUC. Estou convencido que muitas das actuações que foram imprimidas ao Movimento Associativo, vieram muitas vezes de reuniões extra-associação.<sup>185</sup>

Ainda sobre a neutralidade dos dirigentes e a influências de organizações que não a Associação, um antigo Presidente da Direcção recorda:

A JUC na altura tinha uma certa influência e uma certa importância, em 1951 conseguiu eleger um elemento para presidente da AEIST, o Eurico Corvo. Um outro aluno que também marcou foi o Nuno Abecassis que também concorreu para presidente da AEIST. Havia vários elementos da JUC na AEIST, mas lá a política e a religião não eram importantes. Nas eleições o importante era as pessoas, era achar que a pessoa tinha capacidade para gerir, para resolver os problemas, para arranjar coisas novas para AEIST, independentemente das políticas.<sup>186</sup>

Alguns alunos recordam a intervenção directa ou indirecta de organismos no âmbito da AEIST, designadamente a Mocidade Portuguesa, a JUC e o PCP. De assinalar que a primeira não seria bem acolhida, tendo-se verificado vários desentendimentos sobre essa questão ao longo da história da AEIST; a segunda era vista com toda a normalidade, dado que por vezes havia colaboração entre esta e a

---

<sup>185</sup> Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

<sup>186</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.



Associação; e a última era vista como força política de oposição ao regime vigente, que desejava utilizar a AEIST como palco para efectivação dessa mesma oposição:

Os da Mocidade Portuguesa não se metiam na AEIST. Também havia uma grande influência da JUC, onde a figura importante era a Lourdes Pintassilgo. Entre a JUC e as pessoas do regime havia uma afinidade. (...) Sabíamos quem era comunista, mas tinham que colaborar na AEIST com as nossas condições, não era ir para destruir.<sup>187</sup>

#### **4.2.2. Motivações e angariação dos colaboradores**

A AEIST incentivava os estudantes a colaborar na Associação, de forma a contribuir para o desenvolvimento do trabalho associativo, na medida em que “fazendo-o, não é simples parasita do trabalho que os colegas realizam e de que ele aproveita os frutos, e está contribuindo na medida das suas possibilidades para a resolução cada vez mais perfeita dos seus problemas.” Assim sendo, eram constantemente feitos apelos à colaboração dos estudantes nos diversos trabalhos da AEIST, como se pode comprovar pelo seguinte excerto:

Actualmente trabalham na Associação cerca de 120 alunos, distribuídos pela Direcção, Junta de Delegados e 12 Secções. Para os 750 sócios existentes é muito pouco. Deve cada um meditar nesta relação 120/750 e dirigir-se a uma das secções, a dar o seu nome, a sua boa vontade e o seu interesse.<sup>188</sup>

O interesse das diversas direcções da AEIST na angariação de mais colaboradores para as suas actividades era particularmente evidente nas diversas publicações que editava, dedicando um espaço especialmente destinado para esse efeito, como podemos constatar no trecho seguinte:

A direcção luta presentemente com bastante falta de colaboradores e desta forma deixamos aqui por escrito o seu pedido público para que sejam sugeridos nomes

---

<sup>187</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

<sup>188</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º2, Lisboa, AEIST, Janeiro de 1951, p. 3.

de alunos, especialmente do 3.º e 4.º anos, que, já pelo seu interesse na vida associativa, já pelas suas qualidades de trabalho, possam ser chamados a colaborar.<sup>189</sup>

Paralelamente, decorriam outras formas de angariação mais pessoais, empreendidas por aqueles que já trabalhavam na Associação, que abordavam os potenciais colaboradores, seus colegas de curso, no período das aulas. Este tipo de angariação verificava-se principalmente ao nível dos alunos mais novos, que começariam por desempenhar na AEIST tarefas simples, tais como a organização e catalogação dos livros da Biblioteca, ajuda na organização de pequenos eventos, etc...

De assinalar que a escassez de colaboradores propiciava que os existentes desempenhassem diversos tipos de tarefas, como nos mostra o testemunho seguinte:

Continuar na AEIST era uma forma de amadurecimento, de convívio, foi uma escola de responsabilização e de consciencialização de que todos os trabalhos são dignos, pois na AE fazíamos um pouco de cada tarefa. Muito importante foi trabalhar sem receber nada em troca, sendo o pagamento a realização pessoal. Havia uma diferença entre a liberdade existente dentro da AEIST e a do regime.<sup>190</sup>

Essa polivalência tinha repercussões bastante positivas para os colaboradores da Associação, dado que ganhavam uma importante formação, que lhes viria a ser bastante útil na vida profissional. Muitos são os testemunhos orais que referem que os conhecimentos práticos adquiridos na Associação tiveram utilidade durante toda a vida. Neste sentido, um antigo dirigente associativo recorda: “Esta vida da AEIST foi muito influente na minha maneira de ser, na minha maneira de encarar, apesar do muito tempo perdido, não estou nada arrependido de ter gasto esse tempo. Foi a melhor formação que alguma vez eu pudesse ter”.<sup>191</sup>

Não obstante, segundo os dados que a documentação existente nos fornece, verificou-se um aumento em relação ao número de colaboradores na Associação, essencialmente a partir do início da década de 1950, como informa o *Noticiário da AEIST*:

---

<sup>189</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º1, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1950, p. 9.

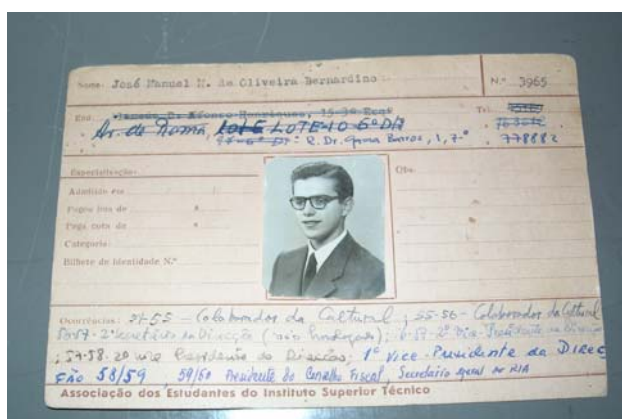
<sup>190</sup> Testemunho de José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007.

<sup>191</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

Assim conquistou-se o apoio de mais e cada vez mais sócios, as actividades desenvolveram-se, a organização cresceu e estruturou-se. O número dos que participam na vida associativa aumenta, o interesse pelos problemas académicos desperta, a Associação torna-se de direito e de facto a organização que representa a vontade dos estudantes da Escola.<sup>192</sup>

As motivações dos estudantes para participarem na Associação seriam várias, sendo que a questão de noção de ajuda social, era possivelmente a que levava mais alunos a dedicar o seu tempo ao trabalho associativo. Havia a noção que trabalhando em grupo, podiam resolver os problemas concretos dos estudantes.

Na medida em que se observavam dificuldades no tocante à angariação de colaboradores e à sua permanência no trabalho associativo, havia uma preocupação patente na AEIST: “a preparação de alunos para cargos directivos, isto é, a formação de dirigentes”, dado que, particularmente na década de 1940, se verificava uma manifesta inexperiência por parte dos dirigentes, que culminava em constantes desistências dos cargos e numa conseqüente escassez de dirigentes para ocupar os cargos existentes. Esta situação gerava a que ocorresse uma constante tentativa de angariação de novos membros para o trabalho associativo, mesmo para desempenhar tarefas de responsabilidade, como nos revela um documento: “deu-se todo o apoio à chamada de alunos dos primeiros anos para lugares de colaboradores responsáveis”.<sup>193</sup>



<sup>192</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º 6, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1951, p. 2.

<sup>193</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, 1950, p. 5.



**Figura 30 e Figura 31:** Fichas de sócio da AEIST, com informação do nome de sócio, contactos e cargos ocupados na AEIST (AAEIST) Foto: Mónica Maurício

### 4.3. Actividades e Relações Inter-Associações

Em 1949, terá sido criada pelos activistas do MUD-Juvenil, em Lisboa, uma organização no contexto do movimento associativo, a Comissão Inter-Associações de Estudantes, denominada CIAE, que procurava realizar reuniões regulares, contando por vezes com a presença das Comissões Pró-Associações, representantes das escolas onde as AE's tinham sido extintas ou ainda não existiam.<sup>194</sup>

A representação da AEIST na CIAE tinha como principal fim a construção de órgãos de carácter cultural, social e pedagógicos, que fossem comuns às várias escolas, tendo por base a cooperação mútua entre as diversas AE's. Paralelamente, a AEIST procurou dar o seu contributo no âmbito da procura de soluções para diversos problemas que afectavam os estudantes portugueses de então, nomeadamente em áreas como a habitação, alimentação, bolsas de estudo e assistência médica.

Entre 18 e 21 de Março de 1954, realizou-se em Lisboa a 4.<sup>a</sup> Reunião da CIAE, onde estiveram presentes delegados de todas as "Associações e delegações portuguesas", com excepção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina, que tinha sido encerrada por ordem do MEN. Durante toda a reunião esteve presente um

<sup>194</sup> Nuno Caiado, *Op. Cit.*, p. 36.

representante oficial do Ministro da Educação Nacional.<sup>195</sup> O Presidente da Direcção da AEIST na altura, Domingos Raimundo expõe o desenrolar dos acontecimentos:

Uma coisa importante da minha altura foi a Reunião das 3 Academias para discutirmos os problemas da universidade. Aqui no IST, que tínhamos alguma força devido às diversas secções que existiam, convocámos as outras academias para uma reunião. Tivemos que ir ao secretário do Ministro pedir autorização, e ele disse “os comunistas tiram partido disto tudo”, mas acabou por ser autorizada. Foi um tipo da Mocidade Portuguesa aqui do IST, e quando ele achava que tinha dúvidas se determinada coisa devia ser discutida ou não, telefonava para o MEN para perguntar. Nessa reunião os de Coimbra ficaram muito admirados com a nossa AE devido às condições, que tínhamos, como a Cantina, etc...<sup>196</sup>

Foram aprovadas várias questões, designadamente as relacionadas com problemas gerais referentes às AE's: criação de novas AE's, legalização de todas as AE's, instalações e subsídios oficiais para as AE's, representação das AE's nos Conselhos Escolares, planificação de facilidades inter-associativas e intercâmbio; com problemas gerais dos estudantes: bolsas e subsídios, restaurantes universitários, habitação e assistência médica para os estudantes; e com questões pedagógicas e desportivas.<sup>197</sup>

Importa sublinhar que a dita reunião acabou por adquirir uma projecção internacional, “reflectida nas saudações recebidas da União Nacional dos Estudantes de França e do Secretariado Coordenador das Uniões Nacionais de Estudantes”.<sup>198</sup>

No ano lectivo de 1954/55, as Direcções das AE's de Lisboa elaboraram uma regulamentação interna para as reuniões inter-associações, “de carácter puramente interno e apenas para orientação destas”. Decidiu-se então enviar uma cópia dessa regulamentação ao Ministro da Educação Nacional, para que tomasse conhecimento e “para que não se levantassem (...) dúvidas sobre as finalidades e modo de

---

<sup>195</sup> A propósito, o *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/54* expunha: “era nossa primeira intenção, aliás aprovada pela CIAE, convidar um representante do MEN a assistir, posteriormente esse convite apareceu-nos como absolutamente necessário para evitar as más interpretações do MEN, sobre os objectivos da Reunião”, Lisboa, AEIST, p. 74.

<sup>196</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

<sup>197</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 74.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 74.

funcionamento dessas reuniões”.<sup>199</sup> No seguimento disso, as AE’s de Lisboa receberam uma comunicação do MEN, de 25 de Março, informando que este “não reconhecia a legalidade da Comissão Inter-Associações de Estudantes Universitários de Lisboa”, decisão tomada de acordo como o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 21.566. No seguimento dessa notificação, a AEIST “interrompeu imediatamente” a representação na CIAE, e decidiu intervir junto do MEN, para que “a coordenação entre as Associações de Estudantes, permitida pelo de 3 de Agosto de 1932, seja uma realidade”,<sup>200</sup> dado que o artigo do referido Decreto permitia “às Associações (...) coordenarem as suas actividades (...) sem contudo tomarem o carácter de federações”.<sup>201</sup> As AE’s defendiam que as reuniões da CIAE tinham apenas a finalidade de coordenar as actividades das várias AE’s, sem que tomasse um carácter federativo, logo o citado decreto não as tornava ilegais.

O Ministro terá interpretado a regulamentação recebida como um pedido de homologação da constituição de um organismo reunindo as várias AE’s de Lisboa. A este propósito, José Prostes da Fonseca refere:

Foram criadas as RIA (Reuniões Inter-Associações) do que foi dado conhecimento (e não pedido de autorização) ao Ministério da Educação. Passados uns dias recebemos do Ministério uma informação a dizer que o Ministro não tinha aprovado o regulamento. As RIA não sofreram acções da PIDE nem do Ministério da Educação. Normalmente, as reuniões do Secretariado das RIA realizavam-se na AEIST. Desempenhei, nessa estrutura, a função de secretário-geral adjunto. A actividade das RIA foi muito importante nomeadamente em determinados processos fundamentais.<sup>202</sup>

No seguimento deste processo, foi decidido denominar a CIAE “unicamente Reuniões Inter-Associações”, pretendendo as diferentes AE’s simplificar desta forma a designação, para “que não pudessem surgir quaisquer dúvidas quanto ao carácter das reuniões”.<sup>203</sup> As RIA teve um papel crucial em vários momentos da vida associativa, e

---

<sup>199</sup> *Boletim da AEIST*, n.º 4, Lisboa, AEIST, Novembro de 1956, p. 1.

<sup>200</sup> *Boletim da AEIST*, n.º 3, Lisboa, AEIST, Maio de 1955, p. 12.

<sup>201</sup> *Diário do Governo*, I série, n.º183, 6 de Agosto de 1932, pp. 1670-1671.

<sup>202</sup> Testemunho de José Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

<sup>203</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 43.

principalmente no que toca à resolução de vários processos estudantis que marcaram a década de 1950.

As RIA iriam ficar mais dinâmicas com a publicação do Decreto-Lei 40.900, como refere José Fernando Pinharanda:

As RIA já existiam antes do 40.900, mas ganharam outra importância. Aí reconheceu-se que era necessário que todos os estudantes actuassem de uma forma razoavelmente concertada, as iniciativas tinham que ser tomadas de forma a não constranger os outros estudantes e portanto começou a haver uma coordenação entre as AE's.<sup>204</sup>

A comemoração do “Dia do Estudante” em 1950/51 constituiu um resultado do relacionamento entre as várias AE's, quando as três Academias decidiram comemorar um dia dedicado aos estudantes,<sup>205</sup> ficando instituída a data de 25 Novembro para as celebrações. No entanto, só Lisboa assistiria ao 1.º Dia do estudante, que incluía uma tarde cultural, um festival desportivo e um baile de recepção aos caloiros, iniciativas que pareceram não ter despertado grande interesse.<sup>206</sup>

O Dia de Estudante, só terá ganho alguma dimensão nos anos cinquenta a partir de 1957, ano de contestação contra o Decreto-Lei 40.900 de 12 de Dezembro de 1956. Até à data referida, aquele evento comemorativo resumia-se a um conjunto de actividades que parecia não cativar grande número de alunos. Não obstante, a partir do citado decreto, já com as RIA a organizar as actividades, o Dia do Estudante ganhou outro destaque.

Eram várias as secções da AEIST que mantinham um razoável contacto com outras AE's e Escolas, nomeadamente, a Secção Cultural, o Grupo Desportivo e a Secção de Folhas, esta última através de “intercâmbio de publicações, facilidades de compra e preços mais baixos nos trabalhos para fora” Constituiriam exemplos desse facto a elaboração de 5 folhas (num total de 560 exemplares) que foram feitas para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e para a Faculdade de Medicina e os descontos na compra de folhas concedidos à Liga dos Amigos da

---

<sup>204</sup> Testemunho de José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007.

<sup>205</sup> Segundo José Medeiros Ferreira o Dia do Estudante poderá ter origem na Semana da Juventude realizada pelo MUDJ de 21 a 28 de Março de 1947. in “Dia do Estudante” in *Dicionário de História de Portugal*, 1999, p. 520-522.

<sup>206</sup> Nuno Caiado, *Op. Cit.*, p.39

Biblioteca da Faculdade de Ciências, no ano lectivo de 1949/50. Desta forma, a AEIST contribuiu para auxiliar na resolução de diversos problemas relacionados com as actividades pedagógicas de outras escolas, como a ausência de folhas sobre determinadas matérias.<sup>207</sup>

No seguimento das actividades levadas a cabo conjuntamente pelas várias AE's de Lisboa, foi criado o Orfeão Universitário de Lisboa (OUL), em Abril de 1957, tendo tido lugar a sua primeira apresentação no salão nobre do IST, em 10 de Julho do mesmo ano. Cabe assinalar que os ensaios tinham lugar num anfiteatro do IST, tal como as inscrições para o OUL.

No âmbito das relações inter-associações, eram ainda realizadas várias actividades, tais como um clube universitário de jazz, exposições, concertos, bailes, sessões de cinema, entre outros.



**Figura 32:** Baile, organizado pelas várias AE's de Lisboa, realizado na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, década de 1950. (fotografia cedida por Mary Evelyn Soares).

### 4.3.1 O Cineclube Universitário de Lisboa

A CIAE teve um papel decisivo no âmbito de várias questões estudantis, como foi o caso da criação e organização do Cineclube Universitário de Lisboa. Essa

---

<sup>207</sup> *Relatório e Contas da Gerência da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, pp. 5 e 13.



iniciativa partiu da Secção Cultural da AEIST, tendo surgido como “a evolução lógica das Sessões de Cinema de Grande Metragem que se realizavam no Salão Nobre do IST”.<sup>208</sup> O Cineclube seria fundado oficialmente pela CIAE em Março de 1952 e teve um funcionamento normal até 27 de Novembro de 1953, altura em que, por não ter os seus estatutos aprovados legalmente, teve que interromper o seu funcionamento. Um aluno do IST aponta as razões desse encerramento:

Nunca se entregou estatutos, nem se legalizou, e numa sessão perfeitamente normal de um filme italiano “Dois dias fora da vida”, que era história de um caixeiro-viajante que vendia produtos pela Itália, aquela Itália pobre depois da guerra e ficou a viver durante dois dias numa aldeia diferente da vida que levava. (...) Era um filme que não tinha problema nenhum, mas o tal grupo “quanto pior melhor” interpretou uma mensagem e decidiu deitar pombas brancas e panfletos. O Governo fecha o Cineclube Universitário com o pretexto de que não estava organizado.<sup>209</sup>

Com a suspensão das actividades do CCUL, a AEIST assumiu perante a CIAE a responsabilidade de reorganizar e elaborar estatutos. Foi então criada uma Comissão de Organização do CCUL que, em Março de 1954, entregou ao MEN os estatutos para serem aprovados. Manuel Macara, um dos responsáveis pela Comissão de Organização relembra:

Eu e uns colegas reunimo-nos na Mourisca e em duas tardes fizemos os estatutos, duma forma muito simples: havia um cineclube no Porto (o mais antigo de Portugal), adaptámos os estatutos deles e demos um cheirinho universitário. Depois assinaram oito pessoas que seriam a comissão instaladora, a maior parte era do IST e assinaram todos os presidentes das AE's de Lisboa.<sup>210</sup>

Os estatutos foram aprovados pelo MEN em 1955 e “apesar do adiantado do ano lectivo, a Comissão Organizadora decidiu entrar” logo em actividade “realizando duas sessões em Maio e duas em Junho”.<sup>211</sup> Sobre esta questão, Manuel Macara acrescenta:

---

<sup>208</sup> *O que é a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 19.

<sup>209</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

<sup>210</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

<sup>211</sup> *Boletim da AEIST*, n.º3, Lisboa, AEIST, Maio de 1955, p. 8.

Quando aparece a legalização, tínhamos tudo montado, tudo organizado para o fazer, fizemos um regulamento. Assim qualquer pessoa podia chegar à AEIST e inscrever-se. Havia uma distribuição de tarefas, não havia funcionários, éramos nós que fazíamos tudo. A nossa luta perante o MEN foi a de eles quererem colocar à frente do cineclube a MP, e nós não queríamos, da mesma maneira que não queríamos no desporto. E também não quisemos nas tais relações internacionais. O cineclube assim continuou, a comissão instaladora esteve durante um ano e depois fez-se eleições e prosseguiu, que eu saiba nunca mais foi fechado nem perseguido. Havia no cineclube um grande equilíbrio. Como o equilíbrio que se conseguiu na AEIST de nem um extremo nem outro, aquele central que era de pessoas que queriam avançar, não iam lutar contra montanhas, embora pudessem estar subrepticamente a fundar condições para efectivamente sermos outra coisa, termos outra formação, era evidente que estávamos.<sup>212</sup>

Na sequência do início das suas funções, o CCUL estabeleceu as categorias de sócio universitário e não universitário, pagando os primeiros, uma cota mensal de 6\$00 e os segundos, uma de 10\$00, valores referentes ao ano de 1955.

Todos os sócios tinham um cartão identificativo com a informação da escola da qual eram alunos, sendo que as inscrições eram efectuadas na AEIST, considerada sede provisória do CCUL.



**Figura 33:** Cartão de sócio do Cineclube Universitário de Lisboa (cedido por José Myre Dores)

Foto: Mónica Maurício

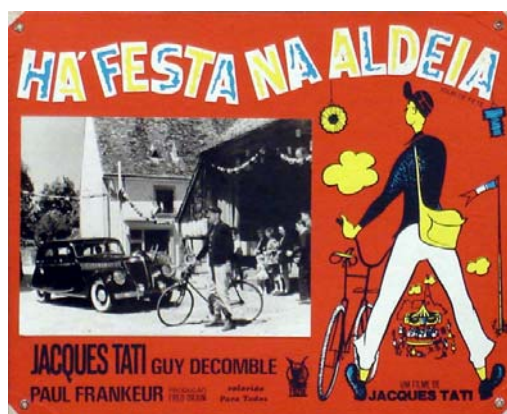
As sessões começaram a realizar-se no Chiado Terrasse, onde se distribuía programas com informação detalhada sobre os filmes, antes das sessões, procurando

<sup>212</sup> Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

informar os espectadores, para que deste modo, se pudesse realizar um debate após o final do filme, em que a participação era aberta a toda a assistência.

Os filmes eram muitas vezes agrupados por temas e exibidos em ciclos de cinema. O jornal *AEIST* dedicava frequentemente uma secção sobre os filmes exibidos no Cineclube Universitário e também nas salas de cinema lisboetas, incluindo opiniões e votação de alunos e colaboradores. A título de exemplo, a partir da votação de dirigentes do CCUL, foram votados como melhores filmes estreados em Novembro e Dezembro de 1957: “A Taberna” de René Clément, “Loira Explosiva” de Frank Tashlin e “Rua Principal” de J. A. Barden.<sup>213</sup>

A tipologia dos filmes exibidos era variada, incluindo películas muito conhecidas, êxitos de bilheteira, tais como “Festa na Aldeia” e “Gata em telhado de zinco quente”, assim como filmes menos exibidos nas salas de cinema lisboetas.



**Figura 34:** Cartonado do filme *Há Festa na Aldeia* (Jour de Fête), 1948 (Cinemateca Portuguesa)

### 4.3.2. O Desporto Universitário

Em 21 de Outubro de 1955, o Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa fez circular uma carta por entre as suas delegações e as AE's, pela qual anunciava a criação de uma Comissão Organizadora dos Campeonatos Universitários Regionais. Numa reunião posterior, as AE's de Lisboa foram informadas de que o Ministro da Educação Nacional entregara a responsabilidade pela organização das competições desportivas universitárias à Mocidade Portuguesa. Assim sendo, o papel

<sup>213</sup> *AEIST*, n.º2, Janeiro de 1958, Lisboa, *AEIST*, p. 2.

desempenhado pelas AE's no respeitante à organização e coordenação do desporto universitário ficaria restrito a um papel meramente consultivo e informativo.

Desde logo, as AE's manifestaram conjuntamente o seu descontentamento, afirmando que “só aceitariam uma orgânica para o desporto universitário que fosse representativa dos universitários e não estivesse subordinada à Mocidade Portuguesa”.<sup>214</sup> As AE's sustentavam que, no referente às actividades dos alunos das várias escolas superiores onde existiam AE's, estas deveriam ser as únicas entidades com competência para dirigir, orientar e transmitir a opinião dos estudantes, contestando a intervenção da Mocidade Portuguesa no domínio do desporto universitário.

A posição da AEIST no âmbito deste processo foi coerente desde o início, no sentido de não reconhecer, sob condições algumas, a autoridade da Mocidade Portuguesa em matéria de organização de competições desportivas universitárias. Esta posição consubstanciou-se nos seguintes pontos: recusa da Associação em participar naquelas competições que viessem a ser organizadas pela Mocidade Portuguesa; intervenção junto do MEN, em conjunto com outras AE's, apresentando as motivações para as suas posições e “sugerindo um plano de desporto universitário”; organização de torneios desportivos entre as AE's que tinham assumido posição idêntica à da AEIST, à margem das competições organizadas pela Mocidade Portuguesa. Essa posição da AEIST seria aprovada em reunião magna “com mais de uma centena de associados “, especialmente convocada para o efeito, onde os sócios “incitaram a continuar com a mesma orientação”. A este propósito, José Protes da Fonseca, Presidente da Direcção da AEIST relembra toda a acção:

As AE's de Lisboa decidiram não participar nas actividades de desporto universitário promovidas pela Mocidade Portuguesa. Demos conta desta situação à Inspeção Nacional do Desporto Universitário da Mocidade Portuguesa. Verificou-se uma situação de grande confusão e fui chamado pelo Ministro da Educação, o Professor Leite Pinto. As AE's criaram os Torneios Inter-Associações, que na prática inviabilizaram as provas da Mocidade Portuguesa. O Ministro manifestou a sua discordância mas a situação não foi alterada. Mais tarde, os Torneios Inter-Associações foram integrados no CDUL (Centro Desportivo Universitário de Lisboa) tendo sido formalmente extinta a actividade desportiva universitária da Mocidade Portuguesa. Tive

---

<sup>214</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 40.

uma acção que julgo relevante em todo este processo, nomeadamente na qualidade de presidente do CDUL. Esta foi sem dúvida uma grande luta.<sup>215</sup>

Esta situação ditaria o afastamento da AEIST do desporto universitário organizado pela MP no ano lectivo de 1955/56 e nos anos seguintes pelos quais se arrastou o processo, que conseguiu “um apoio efectivo por parte da grande massa universitária à política seguida pelas AE’s. Foi possível interessar alguns milhares de jovens pela questão que directamente os afectava e torná-los muito mais conscientes dos seus direitos e problemas”.<sup>216</sup>

#### **4.4. A Associação e as entidades regulamentadoras**

##### **4.4.1. A Permanente Desconfiança do Ministério da Educação Nacional**

Todas as actividades culturais organizadas pela AEIST,<sup>217</sup> sem excepção, tinham obrigatoriamente de ser submetidas à aprovação prévia do MEN, o que gerava grandes inconvenientes no âmbito da organização das actividades, dado que por vezes o despacho da autorização ou chegava muito próximo do início da iniciativa ou simplesmente não chegava. Neste último caso, a Associação era obrigada a cancelar a actividade, dado que a realização de iniciativas não homologadas pelo MEN poderia conduzir ao encerramento compulsivo da Associação.

Em 1 de Setembro de 1956, durante uma reunião mantida com o Ministro da Educação, a AEIST demonstrou os “inevitáveis inconvenientes” dessa autorização obrigatória e solicitou que fosse “anulada a Ordem de Serviço do Ministério da Educação Nacional que impôs tal obrigatoriedade” e passassem as actividades a ser “sujeitas apenas à autorização do Senhor Director do IST, conforme o disposto no

---

<sup>215</sup> Testemunho de José Protes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

<sup>216</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 55.

<sup>217</sup> O mesmo acontecia com todas as AE’s das três Academias, Coimbra, Lisboa e Porto.

parágrafo 3.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º21.586 de 3 de Agosto de 1932”.<sup>218</sup> O artigo em causa pronunciava o seguinte:

Artigo1.º É permitido aos estudantes das escolas superiores e institutos comerciais e industriais, dependentes do Ministério da Instrução Pública, constituírem associações com fins culturais e beneficentes, e designadamente destinadas: (...)

b) À organização de festas culturais, sessões literárias, comemorações ou diversões educativas;

c) À promoção de conferências, congressos, exposições, espectáculos, cursos ou lições destinados à cultura dos associados; (...)

As realizações a que se referem as alíneas b) e c) deste artigo dependem sempre da autorização prévia do director do respectivo estabelecimento de ensino.<sup>219</sup>

Um dirigente associativo, recorda-se da pressão sentida pelos estudantes em face da necessidade constante de efectuar pedidos de autorização e da existência de um controlo exaustivo, conforme indica o seu testemunho:

Na sala da biblioteca ouvíamos música gravada com o João Freitas Branco, musicólogo. Até para ouvirmos música gravada tínhamos que pedir autorização, não sei se era à PIDE, sei que era por intermédio de um colega que representava o governo cá. (...) Havia um “controleiro” político e ideológico da PIDE e do Governo. Ele não participava na Associação mas vinha controlar. Nós não gostávamos dele. (...) Ele era da Mocidade Portuguesa. (...) A Mocidade Portuguesa não tinha muita importância no Técnico.<sup>220</sup>

Por outro lado, a CIAE e posteriormente as RIA foram motivo de grande desconfiança por parte do MEN.

A AEIST era merecedora de especial atenção por parte quer do MEN quer do Ministério do Interior, devido ao seu activo desempenho no Movimento Associativo, conjugado com o grande número de actividades que empreendia constantemente, rememorando sobre esse assunto José Protes da Fonseca:

---

<sup>218</sup> *Boletim da AEIST*, n.º4, Lisboa, AEIST, Novembro de 1956, p. 5.

<sup>219</sup> *Diário do Governo*, I série, n.º183, 6 de Agosto de 1932, pp. 1670-1671.

<sup>220</sup> Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

No ano anterior a ser presidente da AEIST, comecei a entrar no Movimento Associativo como vice-presidente da Associação. Nessa altura o grande problema era a dificuldade de realização de reuniões inter-associações. Fui várias vezes chamado para ir à PIDE. Estava muito atenta. A AEIST era considerada o “baluarte” dos esquerdistas e por isso era particularmente vigiada.<sup>221</sup>

#### 4.4.2. O Apoio da Direcção e do Corpo Docente do IST

Desde a sua fundação, a AEIST manteve boas relações com a Direcção do IST, constituindo disso exemplo o já referido projecto do *campus universitário* IST, o qual previu um espaço dedicado à Associação. De um modo geral, existia da parte do Instituto um voto de confiança à Associação e um constante apoio. Os antigos colaboradores entrevistados referem uma grande confiança e apoio por parte da direcção e dos docentes do IST, sendo que havia um bom diálogo entre a Associação e a direcção da Escola.

Nesse sentido, a década de cinquenta, regra geral, terá sido marcada pela colaboração entre ambas as partes, como informa o *Noticiário da AEIST*:

Entre a Direcção da AE e o Exmo. Director do nosso Instituto tem existido uma colaboração franca e eficiente, que é garantia de mais rápido e perfeito desenvolvimento. O Senhor Eng.º Belard da Fonseca acolhe com invulgar interesse todas as nossas iniciativas e proporciona os meios necessários para a sua realização.<sup>222</sup>

O *Relatório e Contas de 1955/56* reforça essa ideia, referindo que:

Procurou a Direcção da Associação manter um estreito contacto com a Direcção do IST. Foi este contacto mantido através de conversas levadas a efeito pelo menos uma vez por semana e encontros vários para tratar de questões concretas. Nas conversações normais que o Presidente da AEIST estabeleceu com o Sr. Director do IST, procurou

---

<sup>221</sup> Testemunho de José Protes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

<sup>222</sup> *Noticiário da AEIST*, n.º 2, Lisboa, AEIST, Janeiro de 1951, p. 2.

aquele informar este da forma como decorriam as actividades da Associação, nos seus vários aspectos.<sup>223</sup>

Nos vários processos e consequentes reivindicações desencadeadas pela AEIST, o Director do IST transmitiu quase sempre o seu apoio, o que não deixa de reflectir a importância fundamental desempenhada pela Associação enquanto espaço complementar do ensino do IST, como nos mostra o testemunho de um antigo aluno:

A AEIST foi sempre muito considerada porque tinha componentes culturais e sociais muito importantes, tinha um auxílio social muito importante. A AEIST era considerada, quer pelo corpo discente quer pelo corpo docente, como qualquer coisa da própria escola. A AEIST era uma instituição sempre apoiada pela própria estrutura directiva.<sup>224</sup>

Entre a documentação consultada, ressalta apenas uma referência à existência de desentendimentos entre o IST e a AEIST, descrita no *Relatório e Contas de 1958/59*, que aponta como motivo propiciador para essa fricção “a peculiar opinião do Director do IST quanto (...) à acção a desenvolver pelas AE’s”.<sup>225</sup> Esta situação teria sido originada por várias situações, entre elas a entrada de “elementos estranhos à Universidade (agentes da PIDE), dentro do recinto do Técnico e mesmo até dentro da Associação” a 6 de Fevereiro de 1959, o que a AEIST considerou como factores “atentatórios ao prestígio, tradições e autonomia da Universidade”.<sup>226</sup>

---

<sup>223</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 36.

<sup>224</sup> Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.

<sup>225</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1958/59*, Lisboa, AEIST, 1959, p. 73.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 73.



## 5. AGENDAS REIVINDICATIVAS ESTUDANTIS

### 5.1. Movimentos estudantis no Pós-Guerra

O final da II Guerra Mundial e a consequente vitória das potências aliadas sobre os Estados totalitários de Hitler e de Mussolini produziram ecos em Portugal, desenvolvendo uma expectativa de que o movimento democratizante pudesse vir a derrubar o Estado Novo. Neste sentido, verificou-se na segunda metade de 1945 uma intensa agitação social e a eclosão de movimentos grevistas de contestação ao Governo de Salazar, o que atingiu também o meio universitário, constatando-se movimentações nas Academias de Coimbra e de Lisboa.

Neste contexto, foi criado em Lisboa, a 8 de Outubro de 1945 o Movimento de Unidade Democrática (MUD), no Centro Escolar Almirante Reis, com o propósito de promover “a liberdade de reunião, de associação e de imprensa” e lutar por um sufrágio eleitoral justo e sério, optando assim pela via legalista em detrimento das actividades conspiratórias. Paralelamente, diversos estudantes das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto “organizam-se em comissões promotoras de reuniões académicas e manifestam publicamente a sua concordância com as resoluções tomadas em Outubro no Centro Escolar Republicano Almirante Reis”. Com o propósito de corresponder à “necessidade de coordenar as actividades das três academias”, foi criado o Movimento Académico de Unidade Democrática (MAUD) como resultado da conjugação de esforços entre as ditas Comissões Académicas de Apoio ao MUD existentes nas três Universidades.<sup>227</sup>

Em face da necessidade reconhecida pelo movimento de procurar cativar as camadas mais jovens da população, foi formado, em 27 de Abril de 1946, o MUD Juvenil, com o propósito de organizar e potenciar o descontentamento dos membros daquelas faixas etárias, em relação às características estruturais e às políticas concretas do Estado Novo, quer estivessem aqueles já integrados no mercado de trabalho ou a frequentar estabelecimentos de ensino.

---

<sup>227</sup> Maria Isabel Mercês de Melo de Alarcão e Silva, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo, 1945-1948*, Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX (secção do século XX), apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994. Exemplar policopiado, p. 68.

O contexto da vida estudantil no período subsequente ao final da II Guerra Mundial foi ainda marcado por duas iniciativas relacionadas com os estudantes, a “Semana da Juventude”, organizada pelo MUDJ, e realizada pela primeira vez no ano de 1947, numa altura em esta organização integrada por estudantes e trabalhadores, “contava nas suas fileiras com 20 mil aderentes”<sup>228</sup> e a “Semana Universitária”, realizada pela primeira vez de 27 de Maio a 3 de Junho de 1945, e cujo programa era constituído por: “queima das fitas, cortejo, récita, concerto de gala, garden-party, baile, tarde desportiva, garraizada, jogos florais, etc...”<sup>229</sup>

A contestação estudantil no Pós-Guerra efectivou-se através da realização de diversas iniciativas, que obteriam uma resposta quase sempre repressiva da parte das autoridades, particularmente entre Março e Maio de 1947, período em que foram detidos vários membros do MUDJ, designadamente os pertencentes à Comissão Académica de Lisboa e à Comissão Central.<sup>230</sup>

Este período ficaria marcado por uma manifestação que teve lugar em 1947 na Faculdade de Medicina de Lisboa, sobre a qual não existe consenso quanto à data em que teve lugar nem quanto à motivação que a impulsionou. Desta forma, em relação à eventual data em que aquele evento teve lugar, têm sido apontadas como hipóteses Março<sup>231</sup> e Abril<sup>232</sup>. No referente à motivação, enquanto Nuno Caiado<sup>233</sup> refere que a manifestação visou protestar contra o aumento de propinas, já Fernando Rosas,<sup>234</sup> aponta como factor explicativo a contestação à prisão da Comissão Central do MUDJ, referida anteriormente.

Não obstante, existe um consenso de que essa manifestação reuniu os estudantes de diversas instituições universitárias, designadamente a Faculdade de Ciências e o IST, com o fim de se manifestarem na Faculdade de Medicina, no Campo de Santana, onde ficavam situadas outras escolas e o próprio MEN. Esse evento de contestação estudantil ficaria marcado pela carga policial que ocorreu no interior da Faculdade, atingindo, para além dos manifestantes, outros estudantes, professores e mesmo o director daquela

---

<sup>228</sup> Entrevista a Octávio Pato, *Avante*, Março de 1996.

<sup>229</sup> *Boletim da AEIST*, N.º 1, Lisboa, AEIST, Maio de 1945, p. 6.

<sup>230</sup> Fernando Costa, “Movimento de Unidade Democrática (MUD)” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário da História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 636.

<sup>231</sup> António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em Datas*, [s.l.], Círculo de Leitores, [d.l. 1994], p. 345.

<sup>232</sup> José Mattoso (dir.), *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII, volume dirigido por Fernando Rosas, [s. l.], Círculo de Leitores, [d. l. 1994], p. 398.

<sup>233</sup> Nuno Caiado, *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>234</sup> José Mattoso (dir.), *Op. cit.*, p. 398.

instituição universitária, o professor António Flores e contrariando assim a lei e o costume que ditavam que aquele tipo de intervenção só poderia ocorrer no interior das escolas, caso assim fosse solicitado pelas respectivas autoridades.<sup>235</sup>

Um aluno do IST recorda, a propósito da sua participação nos acontecimentos na Faculdade de Medicina: “Sei que fomos um dia à Universidade de Medicina, no Campo Santana, sei que havia um cordão da polícia que começou à pancada. Era política contra o Salazar. Nós, os estudantes, tínhamos imensa dificuldade no tempo de Salazar, em acatar ordens”.<sup>236</sup>

Refira-se ainda, as várias manifestações realizadas em Lisboa e no Porto, no âmbito da comemoração da implantação da República, enquanto momentos em que os estudantes participaram de uma forma relativamente activa. Essas manifestações, que se realizaram pela primeira vez em 5 de Outubro de 1946, continuando sendo repetidas ao longo da década de 1940, constituíram um forte protesto contra o Estado Novo<sup>237</sup>. Bento Dias, aluno no IST desde 1947, recorda-se da existência destas manifestações, que simbolicamente se realizavam junto da estátua de António José de Almeida<sup>238</sup>, localizada nas traseiras do IST, afirmando que participava nelas juntamente com vários colegas do Instituto, demonstrando o descontentamento em relação ao regime vigente: “De vez em quando havia umas manifestações, uma vez levei pancada da polícia, eram manifestações políticas, havia um desgaste político (...) havia uns comunistas disfarçados, isto na década de quarenta.”<sup>239</sup>

Paralelamente, no contexto das movimentações estudantis do Pós-Guerra, a AEIST esteve encerrada oficialmente no ano lectivo de 1947/48, informação presente no *Relatório e Contas da Gerência de 1949/50 da AEIST*. Importa salientar que esse

---

<sup>235</sup> Nuno Caiado, *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>236</sup> Testemunho de Bento Dias, Lisboa, 05/04/2007.

<sup>237</sup> Maria Isabel Mercês de Melo de Alarcão e Silva, *Op. Cit.* p.133.

<sup>238</sup> António José de Almeida foi um dos mais populares dirigentes do Partido Republicano durante a fase final da Monarquia, tendo sido eleito deputado nas segundas eleições parlamentares realizadas em Agosto de 1906. No seguimento do 5 de Outubro de 1910, integrou o Governo Provisório, ocupando a pasta do Interior. Em 1912, consumaria a dissidência relativamente ao Partido Democrático, fundando o Partido Republicano Evolucionista, vindo a integrar o Governo da “União Sagrada”, onde ocuparia várias pastas. Em 6 de Agosto de 1919, foi eleito Presidente da República, cumprindo o seu mandato até ao fim, circunstância inédita durante a I República. Os seus amigos e admiradores ergueram-lhe uma estátua em Lisboa, de autoria do escultor Leopoldo de Almeida e do arquitecto Pardal Monteiro (autor do projecto do IST), e coligiram os seus principais artigos e discursos em três volumes, intitulados *Quarenta anos de vida literária e política*, obra publicada em 1934. Veja-se, Ernesto Castro Leal, “António José de Almeida”, in João Medina (org.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, vol X, A República I*, Amadora, Ediclube, [d. l. 1993], pp. 218-222 e Luís Reis Torgal e Alexandre Ramires, *António José de Almeida*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006

<sup>239</sup> Testemunho de Bento Dias, Lisboa, 05/04/2007.

encerramento se verificou por “condicionamento exterior”, o qual teve “graves consequências para a continuidade dos serviços”.<sup>240</sup>

Como afirma Nuno Caiado, os acontecimentos do período do Pós-Guerra são importantes para se compreender os movimentos estudantis dos anos seguintes:

Embora com a debilidade evidente e sem o carácter massivo que mais tarde o MA viria a conhecer, o conjunto das movimentações da segunda metade da década de quarenta não deixaram de ter profunda importância “qualitativa” e “funcional” na transformação das mentalidades e na preparação dos movimentos estudantis das décadas seguintes.<sup>241</sup>

A viragem do decénio de quarenta para cinquenta caracterizou-se pelo regresso de uma forte repressão e pela reorganização dos aparelhos ideológicos e policiais do Estado, tendo em vista a normalização da vida pública e cerceando qualquer esperança de alcançar a liberdade. É neste contexto que devemos entender a ilegalização formal do MUD em Março de 1948, tendo-se verificado a prisão dos membros da Comissão Central e Comissão Distrital de Lisboa daquele movimento.

## 5.2. Readmissão do Professor Ferreira de Macedo

Em 14 de Junho de 1947, o Conselho de Ministros deliberou a aposentação e demissão (na eventualidade de não terem direito à aposentação) de 21 professores universitários, com base no artigo 1.º do decreto-lei n.º 25.317 de 13 de Maio de 1935.<sup>242</sup> O artigo em questão decretava o seguinte:

Os funcionários ou empregados, civis e militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos principais fundamentos da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário.<sup>243</sup>

---

<sup>240</sup> *Técnica*, n.º209-210, Fevereiro/Março, Lisboa, AEIST, 1951, p. 368.

<sup>241</sup> Nuno Teixeira Neves *apud* Nuno Caiado, *Op. Cit.*, 1990, p. 29.

<sup>242</sup> *Diário do Governo*, 18 de Junho de 1947, I Série.

<sup>243</sup> *Diário do Governo*, 13 de Maio de 1935, I Série.

Essa acção ter-se-á inscrito numa medida de âmbito mais abrangente empreendida pelo Governo de Salazar, em que terão sido afectados vários funcionários públicos civis e militares, com particular incidência no ensino universitário.<sup>244</sup>

Nesse contexto, verificou-se o afastamento de vários professores e assistentes<sup>245</sup> do âmbito lectivo, ao abrigo do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Públicos, contando-se entre os professores proscritos: Mário Augusto da Silva, Augusto Pires Celestino da Costa, João Cândido da Silva, Fernando da Conceição Fonseca, Adelino José da Costa, José Henrique Cascão de Anciães, Carlos Fernando Torres de Assunção, Flávio Pinto Resende, António Augusto Ferreira de Macedo, Francisco Pulido Valente, Mário de Azevedo Gomes, João Remy Teixeira Freire, Arnaldo Peres de Carvalho, Manuel Augusto Zaluar Nunes. Segundo Fernando Rosas:

É uma depuração especificamente destinada à Universidade, onde são visados alguns dos mais prestigiados docentes e investigadores da academia portuguesa, essencialmente pelas suas ideias e posições políticas, posto que a maioria nem sequer desenvolvia actividades nas fileiras da oposição organizada. (...) No rescaldo dos protestos estudantis que então se verificam, inicia-se a ofensiva policial contra o MUD Juvenil, com a prisão dos membros da Comissão Académica de Lisboa, logo de seguida da dos elementos da sua Comissão Central. O regime retomava o controlo da situação política.<sup>246</sup>

Esse afastamento compulsivo de vários professores atingiria igualmente o corpo docente do IST, designadamente os professores António Augusto Ferreira de Macedo e Arnaldo Peres de Carvalho e o assistente João Lopes Raimundo, o que provocou preocupação e desagrado entre os alunos. Dessa forma, tiveram lugar várias diligências junto das entidades competentes no sentido de conseguirem a reintegração dos professores, com particular destaque para o Professor António Augusto Ferreira de Macedo.

---

<sup>244</sup> Fernando Rosas, “Estado Novo, Universidade e Depuração Política do Corpo Docente”, in *Maio de 1968, Trinta anos depois, movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da F.C.S.H.-U.N.L. – Edições Colibri, 1999, p. 91.

<sup>245</sup> Entre os assistentes, de referir André Crabé Rocha, Luís Dias Amado. Manuel José Nogueira Valadares, Aurélio Marques da Silva, Armando Carlos Gibert, João Lopes Raimundo e José Cardoso Morgado Júnior, Orlando Morbey Maria Rodrigues. Vide *Diário do Governo*, 18 de Junho de 1947, I Série, pp. 539-540.

<sup>246</sup> Fernando Rosas, *Op. Cit.*, p. 91.

Uma das razões que concorreu significativamente para esta situação foi o envolvimento do Professor em diversas reuniões públicas promovidas por sectores oposicionistas ao regime então vigente, designadamente a que decorreu no Centro Escolar Almirante Reis, em 8 de Outubro de 1945, na qual foram dados importantes passos no sentido da formação do Movimento de Unidade Democrática. Não obstante ter declarado ser um “observador isolado” e não pertencente a nenhum movimento<sup>247</sup> político, viria a integrar a Junta Consultiva do Movimento de Unidade Democrática, na qualidade de secretário.<sup>248</sup>

O caso de Ferreira de Macedo mereceu uma atenção especial por parte dos estudantes, na medida em que estes o consideravam um docente de excelência e “merecedor de respeito e amizade de todos os seus alunos”.<sup>249</sup> De referir que Ferreira de Macedo tinha iniciado as suas funções de assistente no IST em 12 de Outubro de 1927, tornando-se professor catedrático por nomeação no Conselho Escolar do IST, reunido em sessão a 1 de Março de 1943 e tendo exercido a regência das disciplinas de Matemáticas Gerais e Geometria Descritiva.<sup>250</sup>

Bernardo Herold, não obstante ter ingressado no IST em 1950, ou seja, alguns anos depois do afastamento de Ferreira de Macedo, recorda os acontecimentos e as suas repercussões:

Houve uma depuração feita por Salazar, foram despedidos vários professores.

Um dos professores que saiu do IST foi o Ferreira de Macedo. Era um pedagogo fantástico, e tinha o dom de comunicação. Dava a disciplina Matemáticas Gerais do 1º

---

<sup>247</sup> António Ventura, *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Caleidoscópio, 2004, pág. 205.

<sup>248</sup> Cumpre assinalar que o afastamento do professor Ferreira de Macedo do IST não significou o fim da sua actividade cívica e política, ainda que tenha limitado a sua acção nesses domínios, motivada por constrangimentos económicos. Nesse sentido, de mencionar que apoiou a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República em 1949 e presidiu à Comissão de Estudos sobre o Problema do Ensino da Candidatura, afigurando-se que tenha desempenhado um papel de relevo na redacção da obra que constituiu o produto dos trabalhos dessa Comissão, *O Ensino Profissional, Comercial e Industrial*. Neste âmbito, refira-se que este professor tinha ainda publicado em 1947 a obra *A Geometria ao alcance de toda a gente*, no quadro da Biblioteca Cosmos, iniciativa editorial dirigida por Bento de Jesus Caraça, com quem havia colaborado de perto nos contextos do MUD e da Universidade Popular Portuguesa. De referir que ambos os professores foram destituídos dos seus cargos de professores catedráticos. No caso do professor Bento de Jesus Caraça do ISCEF, recebeu em 10 de Setembro de 1946 uma nota de culpa no âmbito de um processo disciplinar mandado instaurar por ter sido autor do manifesto, *O MUD perante a admissão de Portugal na ONU*. Para informação mais detalhada, consulte-se António Ventura, *op. cit.*, pp. 204-206.

<sup>249</sup> Carta enviada ao Ministro da Presidência pela Direcção da AEIST, Lisboa, 17 de Julho de 1951, Pasta 91, AAEIST.

<sup>250</sup> Veja-se, para o desenvolvimento desta temática, António Ventura, *Op. Cit.*, pp. 187-206.

ano. Quando Ferreira de Macedo se foi embora, o nível médio dos conhecimentos de matemática dos alunos no 2.º ano baixou imediatamente.<sup>251</sup>

Após o afastamento do ensino oficial, o Professor começou a leccionar aulas particulares como forma de subsistência, que dava na sua casa, em grupos de dez alunos, na sua maioria do IST, versando sobre matérias como Cálculo, Mecânica Racional, Matemáticas Gerais e Geometria Descritiva, Bernardo Herold recorda esses momentos:

O Professor Ferreira de Macedo dava explicações para sobreviver. Custavam 500 escudos por mês (...), e frequentavam-nas alguns dos alunos mais distintos do IST. Estavam lá uns que precisavam das explicações para passar, mas havia outros que só as frequentavam para melhorar os seus conhecimentos, e não para passar.<sup>252</sup>

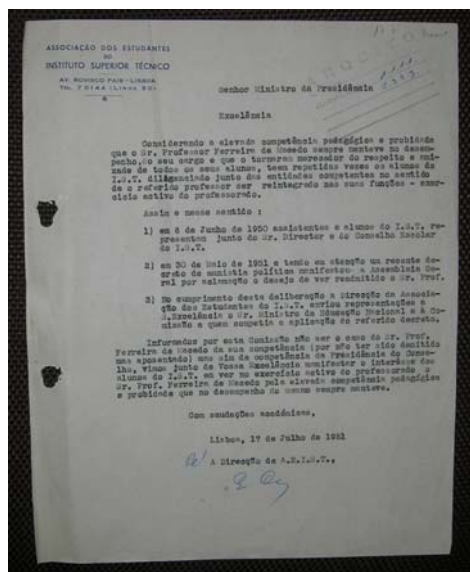
Conforme o acima referido, o desagrado sentido pelos alunos consubstanciou-se em diversas diligências, como a que teve lugar em 5 de Junho de 1950, na qual assistentes e alunos transmitiram o seu desagrado ao Director e ao Conselho Escolar do IST. Em 30 de Maio de 1951, a Assembleia Geral da AEIST manifestou o desejo de ver readmitido o Professor Ferreira de Macedo, tendo sido aprovada uma moção que recomendava à Direcção da Associação que exprimisse junto do MEN o interesse dos alunos do IST nesse sentido, “pela elevada competência e probidade que sempre manteve no desempenho do seu cargo”.<sup>253</sup> Com esse fim, a AEIST enviou ao Ministro da Educação Nacional uma exposição solicitando a reintegração do dito professor, o que não obteria qualquer resultado. Ao tomar conhecimento de que a competência sobre esse assunto cabia ao Ministro da Presidência, a Associação remeteu-lhe uma missiva expondo toda a situação no dia 17 de Julho de 1951.

---

<sup>251</sup> Testemunho de Bernardo Jerosch Herold, Lisboa, 12/02/2007.

<sup>252</sup> *Ibidem*.

<sup>253</sup> *Comunicado da AEIST*, Lisboa, AEIST, 31 de Maio de 1951, Pasta 81, AAEIST.



**Figura 35:** Carta da Direcção da AEIST dirigida ao Ministro da Presidência a pedir a reintegração do Professor Ferreira de Macedo, 17 de Julho de 1951 (AAEIST) Foto: Mónica Maurício

Relativamente ao afastamento compulsivo de vários professores a nível nacional, e que atingiu o IST, Manuel Alves Marques, que viria a entrar no IST em 1947, recorda:

Lembro-me que tinha havido uma fricção entre alunos de medicina e o sistema vigente, a propósito (penso eu) de umas demissões de professores catedráticos, o que também aconteceu no IST, nessa altura eu ainda não estava lá. No IST houve um senhor que foi afectado, Ferreira de Macedo, professor de matemática (eu já não o conheci).<sup>254</sup>

No entanto, as diligências efectuadas no caso do Professor Macedo não concretizariam o seu objectivo, “terminando abruptamente a carreira universitária”<sup>255</sup> desse professor.

### 5.3. Oposição à reunião da OTAN no Instituto Superior Técnico

Em 1952, o Instituto Superior Técnico ocupou um lugar privilegiado nas atenções da Comunidade Internacional, atendendo que as suas instalações acolheram uma reunião internacional ao mais alto nível da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Nesse contexto, entre 20 e 25 de Fevereiro desse ano, teve lugar a

<sup>254</sup> Testemunho de Manuel Alves Marques, Lisboa, 23/03/2007.

<sup>255</sup> António Ventura, *Op. Cit.*, p. 205.



Nona Sessão do Conselho daquela organização internacional,<sup>256</sup> presidida pelo Secretário de Estado para as Relações Externas do Canadá, Lester B. Pearson, e em que estiveram presentes os líderes das diplomacias dos catorze países então integrantes da OTAN, entre os quais se contava Portugal.

Não obstante terem tido lugar encontros bilaterais e diversos eventos em outros locais nobres da capital portuguesa como a sede da Assembleia Nacional, foi nas instalações do IST que tiveram lugar as reuniões multilaterais da OTAN, a diversos níveis de representação, desde Ministros dos Negócios Estrangeiros até peritos. O Pavilhão Central do IST recebeu as reuniões plenárias e, em face da afluência maciça da imprensa internacional, a Imprensa Nacional montou especialmente para o efeito um Pavilhão da Imprensa, Rádio e CTT.<sup>257</sup> Desse modo, o facto do IST ter acolhido a reunião deveu-se não só às notáveis condições físicas que os vários edifícios que compunham o seu complexo ofereciam como também à articulação existente entre aqueles e o espaço envolvente, o que constituíam vantagens dificilmente superáveis por outros locais alternativos.



**Figura 36:** Fotografia da reunião da OTAN no IST, 1952(<http://www.hq.nato.int/multi/photos/1952/m520220a.htm>)

---

<sup>256</sup> Em traços gerais, de salientar que, na reunião em questão, foram alcançados alguns progressos do ponto de vista da estrutura organizativa da OTAN e se procedeu à integração das forças militares da Grécia e da Turquia, Estados que tinham aderido formalmente àquela organização internacional dois dias antes do início da reunião, nos comandos operacionais da OTAN.

<sup>257</sup> *Diário de Lisboa*, 20 de Fevereiro de 1952, p. 1.

A Reunião instalou um clima de desagrado em vários sectores da sociedade portuguesa, com ênfase para alguns alunos do IST. No entanto, no que se refere à realização do evento no IST, verificaram-se dissonâncias na opinião dos alunos, que se dividiram entre os que sentiram um enorme orgulho pelo facto do acontecimento se realizar na escola e os que consideraram ter existido uma enorme falta de respeito pelos estudantes, considerando que a realização da reunião da OTAN prejudicou o normal funcionamento da instituição. Como podemos depreender através das palavras de Bento Dias, dirigente associativo de então: “O IST esteve fechado cerca de uma semana para haver a reunião da OTAN, e nós revoltámo-nos contra isso, porque não está certo, foi anti-pedagógico”.<sup>258</sup> A revolta que o antigo dirigente refere consubstanciou-se numa moção de protesto contra a cedência das instalações da escola para uma reunião do Conselho do Pacto do Atlântico e contra a suspensão das actividades escolares.<sup>259</sup> De referir que a moção foi aprovada por unanimidade pela Junta de Delegados da AEIST, em Janeiro de 1952. Foram ainda empreendidas como iniciativas de contestação a afixação de vários cartazes por toda a escola com as palavras: "Viva a paz" e "O IST para os estudantes";<sup>260</sup> e a concentração de manifestantes na entrada do IST. Esta manifestação integrou, para além dos alunos do IST, estudantes de outras universidades de Lisboa e diversas pessoas que discordavam não só da cedência das instalações de um Instituto Superior para a reunião, como também se insurgiam contra a sua realização. Neste contexto, sucederam várias manifestações estudantis em que se invocava a paz, e se expressava o não às armas atómicas e ao fascismo, o que resultou na expulsão de quinze estudantes da Faculdade de Belas Artes e “uma centena de outros é submetida a processo disciplinar por terem condenado publicamente o Pacto do Atlântico”.<sup>261</sup> Mary Evelyn Dores recorda esses tumultos:

Lembro-me bem da reunião da NATO (ainda não andava no Técnico). Tinha uns amigos que se manifestaram, uns eram do Técnico e outros de outras faculdades (...), lembro-me do reboiço, dos jovens fugirem porque tinham sido cercados pela

---

<sup>258</sup> Testemunho de Bento Dias, Lisboa, 05/04/2007.

<sup>259</sup> Testemunho de António Quintela, Lisboa, 12/02/2007.

<sup>260</sup> Informação in Cronologia do IST (edição em dvd), Lisboa, [s.d.]

<sup>261</sup> Pedro Ramos de Almeida, *O Processo do Salazarismo, Relatório sobre Portugal*, Lisboa, 1983, Edições Avante, p.133.

polícia no Técnico. Lembro-me disso acontecer porque morava ali perto, na Avenida Guerra Junqueiro.<sup>262</sup>

Não obstante terem decorrido vários tumultos durante essa semana, muitos foram os alunos que afirmaram não se recordarem de quaisquer manifestação no IST, lembrando-se ao invés dum estrado de madeira<sup>263</sup> que foi propositadamente adquirido pela Direcção da escola para ser colocado por cima da piscina na AEIST, de forma a minimizar o facto de os alunos não poderem usufruir do espaço IST, aumentando assim a área disponível. Sobre este assunto, Manuel Alves Marques relembra: “A reunião ocupou todo o espaço, tive que fazer exames na piscina, num estrado de madeira que lá colocaram. Não me lembro de ter existido nenhuma manifestação contra a reunião”.<sup>264</sup> O depoimento de Luís Aires Barros, antigo aluno de Engenharia de Minas, reforça a ideia expressa anteriormente, ao descrever as suas lembranças do momento, referindo-se em particular à instalação de aquecimento nos edifícios do IST: “Estivemos uma semana ou duas sem aulas. Não participei em nada. Não me lembro de nenhuma manifestação, (...) mas lembro-me de se criticar o resultado [a reunião da NATO]. Foi colocado aquecimento no IST”.<sup>265</sup>

Estes dois depoimentos revelam a particularidade de vários estudantes associarem a ocorrência da reunião da OTAN a aspectos concretos referentes à sua relação com o espaço físico do IST, como a colocação do estrado de madeira sobre a piscina e a instalação de aquecimento, respectivamente, não se recordando da existência de manifestações contra a realização da reunião.

Segundo as lembranças de vários alunos, o período de duração da reunião, de 20 a 25 de Fevereiro,<sup>266</sup> teria coincido com uma época de exames, o que explica a realização dos ditos exames em mesas colocadas em cima do estrado de madeira na piscina. Como acrescenta um aluno ao depoimento acima referido de Alves Marque: “Fecharam as salas e nós tivemos que ir fazer os exames para as instalações da AEIST em cima da piscina, com um estrado”.<sup>267</sup>

---

<sup>262</sup> Testemunho de Mary Evelyn Dores, Lisboa, 08/03/2007.

<sup>263</sup> O estrado de madeira seria instalado, mais tarde, durante a crise reactiva à publicação do Decreto-Lei 40.900, palco das várias reuniões decisivas para o desenrolar dos factos.

<sup>264</sup> Testemunho de Manuel Alves Marques, Lisboa, 23/03/2007.

<sup>265</sup> Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.

<sup>266</sup> Pedro Cantinho Pereira, *Portugal e o início da construção europeia 1947-1953*, Lisboa, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 749.

<sup>267</sup> Testemunho Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

## 5.4. Desconto nos Transportes

No âmbito dos trabalhos da I Reunião das Associações Académicas, que teve lugar em 27 de Janeiro de 1949, foi decidido proceder-se ao estudo sobre a possibilidade de se conseguir descontos em transportes públicos para os estudantes.

A Comissão Inter-Associações incidiu, desde logo, os seus esforços para a obtenção desses descontos em vários meios de transporte. Em primeiro lugar, procedeu-se ao envio de exposições a várias empresas, pelas quais se sublinhava a possibilidade de serem concedidos preços especiais aos estudantes sem que as receitas brutas das empresas fossem por isso diminuídas,<sup>268</sup> e posteriormente, conseguiu-se a realização de entrevistas entre delegações da CIAE e directores das empresas Caminhos de Ferro Portugueses (CP) e Companhia Carris de Ferro de Lisboa (CCFL).

Esses dois tipos de acção permitiram a obtenção de descontos essencialmente em: viagens de grupo (excursões); transportes marítimos assegurados pela Junta Nacional da Marinha Mercante e pela Companhia Colonial de Navegação;<sup>269</sup> transportes aéreos, chegando o desconto a 50% nas viagens de ida e volta entre o local de estudo e a residência familiar e nos serviços prestados pela CP. Não obstante, os estudantes não se satisfizeram com os descontos obtidos, dado considerarem-nos insuficientes e restritos, e até porque o desconto mais ambicionado, e que iria interessar à maioria dos alunos, o na CCFL, não foi conseguido. Em resposta à proposta enviada à CCFL, que incluía sugestões concretas acerca dos eventuais benefícios que essa empresa poderia conceder aos estudantes, a Secção de Contabilidade da empresa pronunciou-se negativamente sobre essa questão, concluindo que não seria possível realizá-la.

Neste contexto, elaborou-se um estudo sobre a situação financeira dos estudantes, a partir do resultado de inquéritos feitos nas Escolas Superiores, que revelou que a “percentagem sobre a verba destinada a extraordinários gasta pelos universitários nos transportes é de 50% a 75% na sua maioria, o que representa um pesado encargo nos seus orçamentos”.<sup>270</sup> Paralelamente, os alunos dispunham da informação que, em

---

<sup>268</sup> *Relatório da Comissão de Estudo do Problema dos descontos em Transportes*, Lisboa, AEIST, [s.d.], p. 4, Pasta 2, APPF,

<sup>269</sup> Nestas companhias eram concedidos descontos de 20% em 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe apenas a estudantes associados da Casa do Estudante do Império, em viagens nas férias grandes e 25% em determinadas datas e só a estudantes dos 10 aos 20 anos de idade.

<sup>270</sup> Exposição entregue ao Presidente da Câmara Municipal in *Boletim AEIST*, n.º8, Lisboa, AEIST, Abril de 1956.

determinadas cidades do estrangeiro e mesmo do Ultramar, os descontos nos transportes para estudantes constituíam uma realidade comum.

Em face do acima exposto, e de forma a não pagarem o valor do bilhete do transporte, vários alunos do IST faziam a pé grandes percursos, constituindo disso exemplo um antigo aluno de Engenharia Civil que, por residir no Barreiro e despende mensalmente um valor considerável em transportes, utilizando diariamente autocarro,<sup>271</sup> barco e eléctrico para chegar ao IST, prescindia muitas vezes desse último transporte, pelo que testemunha: “Eu vinha do Barreiro todos os dias (...), depois do barco apanhava o eléctrico que ia pela Almirante Reis até ao Técnico, por vezes ia a pé, para poupar o dinheiro do bilhete”.<sup>272</sup>

No ano de 1952, em Assembleia-geral da AEIST, os alunos manifestaram o seu interesse na resolução rápida da questão dos descontos em transportes, tendo sido formada uma Comissão especialmente para a concretização desse objectivo. Essa Comissão decidiu desde logo centrar a sua actividade na procura da obtenção de descontos na CP e nos transportes urbanos de Lisboa, em relação aos quais a CCFL mantinha a concessão. Essa Comissão tinha assim como principais objectivos: em primeiro lugar, “agitar a opinião pública e universitária”, chamando a atenção das pessoas no geral e das entidades oficiais; em segundo “pedir reduções substanciais nos preços dos bilhetes dos eléctricos e autocarros para os estudantes, em quaisquer carreiras e sem limitação do número de viagens”.<sup>273</sup>

Cabe assinalar que a reivindicação dos estudantes no sentido da aplicação do regime de descontos a um número ilimitado de viagens se prende com o facto de aqueles defenderem que a formação do estudante transcendia a sua vivência escolar, não se limitando os percursos da vida do estudante às deslocações entre casa e a escola:

A cultura não é só nesta [na escola] que se adquire, é também nos concertos, nos cinemas, nos teatros, nos recitais, nos museus, nos monumentos, nos campos de

---

<sup>271</sup> O preço do bilhete de autocarro era mais elevado do que o do eléctrico, dando-se o caso de vários alunos que moravam nos bairros novos de Lisboa só terem acesso ao autocarro, gastando, deste modo, uma quantia mensal mais elevada.

<sup>272</sup> Testemunho de Bento Dias, Lisboa, 05/04/2007.

<sup>273</sup> *Boletim AEIST*, n.º 3, Lisboa, AEIST, Maio de 1955, p. 3.

desporto (...) e é difícil que o estudante se desloque de casa para a escola e para todos os locais onde se vai cultivar e aprender com, por exemplo quatro viagens diárias.<sup>274</sup>

Afigura-se de salientar que a formação da Comissão de Descontos de Transportes da AEIST surge no seguimento do descontentamento sentido pelos alunos do IST em relação ao trabalho da CIA neste assunto, que consideravam pouco dinâmica, burocrática e morosa, afirmando que “ela não conseguiu nem resolver o problema, nem levar aqueles [os estudantes] a ocuparem-se dele vivamente”.<sup>275</sup> A AEIST defendia o alargamento adequado desta ideia às outras Escolas por intermédio da CIA e sugeria a criação de comissões idênticas noutras AE’s.

Em Março de 1954, foi aprovada uma proposta da AEIST, relativa à constituição de Comissões Regionais de Descontos de Transportes, na IV Reunião das 3 Academias, que teve lugar em Lisboa, no âmbito das resoluções dos problemas sociais. No seguimento dessa decisão, veio a ser formada uma Comissão Regional composta por delegados de todas as escolas superiores de Lisboa, que tinha como objectivo atingir os objectivos estudantis de forma mais organizada e conjunta, do que tinha sucedido nos anos antecedentes.<sup>276</sup>

A Comissão de Descontos da AEIST terá sido a grande impulsionadora do trabalho da referida Comissão Regional de Descontos em Transportes, como se pode comprovar pela leitura do *Boletim da AEIST* de Maio de 1955, o qual elabora um ponto de situação sobre as acções em defesa dos descontos em transportes, relatando que no IST<sup>277</sup> “o problema tem sido agitado, informados os sócios (...) e recolhidas assinaturas para um abaixo-assinado à Companhia Carris, tendo-se verificado grande interesse por parte dos estudantes”.<sup>278</sup>

Por outro lado, constata-se que os estudantes recorreram sempre que possível à Câmara Municipal de Lisboa, sendo disso exemplo: em Março de 1955, a diligência efectuada pela delegação da Comissão Regional, junto do Vereador-Presidente da

---

<sup>274</sup> *Relatório da Comissão de Estudo do Problema dos descontos em Transportes*, Lisboa, AEIST, [s.d.], p. 7, Pasta 2, APPF.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 8, Pasta 2, APPF.

<sup>276</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/1954*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 55.

<sup>277</sup> O *Boletim da AEIST* informava igualmente sobre os acontecimentos noutras escolas de Lisboa: nas Faculdades de Medicina e Letras a propaganda não tinha sido feita, na primeira por dificuldades de contacto com os estudantes e na segunda por falta de autorização do Director da Faculdade, enquanto nas Faculdades de Ciências, Agronomia e Faculdade de Farmácia a propaganda tinha sido bem sucedida, tal como no IST.

<sup>278</sup> *Boletim AEIST*, n.º 3, Lisboa, AEIST, Maio de 1955, Lisboa, p. 3.

Comissão de Trânsito da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Ribeiro Ferreira, o qual demonstrou interesse pelo assunto; o envio imediato de uma exposição à Câmara Municipal de Lisboa, enunciando este problema, sendo remetidas cópias desta mesma exposição para os Jornais.

Ao longo dos anos, verifica-se que os alunos reivindicaram insistentemente os descontos acima mencionados, em particular os referentes aos transportes da CCFL, não aceitando as sucessivas respostas daquela empresa recusando a concessão de descontos, como é possível comprovar a seguir:

Não podemos considerar definitiva a referida atitude da CCFL e não devemos desistir de obter aquilo de que necessitamos e que é justo que tenhamos. (...) A esta pediremos por nos parecer mais fácil a realização e ser a maior vantagem para a maioria, passes mensais, trimestrais, semestrais e anuais com desconto de 40 a 50% sobre os preços actuais em vigor para os passes de eléctrico e com utilização indistinta em autocarros e eléctricos (...) [e a] concessão de preços únicos de \$50 para carros eléctricos e 1\$00 para autocarros.<sup>279</sup>

Em nova carta endereçada no primeiro semestre de 1956 ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Comissão Regional de Descontos em Transportes solicitava: “o apoio público às pretensões expostas e qualquer outra iniciativa que ache por bem tomar”.<sup>280</sup> De referir que, no início do ano lectivo 1955/56, a Comissão Regional tinha-se já dirigido, mais uma vez, à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, para lhe apresentar pedidos concretos:

As nossas tentativas só poderão trazer-nos a resolução do problema, se à evidência se demonstrar o nosso interesse, o apoio das nossas famílias, a simpatia da opinião pública. Os estudantes não devem ser considerados produtos de luxo, mas autênticos trabalhadores não remunerados e não são demais todas as medidas que lhe aliviem os encargos económicos.<sup>281</sup>

As reuniões da Comissão Regional eram divulgadas no meio estudantil, de forma a cativar o maior número de estudantes a comparecer e a informarem-se sobre o

---

<sup>279</sup> *Boletim AEIST*, n.º8, Lisboa, AEIST, Abril de 1956, p. 13.

<sup>280</sup> *Ibidem*. p. 13.

<sup>281</sup> *Boletim AEIST*, n.º3, Lisboa, AEIST, Maio de 1955, p. 4.

assunto, defendendo-se que da “mais ampla participação só podem resultar benefícios”.<sup>282</sup> Importa sublinhar o sentido de união de estudantes, já patente neste processo de reivindicação de benefícios para os estudantes, sendo que estes procuravam apelar à maioria, sabendo de antemão que, quanto maior fosse o número de estudantes envolvidos, maior seria a probabilidade de serem atendidas as suas reivindicações.

Este movimento de reivindicação de descontos nos transportes para a população estudantil ganhou uma amplitude tão vasta que alguns estudantes de Liceus de Lisboa, identificados com a questão, decidiram participar nas acções organizadas pelos homólogos do ensino superior, pedindo que o seu caso fosse também considerado. No seguimento dessa acção, a Comissão Regional procurou canalizar o apoio de mais Liceus e Escolas Comerciais e Industriais para a questão em apreço, de forma a ampliar a base estudantil de contestação.

O assunto marcou uma presença constante no contexto estudantil durante toda a década de 1950, “com entusiástico acolhimento”, discernindo-se uma postura activa reflectida num conjunto de acções, tais como “propaganda, recolha de assinaturas, elaboração de planos para conseguir a cooperação das entidades superiores e publicidade na Imprensa e na Rádio, onde tivemos o melhor acolhimento, e propostas a apresentar à CCFL”.<sup>283</sup> Este processo não terminaria nos anos 50, continuando nos anos seguintes, marcando estudantes de diferentes gerações.



**Figura 37:** Objecto Representativo – Bilhete emitido pela Companhia de Carris Ferro de Lisboa [s.d] (CCFL)

---

<sup>282</sup> *Ibidem.*

<sup>283</sup> *Boletim da AEIST*, n.º 8, Lisboa, AEIST, Abril de 1956, p. 13.



## **5.5. Representação em Organismos Internacionais**

Na década de 1950, a AEIST empreendeu dois processos estudantis que lutaram pela representação dos estudantes em dois organismos internacionais: a IAESTE (International Association for Exchange of Students for Technical Experience) e a FIANEI (Federation Internationale d'Associations Nationales d'Eleves Ingenieurs). Esses processos, cuja duração se prolongou por vários anos, incluíram um vasto conjunto de acções de protesto junto do MEN, com o propósito de sensibilizar para a importância e o interesse que a representação e participação nestes organismos assumiriam para a melhoria da vida estudantil. Cabe referir que a concretização dessas reivindicações teve lugar em meados da década de 1950.

À semelhança do ocorrido noutros momentos em que os estudantes pugnaram pela defesa de um determinado objectivo estudantil, os dois processos em análise prolongaram-se no tempo, atravessando os mandatos de sucessivas direcções da AEIST, o que contribuiu de sobremaneira para que ficassem marcados nas lembranças dos dirigentes associativos de então. Nesse âmbito, verificou-se a preocupação das diferentes direcções em esquematizar a informação relativa às diversas diligências, de forma a transmitir às suas sucessoras os dados necessários que lhes permitissem concretizar os objectivos pretendidos. Importa referir que foi constante o apoio prestado pelo Director e pelo Corpo Docente do IST ao desenvolvimento dos ditos processos.

### **5.5.1. Representação dos estudantes na IAESTE**

Em 1953, a AEIST manifestou interesse em estabelecer um relacionamento com a IAESTE, organismo internacional fundado em 1948 e que promove a troca de estagiários entre os diversos países nele representados: "Entre os organismos universitários de estudantes, podemos dizê-lo sem vaidade, não há nenhum outro, além desta Associação que tanto tenha trabalhado neste problema, que o tenha sequer levantado, que esteja mesmo no conhecimento do que é a IAESTE".<sup>284</sup>

A origem desse interesse remonta ao momento em que a Associação tomou conhecimento da existência desse organismo por intermédio de dois alunos que, em

---

<sup>284</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/1954*, Lisboa, AEIST, p. 17.

Janeiro de 1953, assistiram em Gand ao Congresso Internacional dos Estudantes de Engenharia. A tomada de decisão no sentido de procurar filiar-se na IAESTE reflectia ela própria a ideia de que isso se revestia de um grande interesse para os alunos de engenharia.

No seguimento de ter tomado conhecimento de que o Instituto de Alta Cultura era a entidade responsável pela Comissão Nacional competente em matéria de trabalhos relacionados com a IAESTE em Portugal, sendo o seu representante o Prof. Correia de Barros, a AEIST submeteu a questão da filiação naquele organismo internacional à consideração da Ordem dos Engenheiros,<sup>285</sup> que lhe assegurou que iria efectuar diligências junto da Indústria Nacional e tratar do assunto junto do Instituto de Alta Cultura, o que se veio a traduzir na prática em resultados pouco expressivos.

Em face dessa situação, a Direcção da Associação decidiu requerer a sua representação na Comissão Nacional existente, na medida em que os dirigentes associativos dispunham da informação de “que por disposições estatutárias, nesse Comité deve ter assento um representante dos alunos”. Dessa forma, a Associação endereçou um pedido nesse sentido ao MEN, que no entanto acabou por conceder a representação ao Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, o que originou enorme desagrado no seio dos estudantes, o que se pode constatar no *Relatório e Contas da AEIST* referente ao ano lectivo 1953/1954.

Nesse documento, são ainda avançadas as razões pelas quais a escolha do MEN seria contraproducente para os interesses estudantis, a saber: i) a AEIST seria a única entidade capaz de corresponder aos desafios no âmbito da participação nos trabalhos da IAESTE, atendendo que aqueles envolveriam questões de carácter exclusivamente técnico; ii) a AEIST já teria até então realizado nesse domínio um trabalho positivo e com resultados práticos interessantes; iii) a AEIST ser a única entidade capaz de assegurar com legitimidade a representação dos estudantes do IST, particularmente no que se refere ao assunto em análise, acrescentando que tendo em consideração que as trocas de estágios se processavam no âmbito inter-escolas, os alunos deveriam ser representados pelas respectivas Associações de Estudantes.

---

<sup>285</sup> A AEIST mantinha um representante oficioso no Conselho Directivo deste organismo, conseguido por iniciativa do seu presidente Eng. Daniel Vieira Barbosa, também professor no IST.

No seguimento destes protestos, a AEIST procedeu ao envio de uma exposição ao MEN, com o intuito de enumerar os resultados até à data por si conseguidos, designadamente os seguintes:

Começámos por colaborar eficazmente com o Senhor Director do Instituto Superior Técnico na atribuição de estágios conseguidos já este ano por intermédio da IAESTE. Obtivemos por intermédio da União dos Estudantes de Engenharia Alemães, doze estágios remunerados na indústria da Alemanha Ocidental. Escrevemos a 108 empresas francesas pedindo que recebessem estudantes portugueses a estagiar, pedido que foi secundado por um membro do Corpo Docente do Instituto Superior Técnico, Senhor Professor Laurent.<sup>286</sup>

Através da leitura deste excerto, verifica-se uma vez mais o constante apoio prestado pelo Director e Corpo Docente do IST às acções levadas a cabo pela Associação.

Domingos Raimundo, Presidente da Direcção da AEIST no momento do envio da missiva ao MEN, relata:

Nesse ano [1953], o presidente anterior tinha sido o Bento Dias, nós herdámos um problema que era a representação de Portugal na IAESTE, era uma organização internacional e que em cada um dos [países em] que ela existia, arranjavam estágios pagos para os alunos. Isto tinha um grande interesse para nós. No ano anterior a Direcção tinha descoberto a existência da IAESTE, e começou a trabalhar para que fôssemos integrados. Eu coloquei este problema ao Professor Belard da Fonseca [director do IST] que me disse que quem tratava disso era o Eng. Leite Pinto, que era o nosso professor de Caminhos-de-ferro, ele é que era o presidente do Instituto de Alta Cultura. Eu fui falar com o Leite Pinto, que me disse que estava a tratar disso, passado um tempo, já perto do fim do ano, ele veio me dizer que a AEIST ia ficar com a questão da IAESTE, mas disse-me para estar com atenção porque queriam que aquilo fosse entregue ao Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, que era um organismo que nós conhecíamos mesmo muito bem, era perfeitamente mal visto. A Mocidade

---

<sup>286</sup> Cópia da carta ao MEN in *Relatório e Contas da Direcção da AEIST 1953/1954*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 16.

Portuguesa não fazia ideia do que eram os estágios para engenheiros, nem de coisa nenhuma.<sup>287</sup>

Esta situação provocou um enorme desagrado junto dos estudantes da AEIST, Bernardo Herold<sup>288</sup> relatando um episódio que ocorreu na sequência desse desagrado: um elemento da AEIST terá redigido uma carta, sem o conhecimento da AE, endereçada ao Secretário da IAESTE, pela qual salientava com “afectada elegância o carácter fascista e antidemocrático” da Mocidade Portuguesa e denunciava o facto de o Comité português da IAESTE ser liderado na altura por um “homem do regime”, enquanto representante dos interesses dos alunos.<sup>289</sup> Enquanto organizavam os documentos da AEIST, um grupo de estudantes encontrou uma cópia dessa carta, como relembra Bernardo Herold:

Um de nós descobriu a cópia da carta. Nós ficámos alarmados porque, em primeiro lugar queríamos prestar um serviço aos nossos colegas e não estávamos interessados em confrontar o regime. Estávamos convencidos que a descoberta dessa carta pela PIDE iria ser muito grave para a AEIST, que podia fechar e os seus dirigentes serem presos. O presidente da AE era o Melo Coelho, mas ele não estava. Quem estava era o vice-presidente, o Protes da Fonseca. Nós fomos ao correio-mor para tentar reaver a carta, e conseguimos (...). A carta não seguiu. Depois fomos falar ao professor encarregado pelo Ministro da Educação de formar a Comissão Portuguesa do IAESTE e dissemos-lhe que não achávamos justo que fosse a Mocidade Portuguesa a representar os estudantes. Ficamos muito orgulhosos de ter conseguido que os estudantes passassem a ser representados na Comissão através da Associação dos Estudantes. Ainda hoje estou ligado à IAESTE.<sup>290</sup>

No dia seguinte a esse episódio, vários elementos da Associação tiveram um encontro com o Professor Correia de Barros, docente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que havia sido nomeado pelo Ministro da Educação para presidir à Comissão Portuguesa da IAESTE e, embora tivessem omitido o episódio da carta, os ditos elementos associativos expressaram o seu desagrado por terem como seu

---

<sup>287</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

<sup>288</sup> Estudante ligado desde logo, à questão da reivindicação da representação na IAESTE e ainda hoje diligente na IAESTE.

<sup>289</sup> Bernardo Jerosch Herold, “Portugal: 50 Years of Progress” in *IAESTE Annual Review*, 2003, p. 18.

<sup>290</sup> Testemunho de Bernardo Jerosch Herold, Lisboa, 12/02/2007.

representante na dita associação internacional um membro da Mocidade Portuguesa e ofereceram a sua colaboração. Em resposta, o professor ter-lhes-á garantido que seria permitido à AEIST eleger um seu representante junto da IAESTE, em substituição do estudante da Mocidade Portuguesa.

O cumprimento dessa promessa ficou comprometido quando, algum tempo depois, o Prof. Correia de Barros se tornou Reitor da Universidade do Porto, perdendo assim o controlo das operações relativas ao relacionamento português com a IAESTE. Paralelamente, o Instituto de Alta Cultura manifestava clara falta de interesse em colaborar com a AEIST, pelo que se verificou a ausência de qualquer delegação portuguesa em diversas conferências gerais da IAESTE, o que desencadeou uma onda de protestos entre os alunos do IST.<sup>291</sup>

O Presidente da Direcção AEIST, Domingos Raimundo, relembra as suas acções em relação à IAESTE:

Comecei a tratar do assunto, mas entregaram [a representação na IAESTE] mesmo ao Centro Universitário do Porto, no âmbito da Mocidade Portuguesa. O novo presidente da AEIST, o Protes da Fonseca, pediu para eu ir, como representante da AEIST, falar com Eng. Correia de Barros, que era o director da Faculdade de Engenharia do Porto, ele é que estava responsável pelo Centro Universitário do Porto. Ele estava de partida para a reunião da IAESTE e queria levar os estágios que nós já tínhamos conseguido em várias fábricas em Portugal.

Depois de sair do IST ainda tive a função de ir fazer valer os nossos pontos de vista para que nos fosse entregue. Mais tarde conseguimos entrar na IAESTE. Isto foi uma coisa muito importante para nós.<sup>292</sup>

De salientar que a AEIST reivindicava não só a representação no dito organismo internacional através de um delegado na Comissão Nacional, que participaria nos trabalhos de distribuição e troca de estágios, mas também a responsabilidade sobre os serviços de secretariado do Comité, devido à sua experiência nesse campo e atendendo que o Instituto de Alta Cultura não “dispunha de pessoal suficiente para tratar eficientemente do assunto”.<sup>293</sup> Assim sendo, em 19 de Outubro de 1954, a AEIST

---

<sup>291</sup> Bernardo Jerosch Herold, *Op. Cit*, p. 18.

<sup>292</sup> Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

<sup>293</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1953/1954*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 16.

esteve representada pela primeira vez na reunião do Comité Nacional, por intermédio do Presidente da Direcção e do encarregado dos Serviços da IAESTE na AEIST.

Importa referir que, nessa reunião, Portugal participou na qualidade de membro agregado, sendo que só mais tarde seria reconhecido como membro de plenos direitos da IAESTE, o que viria a ser comunicado pelo Prof. Correia de Barros na reunião da Comissão Portuguesa daquele organismo internacional que teve lugar em 16 de Fevereiro de 1957. Nessa reunião, foi ainda apresentado o relatório da Conferência anual da IAESTE, em Aachen, tendo-se em seguida procedido à distribuição dos estágios concedidos a Portugal para esse ano, entre a Faculdade de Engenharia do Porto e o IST, tendo beneficiado dos estágios um total de 18 alunos das duas instituições.<sup>294</sup>

A AEIST tem mantido até aos dias de hoje uma ligação com a IAESTE, mantendo o intercâmbio de estágios para os alunos de engenharia.

### **5.5.2. Filiação Portuguesa na FIANEI**

A FIANEI foi fundada no ano de 1953, na cidade de Gand, tendo surgido por iniciativa da Federação Belga de Estudantes de Engenharia, durante do Congresso comemorativo do seu aniversário, no qual foi estabelecida uma comissão encarregue de estudar as possibilidades de criar a FIANEI. Neste sentido, a 8 de Outubro de 1953, realizou-se em Paris a Assembleia Constituinte da FIANEI, cujos como membros fundadores foram a França, a Bélgica, a Itália, a Holanda e Portugal, representado pela AEIST.<sup>295</sup>

A FIANEI assumia como objectivos: “estudar e promover os interesses e a cooperação dos estudantes de engenharia num plano puramente profissional no quadro de uma compreensão internacional”. A Federação colocava ao dispor dos alunos de engenharia um rol de actividades, designadamente seminários, estudos gerais e viagens de estudo com destino a locais turísticos e a regiões industriais em diversos países, nomeadamente Itália, França e Alemanha, entre outros.

No âmbito nacional, a AEIST, sabendo que a sua adesão à FIANEI deveria ser ratificada pelas entidades superiores portuguesas, enviou uma exposição com os

---

<sup>294</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1956/1957*, Lisboa, AEIST, 1957, p. 14.

<sup>295</sup> Em 1956, teve lugar na Holanda o 1.º Seminário da FIANEI, onde participaram cerca de 200 estudantes de 6 países.

estatutos daquela federação ao MEN, ao qual recebeu uma resposta negativa em ofício datado de 27 de Junho de 1956. Desta forma, a AEIST, membro fundador da FIANEI, viu-se forçada a interromper as ligações que mantinha com aquela federação internacional, causando espanto e descontentamento entre os estudantes. Como se pode confirmar a seguir:

Foi com autêntica surpresa que recebemos um ofício da Direcção Geral do Ensino Superior “proibindo estudantes portugueses de se deslocar a um congresso na Holanda”. Estava terminado o prazo em que as inscrições deveriam ser enviadas à Holanda e não pudemos fazer mais do que responder relatando o que se passara.<sup>296</sup>

As motivações para essa decisão do MEN prendiam-se com o facto de o Governo Português não depositar confiança, num plano estritamente político, nesse organismo internacional, alegadamente por não ser independente em relação à União Internacional dos Estudantes.<sup>297</sup> Neste sentido, em audiência que teve lugar em Outubro de 1956, o Ministro da Educação Nacional, Leite Pinto, informou os dirigentes da AEIST que não autorizava a filiação alegando ter conhecimento de que a FIANEI mantinha contactos com “organismos de carácter comunista”, dado que lhe teria sido confirmado, que esta se encontrava filiada numa organização Internacional “para lá da cortina de ferro”.<sup>298</sup> Não obstante, os estatutos da FIANEI declaravam, no Art.3º, que “à federação fica interdita qualquer ingerência nos domínios especificamente políticos e em todos os assuntos que não interessem os estudantes de engenharia”.<sup>299</sup>

Em virtude da autorização não ter sido concedida, a AEIST não pôde estar presente nas Assembleias-gerais de 19 de Abril e de 28 de Outubro de 1955, sendo que, dessa forma, assim a actividade da AEIST como membro da FIANEI “limitou-se a uma

---

<sup>296</sup> *Boletim AEIST*, nº8, Lisboa, AEIST, Abril de 1956, p. 2.

<sup>297</sup> A União Internacional dos Estudantes (UIE) foi fundada em Praga em 27 de Agosto de 1946 com o propósito de desenvolver a cooperação entre estudantes no contexto do Pós-Guerra, baseada num desejo partilhado entre os seus membros de impedir a ressurreição do fascismo na Europa. A crescente oposição entre blocos que constituiu a Guerra Fria reflectiu-se no contexto dos trabalhos da UIE, procurando os países do Ocidente privilegiar a prestação de serviços aos estudantes por parte daquela instituição internacional em detrimento da sua politização, o que era defendido pelos estudantes da Europa de Leste. Esses antagonismos levariam à saída de 21 membros do bloco ocidental da UIE, que se viriam encontrar em Estocolmo em 1950 com o fim de instituir a Conferência Internacional de Estudantes (CIE). A coexistência entre a UIE e a CIE nas décadas de 50 e 60 assinalou um período de competição pela demarcação de influências, particularmente no que se refere a estudantes da América do Sul, África e Ásia. <http://www.stud.uni-hannover.de/gruppen/ius/>, acedido em 17/07/2007.

<sup>298</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1955/1956*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 11.

<sup>299</sup> *Relatório e Contas da Direcção da AEIST de 1956/1957*, Lisboa, AEIST, 1957, pp. 12-13.

estreita troca de informações e consultas sobre problemas ligados ao ensino e situação dos estudantes de engenharia”.<sup>300</sup>

Paralelamente, os estudantes do IST empreenderam um conjunto de iniciativas junto do MEN no sentido de conseguirem a representação acima mencionada, nomeadamente o envio de várias exposições ao MEN e uma audiência com o Ministro, pelas quais sublinharam que não haveria motivos para a desconfiança da FIANEI. Neste contexto, a AEIST, “na impossibilidade de demonstrar a legitimidade” das suas afirmações, escreveu um comunicado à FIANEI, solicitando a disponibilização de uma lista pormenorizada de todas as organizações onde a FIANEI se encontrava filiada ou com que mantinha contactos, tendo obtido em resposta a respectiva listagem e a confirmação da sua neutralidade política:

A FIANEI apenas se encontra filiada na Confederação Internacional dos Trabalhadores Intelectuais (CITI), o que unicamente se cifra por uma troca de impressões técnicas. No que respeita a organizações estudantis, nomeadamente o COSEC e a UEI, nós apenas nos servimos de uma e de outra para assegurar a publicidade necessária da nossa Federação.<sup>301</sup>

Uma vez confrontado com estes novos elementos, o MEN, não obstante ter reiterado as suas desconfianças, autorizou a participação dos estudantes do IST no Seminário Internacional em Paris, em Abril de 1957, organizado no âmbito da FIANEI. No entanto, a autorização legal para que a Associação se pudesse filiar na FIANEI só seria concedida em 1958, como se pode observar numa notícia no jornal *AEIST*:

Em recente entrevista com Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional foi comunicada aos dirigentes da AEIST a autorização ministerial para a filiação da AEIST na FIANEI. Representa, antes de tudo, uma justa consagração oficial da actividade verdadeiramente singular que a AEIST tem desenvolvido no sentido de uma maior cooperação e intercâmbio internacional.<sup>302</sup>

---

<sup>300</sup> *AEIST*, Lisboa, AEIST, 4 de Junho de 1958, p. 5.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 4.



Desta forma, ficou concluído o processo de filiação da AEIST na FIANEI, o que representou o facto inédito até então de uma AE portuguesa participar “em pé de igualdade” nos trabalhos de um organismo internacional e, “se esse facto acarreta à AEIST responsabilidades particularmente pesadas, ele torna legítimas por outro lado as maiores esperanças de que uma nova era foi inaugurada no campo das relações internacionais”.<sup>303</sup>

## 5.6. A contestação do Decreto-Lei 40.900

**“Consideram os estudantes universitários que o Decreto-Lei n.º 40.900 longe de trazer qualquer benefício para a vida universitária (...) só vai constituir um grave entrave no bom seguimento das nossas actividades”.**<sup>304</sup>

A publicação do Decreto-Lei n.º 40.900 no *Diário do Governo* de 12 de Dezembro de 1956 originou uma significativa crise académica no ano lectivo 1956/57, corporizada na contestação dos estudantes ao conteúdo daquele diploma legal. Este documento legislativo assumia um duplo objectivo, pretendendo criar condições institucionais para diagnosticar e procurar soluções para as questões ligadas ao quotidiano estudantil, mediante a criação de uma Comissão Permanente das Obras Circum-Escolares e Sociais do Ensino Superior e também redefinir legalmente as condições e âmbito de actuação das associações e organizações de alunos das escolas superiores dependentes do MEN.

Neste contexto, depreende-se o motivo dos protestos das Associações de Estudantes, atendendo a que, da realização da segunda finalidade do decreto-lei, resultaria um aumento do controlo do Ministério da Educação Nacional sobre as actividades associativas, restringindo a sua actuação de uma forma ainda mais vincada. De referir que a publicação do Decreto-Lei n.º 40.900 pretendia substituir outros dois textos legislativos, datados de 1932, o Decreto-Lei nº 21551, de 1 de Agosto, e o Decreto-Lei nº 21.556, de 6 de Agosto,<sup>305</sup> cuja implementação se encontrava na prática

---

<sup>303</sup> *Ibidem*.p.5

<sup>304</sup> *O Parecer dos alunos do Instituto Superior Técnico sobre o Decreto-Lei 40.900*, [s.l.], [s.n.], Dezembro 1956, AEIST, in Pasta 1, APPF.

<sup>305</sup> Esses dois diplomas legais regulamentavam ambos o quadro de funcionamento das associações nas Escolas Oficiais do Ensino Superior e Médio Técnico. Informação in José Medeiros Ferreira,

um pouco esquecida por parte das AE's. A propósito deste último, os alunos do IST escreveram a 20 de Dezembro de 1956:

Tinham, até ao momento, os estudantes universitários possibilidade de, através das suas associações (...), estudar os seus problemas, discutir quais as melhores soluções a dar-lhes, e orientar eles mesmos a sua execução legalmente autorizados pelo Decreto n.º 21566 de 6 de Agosto de 1932, desempenhando assim um papel activo e de marcado relevo na vida nacional.<sup>306</sup>

Em 1956, a legislação de 1932 era já considerada “imprecisa e desactualizada” no contexto dos meios estudantis, subsistindo no seio das AE's de então uma preocupação quanto à necessidade “de se estabelecerem novas bases para a vida circum-escolar do estudante universitário”.<sup>307</sup> Nesse sentido, em Julho de 1956, as várias AE's enviaram uma exposição ao Ministro da Educação Nacional, “onde se tratava, entre outros problemas, das bases gerais que deveriam presidir à vida circum-escolar do estudante universitário”.<sup>308</sup>

Posteriormente, aquando do momento em que as AE's tomaram conhecimento de que o MEN estava a preparar a lei remodeladora da legislação de 1932, reiteraram o seu interesse em colaborar na elaboração e redacção do diploma, alegando possuírem uma longa experiência na resolução dos problemas estudantis. Em Novembro de 1956, estranhando o facto de não terem sido consultados, os estudantes solicitaram ao Ministro da Educação Nacional<sup>309</sup> que lhes fosse facultada uma cópia do projecto do novo decreto, para que pudessem elaborar um parecer sobre o mesmo. Esse pedido seria ignorado, sendo consequentemente publicado o Decreto-Lei 40.900, sem o conhecimento das AE's.

A AEIST, considerada uma das AE's mais dinâmicas de Lisboa devido ao grande número e variedade de serviços colocados à disposição dos alunos, veria o seu

---

“Movimento Estudantil”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 552-555.

<sup>306</sup> *Carta ao Corpo Docente do IST*, Lisboa, AEIST, 20 de Dezembro de 1956, Pasta 1, APPF.

<sup>307</sup> *Comunicado “Sobre a regulamentação das actividades das associações de estudantes”*, AEIST, [s.d.], Pasta 1, APPF.

<sup>308</sup> *Regulamentação das actividades circum-escolares, processo 40.900*, [s.l.], Publicação das Associações de estudantes, [s.d.], AAEIST.

<sup>309</sup> O Ministro da Educação Nacional, o Prof. Francisco de Paula Leite Pinto, docente do IST que iniciou as suas funções no Ministério a 7 de Julho de 1955, simbolizava, segundo Álvaro Garrido, o advento de uma nova política educativa, que se traduzia na intenção do Regime de introduzir elementos modernizadores no sector da educação. Confirma-se. Álvaro Garrido *Op. Cit.*, 1996, p. 55.

funcionamento habitual colocado em causa pela publicação da nova legislação, que condicionaria a sua autonomia de acção. Neste âmbito, segundo a argumentação dos estudantes do IST presente numa missiva datada de Dezembro desse ano, teria sido “de uma relativa liberdade de iniciativa e acção” que teria nascido um conjunto de soluções para vários problemas da Universidade, tais como sociais, culturais, pedagógicos, desportivos, de intercâmbio e relações com o estrangeiro, “e de muitíssimos outros problemas como sejam de reuniões de confraternização e criação de um espírito de amizade e camaradagem entre todos os estudantes”.<sup>310</sup>

A publicação do Decreto mereceu “um cuidadoso estudo por parte das direcções” de todas as AE’s de Lisboa, da Associação Académica de Coimbra e da AE Faculdade de Farmácia do Porto, “única existente naquela cidade”.<sup>311</sup> No dia da publicação do decreto, realizou-se uma Reunião Inter-Associações com a presença de representantes das várias escolas superiores de Lisboa, mesmo as que não possuíam AE.<sup>312</sup> Segundo José Protes da Fonseca, “o processo do Decreto-Lei 40.900 foi dinamizado por um grupo constituído pela Associação Académica de Coimbra e em Lisboa, pelas associações do Técnico, Direito, Veterinária e Ciências. À AEIST coube um papel coordenador”.<sup>313</sup>

Após dois dias da publicação do diploma, as três academias, Lisboa, Coimbra e Porto,<sup>314</sup> reuniram-se, com o propósito de trocarem informações e analisarem o impacto das consequências da legislação para a vida estudantil, definindo um plano de acção que almejava a revogação do Decreto-Lei 40.900.<sup>315</sup>

A AEIST envidou, desde logo, os seus esforços numa intensa campanha de consciencialização junto dos estudantes relativamente ao conteúdo e implicações do Decreto 40.900 para a vida estudantil. Nos “placards” da Associação foram afixados os

---

<sup>310</sup> *Carta ao Corpo Docente do IST*, Lisboa, AEIST, 20 de Dezembro de 1956, Pasta 1, APPF.

<sup>311</sup> *Comunicado da AEIST*, Lisboa, AEIST, Dezembro de 1956, Pasta 98, AAEIST.

<sup>312</sup> No ano de 1956 existiam em Lisboa as seguintes Associações de Estudantes: Instituto Superior de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Instituto Nacional de Educação Física, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, Escola Superior da Medicina Veterinária. Existiam três AE’s de escolas que, por determinação do Ministério da Educação Nacional, tinham sido extintas: as da Faculdade de Medicina, Escola Superior de Belas Artes e Faculdade de Letras, possuindo, ao invés, uma Comissão Pró-Associação. Vide *Relatório sobre as actividades das Associações de Estudantes de Lisboa*, [s.l.], [s.n.], [s.d.], APPF.

<sup>313</sup> Testemunho de José Protes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

<sup>314</sup> No Porto as manifestações pela revogação do Decreto-Lei 40.900 revelaram-se bastante mais calmas, se comparadas às de Coimbra e Lisboa.

<sup>315</sup> *Comunicado conjunto das Associações de Estudantes de Lisboa*, [s.l.], [s.n.], 14 de Janeiro de 1957, Pasta 1, APPF.

documentos marcantes de todo este processo e impressos esclarecimentos e comunicados, que foram distribuídos por todo o IST. De salientar que os comunicados se revelaram um instrumento de extrema importância neste processo, constituindo um veículo fulcral de propaganda, dada a sua eficácia no que se refere à aproximação entre os dirigentes associativos e os restantes estudantes e à simplicidade e rapidez da sua elaboração, na medida em que eram constituídos por não mais do que uma folha volante policopiada nas secções de textos das AE's.<sup>316</sup>

Paralelamente, verificava-se uma preocupação constante em informar os alunos, quase que diariamente, sobre os acontecimentos e apelar à união de esforços em prol do objectivo, sendo que um dos diversos comunicados produzidos pela AEIST nesse período demonstra essa preocupação:

Consideramos que dirigir é prever, e por isso a Direcção da Associação está atenta ao desenrolar dos acontecimentos e deles te dará, como sempre, conhecimento para que a massa associativa possa em qualquer momento, defender os interesses das Associações de Estudantes (...), poderás consultar na Direcção da Associação todos os documentos referentes ao assunto. Foi-te apresentado o problema mais grave que neste momento preocupa a tua Associação.<sup>317</sup>

A distribuição de informação pela escola revelou-se de uma importância extrema, dado que elucidou e alertou um grande número de estudantes para a questão em análise, estimulando-os a procurar mais informação sobre ela e a frequentar as várias reuniões consagradas a essa temática que se iam realizando no espaço da AEIST. Importa referir que mesmo alguns alunos, que geralmente não manifestavam particular interesse pelas prerrogativas da vida associativa, prestaram atenção à evolução do decurso dos acontecimentos, o que se explica sobretudo pelo facto de a maioria dos alunos do IST usufruir nessa altura de serviços assegurados pela AEIST, como a cantina ou a secção social<sup>318</sup>, e se sentir consequentemente atingida pelo facto de a continuidade

---

<sup>316</sup> Rui Grácio, “A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil” in *Portugal Contemporâneo*, vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 221-258.

<sup>317</sup> Comunicado “Sobre a regulamentação das actividades das associações de estudantes”, AEIST, [s.d.], Pasta 1, APPF.

<sup>318</sup> Como se pode constatar no capítulo anterior, a cantina e a Secção social eram de grande importância na vida de muitos alunos, principalmente dos que tinham mais dificuldades financeiras.

do seu funcionamento se encontrar seriamente ameaçada pela publicação do novo decreto. Sobre esta questão, Armando Myre Dores, dirigente associativo, recorda:

Esta luta veio unir muito os estudantes, mesmo os que tinham opiniões políticas diferentes. Lembro-me de estar na AEIST a ler um comunicado das AE's sobre o que se estava a passar e ao meu lado estava um colega da Mocidade Portuguesa furioso com o que estava acontecer, porque também o ia atingir, dado que era um homem modesto de poucas posses, tinha o auxílio da secção social da AEIST, podia almoçar mais barato na cantina. (...) Estava indignado com o que se passava e mobilizado para lutar contra aquilo. E as pessoas mesmo com ideias políticas diferentes ou concepções diferentes do mundo uniram-se. Até a JUC que sempre teve um atitude muito reservada em relação às associações de estudantes.<sup>319</sup>

As iniciativas de divulgação e de consciencialização do maior número de estudantes para a questão incluíam, para além da distribuição de informação escrita, a realização de inúmeras reuniões em diversas escolas, tendo sido nesse âmbito a sede da AEIST o palco de algumas das mais importantes decisões tomadas no contexto dessas reuniões, o mesmo antigo dirigente associativo acrescenta:

Toda a minha geração foi marcada pela luta contra o 40.900. Houve um excelente trabalho dos dirigentes académicos, foram eles que dirigiram todo o movimento, mas a esquerda estudantil já teve um papel importante nessa época, ainda que com dificuldades, no sentido de dinamizar essa acção, nomeadamente nas reuniões da RIA, na própria planificação da actividade. Por exemplo lembro-me de uma assembleia realizada na AEIST, na piscina, em que estavam 400 alunos, cerca de metade dos alunos do IST (...). Houve um abaixo-assinado com milhares de assinaturas (...). Toda a luta do 40.900 saiu das reuniões da RIA.<sup>320</sup>

Um comunicado conjunto das AE's de Lisboa, de 14 de Janeiro de 1957, elucida sobre a situação vivida e o descontentamento geral:

O Decreto-Lei provocou um veemente protesto de todos os estudantes universitários. Nem estes poderiam tomar outra atitude, uma vez que o diploma em

---

<sup>319</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

<sup>320</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

questão (...) estabelece desde já uma orgânica para as AE's totalmente contrária aos desejos da massa universitária e sem ter em conta os resultados duma experiência de cerca de 40 anos de actividades das AE's. Chocou-nos profundamente que, para a elaboração dum diploma de tão fundamental importância para a vida académica, não tivessem sido ouvidos os estudantes universitários, apesar das repetidas ofertas de colaboração que os dirigentes académicos dirigiram a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional.<sup>321</sup>

A AEIST, à semelhança do que fizeram outras AE's, divulgou a questão da publicação do 40.900, sob a forma de exposição, junto do Corpo Docente e do Conselho Escolar,<sup>322</sup> o que resultou na obtenção do apoio de ambas as partes. Assim, sentiu-se desde logo a compreensão dos professores e assistentes e o interesse demonstrado pelo Conselho Escolar, que nomeou uma comissão para estudar a questão,<sup>323</sup> o que comprovaria uma vez mais o apoio dos docentes do IST.

Paralelamente, na primeira reunião das RIA após a publicação do Decreto, decidiu-se, entre outras deliberações, enviar uma exposição ao Ministro da Educação Nacional<sup>324</sup> e contactar os deputados da Assembleia Nacional, com o objectivo de demonstrar de forma fundamentada a discordância dos estudantes relativamente à publicação do diploma e vincar o seu desejo de revogação da lei. Esta última acção atingiu um êxito considerável, atendendo a que, no início da sessão de 15 de Janeiro na Assembleia Nacional, foi anunciado o requerimento subscrito por dezassete deputados, com o propósito de o Decreto 40.900 ser submetido à apreciação da Assembleia. No final da sessão, foi comunicada pelo Presidente da Assembleia Nacional que a discussão do diploma tinha sido agendada para o dia seguinte.<sup>325</sup>

---

<sup>321</sup> *Comunicado conjunto das Associações de Estudantes de Lisboa*, [s.l.], [s.n.], 14 de Janeiro de 1957, Pasta 1, APPF.

<sup>322</sup> Além da exposição entregue, “foram marcadas concentrações em frente do Conselho Escolar no Pavilhão Central do IST. (...) O que aconteceu no IST, também sucedeu noutras faculdades”, afirma Armando Myre Does.

<sup>323</sup> *Comunicado conjunto das Associações de Estudantes de Lisboa*, [s.l.], [s.n.], 14 de Janeiro de 1957, Pasta 1, APPF:

<sup>324</sup> Segundo o documento *Regulamentação das actividades circum-escolares, processo 40.900*, no seguimento de vários presidentes das AE's terem entregue uma carta ao MEN, “nessa altura o Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Dr. João de Almeida, recebeu os dirigentes associativos afirmando-lhes que os estudantes estavam a interpretar mal o decreto, que o Governo não tencionava extinguir as Associações de Estudantes e as reuniões inter-associações de estudantes eram completamente legais”.

<sup>325</sup> *Diário das Sessões*, República Portuguesa, Secretaria da Assembleia Nacional, n.º 177, 16 de Janeiro de 1957.

No seguimento desses desenvolvimentos, as diferentes AE's divulgaram de imediato o acontecimento, apelando à comparência dos estudantes na discussão no dia 16 de Janeiro, na Assembleia. Esse apelo foi correspondido, ocorrendo a S. Bento um grande número de estudantes das várias faculdades e institutos, estimando os comunicados das AE's de Lisboa que tenham estado presentes cerca de 2.000 estudantes. Decorridos cinquenta anos desta contestação, João Cravinho, presidente da Direcção do IST, aquando os acontecimentos, expõe:

A primeira vez que vim à Assembleia, na altura Assembleia Nacional, foi por causa do Decreto-Lei 40.900, (...) a certa altura, o então presidente da Assembleia Nacional, Albino dos Reis, quis ter a garantia de que não ia haver distúrbios nas galerias, senão tinha que mandar evacuá-las e a polícia começava logo à bastonada. “Isto é que não quero, ou então, não abro as galerias”, disse-nos Albino dos Reis. Nós dissemos que nos íamos portar bem e ele abriu as galerias.<sup>326</sup>

No final da sessão de 16 de Janeiro, o Presidente da Assembleia Nacional anunciou o resultado da votação: “o Decreto-Lei 40.900 é transformado em proposta de lei, que vou mandar imediatamente à Câmara Corporativa, para ser mais tarde devolvida a esta assembleia com o respectivo parecer, a fim de ser então discutida na especialidade”.<sup>327</sup> Sobre a responsabilidade da votação deste dia, José Protes da Fonseca, afirma sobre o assunto:

Fui várias vezes falar com deputados de Coimbra, que conjuntamente com o deputado Daniel Barbosa, conseguiram que a Assembleia Nacional suspendesse o 40.900. Ao lançar este Decreto-Lei, o Governo cometeu o grande erro de o aplicar à Associação Académica de Coimbra. Foi uma grande vitória das AE's, uma vez que o 40.900 “ficou na gaveta”.<sup>328</sup>

No dia 23 de Janeiro, foi divulgado um comunicado da autoria das Direcções das AE's de Lisboa, no qual foi feita referência a duas questões relacionadas com a deslocação dos estudantes à Assembleia Nacional, no dia da votação do Decreto.

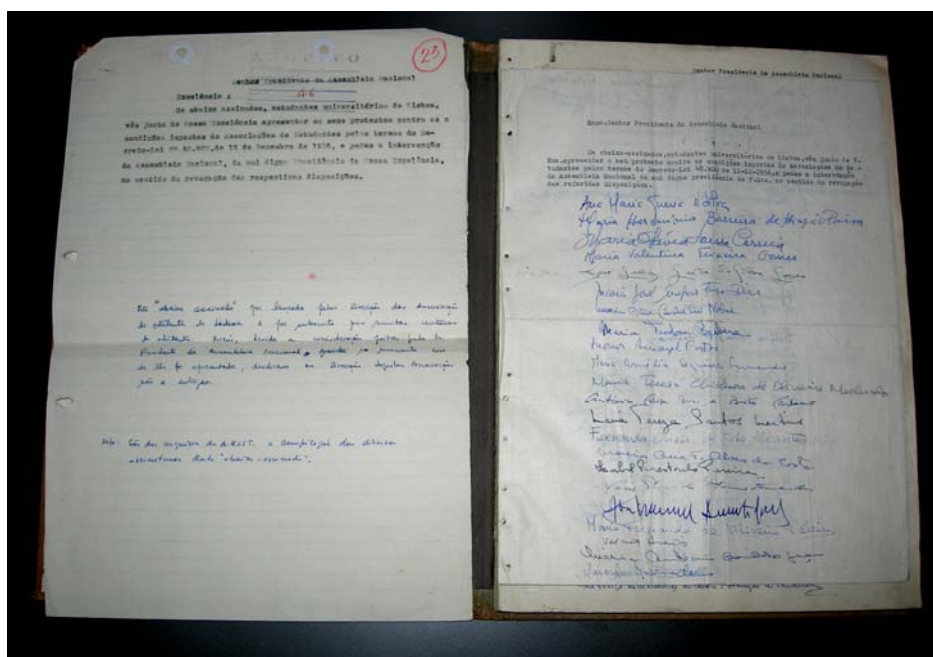
---

<sup>326</sup> Entrevista de João Cravinho in *Público*, 26 de Janeiro de 2007, p. 3.

<sup>327</sup> *Diário das Sessões*, República Portuguesa, Secretaria da Assembleia Nacional, n.º178, 16 de Janeiro de 1957.

<sup>328</sup> Testemunho de José Protes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

A primeira questão refere-se à existência de um abaixo-assinado elaborado e subscrito pelos estudantes de diversas instituições universitárias, expressando o seu protesto contra o decreto 40.900, e que era suposto ser entregue ao Presidente da Assembleia Nacional, mas que acabou por não o ser, depois de assim ter sido decidido,<sup>329</sup> dado que o Decreto-Lei não tinha sido aprovado, e a situação tinha resultado a favor dos estudantes, tendo sido considerado preferível não divulgar os nomes dos estudantes que tinham subscrito o abaixo-assinado. Na primeira folha do dito abaixo-assinado, que se compõe de um conjunto de folhas soltas que foram encadernadas, pode-se ler a seguinte explicação: “Este abaixo-assinado foi lançado pelas Direcções das Associações de Estudantes de Lisboa e foi subscrito por muitas centenas de estudantes porém, devido a considerações feitas pelo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, no momento em que lhe foi apresentado, decidiram as direcções daquelas Associações não o entregar”.<sup>330</sup>



**Figura 38:** Abaixo-assinado a pedir a revogação do Decreto-Lei 40.900, 1956 (AAEIST) Foto: Mónica Maurício

<sup>329</sup> No comunicado expõe os motivos da não entrega do abaixo-assinado: “O abaixo-assinado constitui mesmo assim [por não ter sido entregue], uma prova iniludível do apoio que os estudantes universitários deram às AE’s, e traduz bem a sua vontade de pugnar por uma regulamentação da vida académica que satisfaça os seus legítimos interesses e os seus ideais associativos; o abaixo-assinado arquivado pelas AE’s, ficará a constituir um documento vivo na posição dos estudantes universitários perante o decreto-lei n.º 40.900, as AE’s consideram esclarecido o incidente, tirando dele uma lição para o futuro”, *Comunicado AEIST*, [s.l.], [s.n.] 23 Janeiro 1957, pasta 87, AAEIST.

<sup>330</sup> *Abaixo-assinado a pedir a revogação do Decreto-Lei 40.900*, [s.l.], [s.n.], [s.d.], Pasta 87, AAEIST.



A segunda questão levantada pelo Comunicado remete para a violência empregue pela Polícia de Segurança Pública.<sup>331</sup> “Quando os estudantes se dirigiam para a Assembleia na máxima ordem e compostura, afim de assistirem à sessão legislativa de acordo com as instruções emitidas pelo 1.º Secretário da Assembleia foi-lhes dificultado o acesso e em dada altura agredidos”.<sup>332</sup>

José Protes da Fonseca relata o episódio que viria marcar a memória de toda uma geração:

Os sectores do público da Assembleia Nacional estavam repletos de estudantes. Nós, no IST, tínhamos feito uma circular por todos os estudantes de Lisboa, pedindo o máximo de compostura. Mas, duas horas antes de começar a discussão, o edifício da Assembleia estava completamente rodeado de polícia de choque, de tal maneira que até uns velhinhos que estavam numa paragem de autocarro levaram com bastonadas (...); uma brutalidade inacreditável. Nessa altura era Marcello Caetano o Ministro da Presidência. Telefonei-lhe, comunicando que os estudantes estavam a entrar ordeiramente na Assembleia e a polícia a bater indiscriminadamente. Batiam até nas raparigas.<sup>333</sup>

No cômputo geral, a população estudantil avaliava globalmente de forma francamente positiva as iniciativas que tinha empreendido, existindo a percepção de que tinham saído vitoriosos, na medida em que o Decreto-Lei terá sido “o único que foi suspenso no antigo regime por pressão da chamada rua, no caso os estudantes”, afirma João Cravinho. E acrescenta: “as pessoas hoje não falam nisso, só se fala de 1962, mas houve uma luta em 57 muito árdua contra o 40.900, que acabava com a autonomia das associações de estudantes e colocava-as na dependência da Mocidade Portuguesa”.<sup>334</sup> Após a reacção dos estudantes à promulgação do Decreto-Lei 40.900, as comemorações do Dia de Estudante passaram a constituir um momento particularmente valorizado no contexto das actividades das várias AE’s.<sup>335</sup> O dia de Estudante realizado em Abril de

---

<sup>331</sup> Foi entregue ao Ministro da Interior um protesto contra os incidentes verificados em S. Bento, no qual se pedia a abertura de um inquérito “à forma como decorreu o serviço de policiamento junto da Assembleia Nacional na tarde de 16 de Janeiro”. As AE’s não receberam nenhuma resposta da parte do Ministro. Veja-se *Comunicado das Direcções das AE’s de Lisboa*, Pasta 1, APPF.

<sup>332</sup> *Comunicado*, AEIST, [s.d.], Pasta 87, AAEIST

<sup>333</sup> Testemunho de José Protes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

<sup>334</sup> Entrevista de João Cravinho in *Público*, 26 de Janeiro de 2007, p. 3.

<sup>335</sup> José Medeiros Ferreira, “Dia do Estudante” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Porto Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 520-522.

1957 ficou na memória dos alunos como uma comemoração da “vitória” na Assembleia, recordando um antigo aluno do IST esse momento: “O dia de Estudante a seguir a isto foi uma comemoração e uma gozação ao Leite Pinto por causa da proibição (...). Houve exposições, lembro-me de haver uns quadros enormes pintados a gozar com o Governo e com o Leite Pinto (...), e colocaram um pinto a gozar”.<sup>336</sup>

A “crise do 40.900”<sup>337</sup> marcou, sem dúvida não só o movimento estudantil do IST, como também os equivalentes a nível nacional, constituindo um marco, na medida em que, não obstante as movimentações estudantis envolvidas não terem afectado o normal funcionamento da vida lectiva, geraram uma crise académica na verdadeira acepção do termo, por intermédio das implicações que geraram no contexto universitário e pelo conteúdo reivindicativo que assumiram.<sup>338</sup>

No entanto, não obstante a Sessão na Assembleia ter correspondido aos anseios dos estudantes, as AE’s continuaram a lutar pela resolução definitiva da situação, o que só poderia suceder com a publicação de uma lei adequada que regulamentasse as actividades das AE’s. Nesse sentido, persistiram as actividades de divulgação como os panfletos, informações detalhadas e comunicados, que continuaram a ser distribuídos em grande número pela AEIST e restantes AE’s. De igual modo, continuaram a ter lugar as RIA de forma constante, com o propósito de se debruçarem sobre esta questão.

Paralelamente, foi nomeada uma comissão para tratar de todos os assuntos relativos ao contacto com a Câmara Corporativa, constituída pelos estudantes João Cravinho e Protes da Fonseca do IST, Serra Lopes e Rui Cabeçadas da Faculdade de Direito e Carlos Portas de Instituto Superior de Agronomia.<sup>339</sup> Essa nomeação comprova que a atenção dos estudantes passou a focar-se na Câmara Corporativa, e nesse sentido foi elaborado pelas diversas AE’s, em Março de 1957, um documento, intitulado “Exposição dos Estudantes Universitários de Lisboa à Câmara Corporativa sobre o Decreto-Lei n.º40.900”, que foi enviado aos procuradores nomeados para a Secção de estudo da referida proposta de Lei da Câmara Corporativa, juntamente com

---

<sup>336</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

<sup>337</sup> O conjunto dos acontecimentos que tiveram lugar no ano lectivo 1956/57, relacionados com o Decreto-Lei 40.900, ficaria conhecido entre os estudantes como a “crise de 1956” ou a “crise do 40. 900”.

<sup>338</sup> Paulo F. de Oliveira Fontes, “Universidade e Estado Novo nos anos 50; A crise académica de 1956-1957 e o movimento estudantil” in *Maio de 1968, Trinta Anos Depois*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea do I.H.C-U.N.L. – Edições Colibri, 1998, p. 161.

<sup>339</sup> *Comunicado das Direcções das Associações de Estudantes de Lisboa*, [s.l.], [s.n.], 14 de Janeiro de 1957, Pasta 1, APPF.

documentos demonstrativos das actividades das AE's nos anos anteriores. A exposição referida foi amplamente divulgada também entre o corpo estudantil.



**Figura 39:** Exposição dos Estudantes Universitários de Lisboa à Câmara Corporativa sobre o Decreto-Lei n.º 40.900, Março 1957 (APPF) Foto: Mónica Maurício

Os representantes das AE's de Lisboa encontraram-se em Coimbra, com Braga da Cruz, relator da nova Proposta de Lei, sendo que, segundo documento das AE's, este professor “aceitou a maioria das sugestões apresentadas em especial a de autonomia da Universidade e a liberdade de associação”.<sup>340</sup>

No Verão de 1957, foi publicado o parecer da Câmara Corporativa que substituiu o 40.900, sob a forma de Proposta de Lei n.º 48, começando a ser analisado por parte dos estudantes no início do ano lectivo 1957/1958. No seguimento desta análise, foi elaborado nas RIA's um parecer final dos estudantes de Lisboa, enviado em Abril de 1958.

As várias propostas apresentadas pelos estudantes não tiveram qualquer resultado prático, atendendo que o parecer acabaria por não ser discutido na Assembleia Nacional, impondo um vazio legislativo que só viria a ser suprido com a publicação do Decreto-Lei n.º 44 632 em Outubro de 1962. No entanto, pode-se inferir que a luta desencadeada em 1956 reforçou o papel das AE's, verificando-se ainda uma acentuada politização dos dirigentes associativos e dos estudantes num âmbito mais alargado.

---

<sup>340</sup> *Regulamentação das Actividades Circum-Ecolares, Processo 40.900*, Lisboa, AE's de Lisboa, [s.d.], Pasta 91, AAEIST.

Este facto terá provocado o alargamento do conjunto de estudantes que se mostravam hostis ao regime, o que se viria a acentuar com as eleições presidenciais de 1958. Desta forma, os acontecimentos de 1956/1957 ganhariam assim uma amplitude e importância tais que o seu âmbito se viria a arrastar e desembocar nos acontecimentos dos anos seguintes:

O arrastamento da questão de 40.900 até inícios da década de sessenta e a conjugação dos efeitos mentais da contestação com a inquietude cívico-política de certos sectores académicos anti-salazaristas, entretanto revigorada na sequência das eleições presidenciais de 1958, criou uma plataforma estudantil disponível para a contestação que, logo no início de 62, o próprio Governo colocou à prova quando – uma vez mais com singulares efeitos perversos – lançou nos meios académicos o rastilho da repressão.<sup>341</sup>

Sobre as repercussões da crise desencadeada pelo 40.900, José Prostes da Fonseca, afirma:

O processo 40.900 teve uma forte repercussão a nível governamental, ou seja, este processo mostrou ao Governo a grande força dos estudantes universitários. Isso foi extremamente importante porque o Governo passou a encarar as AE's com desconfiança acrescida, mas ao mesmo tempo, com uma maior consciência da força dos estudantes tinham. Este processo praticamente mobilizou toda a universidade portuguesa, nomeadamente em Lisboa e Coimbra. Acho que o grande efeito do 40.900 foi criar no Movimento Associativo de Lisboa uma força e uma abrangência muito maiores, que se vieram a repercutir mais tarde nos acontecimentos de 61 e nos anos seguintes.<sup>342</sup>

A notoriedade que este movimento acabaria por assumir quer a nível nacional, quer a nível estudantil, terá surpreendido o MEN e os dirigentes políticos<sup>343</sup>. Relativamente a esta questão, Nuno Caiado afirma que o ano lectivo de 1956/57 deu início a uma nova fase no movimento associativo nacional: “em 1956/57 o MA encerrava uma fase da sua história. A crise de conjuntura desse ano lectivo continha em

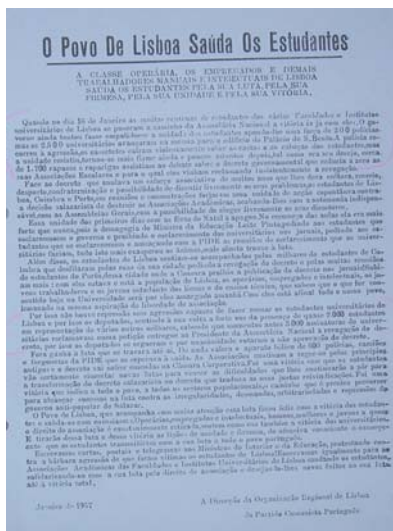
---

<sup>341</sup> Álvaro Garrido, *Op. Cit.*, p. 197.

<sup>342</sup> Testemunho de José Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.

<sup>343</sup> Rui Grácio, *Op. Cit.*, p. 231.

si os elementos anunciadores do nascimento de nova fase: a do sindicalismo”<sup>344</sup> Como afirma João Cravinho, a crise do 40.900 passou a ser conhecida por «crise mãe» que permitiu a organização de “uma movimentação ao nível de toda a sociedade apoiando a causa estudantil. Desta forma, a referida crise terá possibilitado “o início de uma vaga de crescente contestação por parte das Academias, tendo sido a primeira de várias crises académicas”<sup>345</sup>.



**Figura 40:** Comunicado da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, a dar apoio aos estudantes no âmbito do 40.900, Janeiro de 1957 (APAMD) Foto: Mónica Maurício

## 5.7. No Seguimento do 40.900

A AEIST desempenhou um papel de destaque no contexto da mobilização dos estudantes do IST durante a década de 1950, como comprova o acima exposto. No entanto, importa referir que não deteve o exclusivo dessa actividade no período em causa, na medida em que também outras organizações assumiram um papel moderadamente activo na mobilização estudantil no IST, particularmente a partir da crise de 1956.

Essa situação está directamente relacionada com o facto de a crise de 1956 ter provocado alterações drásticas no seio do meio estudantil, mediante a conversão do descontentamento vivido no ano lectivo de 1956/57 numa maior consciencialização

<sup>344</sup> Nuno Caido, *Op. Cit.*, p. 64.

<sup>345</sup> Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, nº 21, AEIST, Junho 1997.

entre os estudantes em relação aos acontecimentos que então marcavam a conjuntura nacional.

Essa conjuntura terá sido aproveitada pelo MUDJ e pelo PCP, que desenvolveram ligações com um grupo de estudantes no IST, à semelhança do que sucedeu em outros contextos universitários. Como nos elucida um antigo aluno:

O ano de 1956 marca a formação das primeiras células do PCP em várias faculdades, que conduzem uma actividade legal, semi-legal e clandestina juntamente com os remanescentes da organização do MUD juvenil na universidade. (...) Com o 40 900 houve uma grande radicalização das pessoas, estas nossas iniciativas eram muito melhor acolhidas do que se fossem feitas antes, porque as pessoas estavam com os olhos muito mais abertos. Criou-se um movimento anti-salazarista muito grande, mas passar isto para a acção era complicado.<sup>346</sup>

Neste sentido, esse grupo de estudantes do IST participaria activamente em três acontecimentos que marcariam o âmbito da oposição ao regime do Estado Novo: as eleições para a Assembleia Nacional de 1957, as eleições presidenciais de 1958 e o abaixo-assinado pedindo a demissão de Salazar de 1959.

A oposição ao regime realizou um trabalho intenso previamente à realização das eleições para a Assembleia Nacional de 1957, particularmente no âmbito das comissões cívicas eleitorais, que visavam a promoção do voto, mediante o esclarecimento das pessoas quanto à importância das eleições e do seu recenseamento. Como nos mostra Armando Myre Dore, o MUDJ participou activamente nessas actividades:

Nós, estudantes de esquerda, que estávamos organizados, abordávamos com um papel os colegas para lhes perguntar se eles se queriam recensear, repare-se na forma de fazer política nesta época, isto em 1957 (...). Como é natural, as pessoas diziam que não valia a pena, pois as eleições eram uma aldrabice, ao que nós respondíamos que se nós nos organizássemos e estivéssemos recenseados para votar e com isto que estava a ser feito em todo o país, poderia haver a possibilidade da oposição obter valores maiores do que tinha até então obtido. Havia uma série de colegas nossos que não acreditavam na política, mas mesmo assim assinavam. (...) Depois, tínhamos de levar aquilo às respectivas Juntas de Freguesia e entregar aqueles documentos necessários para as

---

<sup>346</sup> Testemunho de Armando Myre Dore, Lisboa, 28/02/2007.

peças ficarem recenseadas, o que era um trabalho que deveria ser feito pelo Estado. (...) Com as conversas, nós íamo-nos apercebendo daqueles que mais se interessavam pelas coisas e, como tínhamos uma organização, íamos trazendo as pessoas para ela.<sup>347</sup>

Paralelamente, as actividades estudantis organizadas nas várias Universidades iam cativando progressivamente novos membros para o próprio MUDJ. Os estudantes participariam ainda activamente na preparação das eleições, com o chamado grupo da Seara Nova e realizariam uma assembleia numa sala alugada na zona das Amoreiras, onde elegeriam Rui Cabeçadas como seu representante para integrar a lista de candidatos da oposição em Lisboa.<sup>348</sup>

Não obstante terem sido goradas as expectativas criadas em torno das eleições de 1957, as eleições presidenciais de 1958 viriam a merecer especial atenção por parte dos estudantes do IST, como nos mostra um aluno de então:

As eleições do Humberto Delgado, em 1958, passou para os estudantes, (...) falava-se sobre isso. Normalmente quem trabalhava na AEIST tinha uma especial sensibilidade pelas questões políticas, era um ambiente em que apesar de não haver declaradamente posições partidárias, existiam posições ideológicas que se percebiam perfeitamente.<sup>349</sup>

Nessas eleições, perfilaram-se inicialmente dois candidatos da oposição: de um lado, o General Humberto Delgado, antigo membro do regime, apoiado pelos sectores republicanos e demo-liberais, onde prontificavam António Sérgio e Henrique Galvão, e de outro Arlindo Vicente, apoiado pelos comunistas. No entanto, em face da enorme adesão popular à candidatura do “General sem Medo” e da superação das dificuldades iniciais de entendimento entre as duas candidaturas,<sup>350</sup> a candidatura comunista desistiria em seu favor.<sup>351</sup>

---

<sup>347</sup> Testemunho de Armando Myre Doreis, Lisboa, 28/02/2007.

<sup>348</sup> Não obstante, as eleições para a Assembleia Nacional de 3 de Novembro de 1957 resultariam na eleição de todo os candidatos da União Nacional, atendendo que a oposição optou por não concorrer até ao fim, salvo no círculo eleitoral de Braga, afirmando que não estavam reunidas as condições para a realização de um sufrágio justo e democrático.

<sup>349</sup> Testemunho de José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007.

<sup>350</sup> O entendimento entre as duas candidaturas seria alcançado por intermédio do Pacto de Cacilhas, assinado em 30 de Maio, pelo qual em troca do apoio de Arlindo Vicente, Humberto Delgado se comprometia a “ir às urnas e, em caso de vitória, a aplicar o artigo 8º da Constituição, a executar uma lei eleitoral honesta e a realizar eleições livres, a libertar os presos políticos e a democratizar o país, Manuel

O trabalho do MUDJ, que havia apoiado activamente a candidatura de Arlindo Vicente, não esmoreceu depois da união da candidatura deste com a de Humberto Delgado, fazendo-se notar pela sua capacidade de organização, destacando assim o “trabalho dos estudantes de esquerda”<sup>352</sup> nas diversas actividades de campanha de Humberto Delgado. Uma aluna do IST recorda esse trabalho dos estudantes nas eleições de 1958:

Nas eleições de 1958, o meu marido [antigo dirigente associativo da AEIST] estava na candidatura de Arlindo Vicente e foi preso (...). Nessa altura havia umas comissões cívicas que eram formadas com o objectivo de tentar que as pessoas se recenseassem e tomassem conhecimento do que se passava. Eu e uma colega oferecemo-nos para ajudar, ver o que se podia fazer, e tentámos ir ao governo Civil copiar os nomes dos eleitores, mas não nos deixaram entrar porque não tínhamos ainda 21 anos, o que foi uma tristeza enorme porque era a primeira acção política que eu ia fazer.<sup>353</sup>

O resultado dessas eleições, que tiveram lugar em 8 de Junho de 1958, 75% para o candidato do regime, Américo Tomás, e somente 25% para Humberto Delgado, foi duramente contestado pela oposição. No entanto, a candidatura de Humberto Delgado constituiria um marco na contestação ao regime, sucedendo-se inúmeras iniciativas nos anos seguintes, como greves, conspirações falhadas contra o regime ou desmanteladas pela PIDE, manifestações e protestos oriundos de diversos sectores da sociedade portuguesa, como a carta enviada pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, pela qual criticava a acção do Estado Novo em diversas áreas, nomeadamente a política, social, cultural e religiosa.

Nesse contexto, também os estudantes protestaram contra o regime, no seguimento do movimento contestatário que vinham efectuando desde a crise de 1956. Como recorda José Protes da Fonseca:

---

Braga da Cruz., “Eleições”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, 1999, vol. VII, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 611.

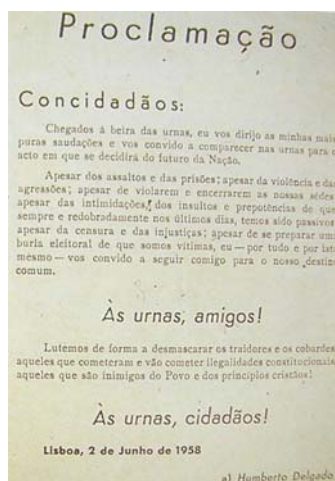
<sup>351</sup> António Ventura “A oposição ao Estado Novo” in João Medina (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, vol. XII, *Estado Novo II*, Amadora, Ediclube, [d. l. 1993], p. 184.

<sup>352</sup> Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.

<sup>353</sup> Testemunho de Maria Joaquina Silvério, Lisboa, 29/03/2007.



Houve uma participação massiva dos estudantes universitários na preparação da candidatura e na campanha do Humberto Delgado. Pode-se dizer que os estudantes mais politizados e, mesmo, alguns não muito politizados pensaram: “aqui está uma boa oportunidade de mudar as coisas”.<sup>354</sup>



**Figura 41:** Proclamação eleitoral de Humberto Delgado, 1958 (Col. A.P. Vicente)

Essas acções culminariam num abaixo-assinado pelo qual, em Maio de 1959, 402 estudantes universitários<sup>355</sup> das três Academias pediram a demissão de Salazar. Essa iniciativa constituiu uma acção promovida pelas estruturas clandestinas do PCP na universidade, em conjunto com outros estudantes antifascistas e apoiada por numerosos universitários que se tinham consciencializado da importância da vida política “pelas acções em defesa da liberdade académica e pela intervenção dos estudantes na vida política nacional contra a ditadura fascista”.<sup>356</sup>

O acto de assinatura desse abaixo-assinado constituía um acto de coragem, atentas as represálias de que os signatários poderiam ser alvo, o que acabou por se verificar, custando “a muitos as suas futuras carreiras no Estado e valeu, a quase todos, dissabores sem conta”.<sup>357</sup> Nesse âmbito, uma antiga aluna do IST refere:

<sup>354</sup> Testemunho José Prostres da Fonseca, Lisboa, 02/03/2007.

<sup>355</sup> Várias folhas assinadas por estudantes de Coimbra foram apreendidas pela PIDE, pelo que se estima que a cifra real de assinaturas tenha sido significativamente superior à das 402 do abaixo-assinado entregue. (Armando Myre Dore, “Abaixo-assinado 402 assinaturas” in *Seara Nova*, n.º1691).

<sup>356</sup> Armando Myre Dore, “Abaixo-assinado 402 assinaturas” in *Seara Nova*, n.º1691, Primavera 2005, p.47.

<sup>357</sup> João Medina, “Humberto Delgado – vinte anos depois”, *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, vol. XII, *Estado Novo II*, Amadora, Ediclube, [d. l. 1993], p. 234.

O abaixo-assinado contra Salazar (1959), embora tenha 400 assinaturas, representa muitíssimas mais, pois houve muitas pessoas que tinham medo de o assinar. Lembro-me de uns amigos falarem comigo para eu assinar, eu querer fazê-lo, mas não ser capaz. Participar em manifestações, como ir ao 1º de Maio ou à manifestação do 40 900 conseguia, mas assinar ainda não conseguia naquela altura.<sup>358</sup>

João Medina, um dos 402 estudantes, resume a importância do abaixo-assinado no contexto da contestação estudantil ao Estado Novo:

O documento dos 400 era ainda o veleiro Ariadne que desfraldava ao vento as suas cores de revolta e nele íamos todos nós, os amotinados de 1958. A nossa *Bounty* não ficaria por aí. Estaríamos quase todos juntos, uma vez mais, para fazermos greve universitária de 1962, um dos pontos mais altos da contestação ao regime de Salazar.<sup>359</sup>

---

<sup>358</sup> Testemunho de Maria Joaquina Silvério, Lisboa, 29/03/2007.

<sup>359</sup> João Medina, *Op. Cit.*, pág. 234.

## CONCLUSÕES

O objectivo central deste trabalho consistiu na produção de um abrangente conjunto de conteúdos, a partir do qual foi realizado um processo de selecção de um conjunto de objectos, empreendendo-se assim a constituição de uma colecção a partir da informação recolhida e tratada, nomeadamente através da recolha de testemunhos orais.

Procurou-se demonstrar as dinâmicas estudantis no Instituto Superior Técnico, na década de 1950, nas quais as sociabilidades e vivências dos estudantes ocupam um lugar privilegiado para a compreensão das suas motivações e do seu papel nos movimentos reivindicativos, permitindo uma compreensão mais profunda sobre os alunos do Instituto.

A AEIST ocupa um lugar de destaque neste contexto social, na medida em que assume a função de defesa dos interesses do estudante num âmbito académico. Ademais, a estrutura e o funcionamento daquela instituição constituíam um antagonismo em relação ao comumente verificado na sociedade da década de 1950, caracterizando-se pelo exercício de democracia e pela liberdade de actos e opiniões.

Neste contexto, concluiu-se que as motivações de índole social representariam as que aliciariam um número maior de alunos a participar na AEIST, na medida em que aquela instituição contribuía significativamente para a melhoria das condições de vida dos estudantes. Cabe referir que as AE's assumiam neste período uma vocação sobretudo dedicada à prestação de serviços, designadamente a manutenção de lares e cantinas, a prestação de apoio médico e o auxílio em questões de ordem pedagógica, nomeadamente a disponibilização de apontamentos das aulas, designados por folhas.

Por outro lado, as motivações que estimulavam os estudantes a tornarem-se dirigentes associativos pertenceriam à mesma categoria daquelas que os impeliam a contestar determinadas obrigações decretadas pelo regime então vigente.

As agendas reivindicativas expostas neste trabalho encontram-se vincadamente marcadas por questões estudantis, nomeadamente a luta em prol da melhoria das condições sociais e pedagógicas para os estudantes, que constituiriam as questões que mais impeliam os estudantes a manifestarem-se. No entanto, de assinalar que estes estudantes constituíam uma minoria neste período, tendência que se viria a inverter a partir do ano lectivo de 1956/ 57, com a publicação do Decreto-Lei 40.900.

A publicação desse Decreto significou para as AE's "um obstáculo a uma linha de reivindicações que estas tinham desenvolvido durante a década de cinquenta, que se traduzia numa exigência de legalização das estruturas associativas e na possibilidade de levar a cabo livremente o trabalho federativo".<sup>360</sup> Esse ano lectivo, como foi demonstrado, ficaria marcado como um momento decisivo para a vida estudantil, dada a forma como um tão grande número de estudantes foi mobilizado para a contestação e pedido de revogação do 40.900.

Assim sendo, pode inferir-se que a crise de 1956 constituiu um marco no quadro do movimento estudantil, segmentando a década de 1950 em dois períodos: o anterior e o posterior a esse momento. Neste sentido, afigura-se possível afirmar que, após essa data, tenha passado a existir no espaço do IST um papel de maior relevo de grupos estudantis politizados, sendo que os elementos do MUDJ desempenharam um papel preponderante no contexto da contestação contra o regime vigente. De referir que, ainda que antes da crise de 1956 pudesse ter ocorrido já contestação política de alguns grupos dentro do espaço IST e mesmo na AEIST, ela não seria tão declarada e visível, como viria a ser no período posterior à crise.

Cabe sublinhar que a AEIST manifestou, desde a sua formação, um relacionamento constante com outras AE's, através da CIAE, Comissão Inter-Associações de Estudantes, posteriormente designada RIA, e mantendo um contacto em temas de carácter desportivo, cultural e através da Secção de Folhas com intercâmbio de publicações, facilidades de compra e preços mais baixos.

A Associação ocuparia um lugar de destaque na orientação e organização no trabalho inter-associativo, quer enquanto palco das várias reuniões inter-associativas quer como dinamizador de actividades e trabalhos estudantis. Poderão ser apontadas várias razões para explicar essa posição de relevo, sendo que uma delas estará indubitavelmente relacionada com as condições espaciais que contribuíam para a capacidade organizacional que a AEIST detinha, se comparada com outras AE's de Lisboa.

Não obstante terem tido lugar diversos processos reivindicativos na década de 1950, importa destacar um facto que caracterizou a primeira metade da década de 1950, mais concretamente o período antes da crise de 1956, que foi o notável diálogo mantido entre a AEIST e o MEN. A partir da análise da documentação existente, foi possível

---

<sup>360</sup> Nuno Caiado, *Op. Cit.*, p. 57.

constatar nesse período a existência de uma relação cordial entre estudantes e governo. Essa afirmação é comprovada pelo facto de as inúmeras exposições enviadas pela AEIST ao MEN terem obtido resposta por parte do seu destinatário, contendo muitas vezes explicações detalhadas da parte do MEN. No entanto, cabe salvaguardar que esse canal de comunicação significava apenas que existia uma preocupação em responder às questões formuladas pela Associação, e não que o MEN assumisse um comportamento benevolente e complacente com as actividades empreendidas pela AEIST, até porque estas se mantiveram sob constante vigilância e controlo repressivo do MEN.

Assim, pode-se concluir que foram várias as alterações constatadas entre os estudantes do IST desde o início de cinquenta até ao início de sessenta, podendo-se falar de modificações substantivas não só no âmbito do movimento estudantil, dos seus problemas, das diferentes soluções usadas, como também no da AEIST, que pretendia representar o grupo social em estudo, e cuja dimensão, natureza e objectivos se foram ajustando em função das necessidades e interesses dos estudantes. Como refere Nuno Caiado, no início da década de 1950 os alunos encontravam-se ainda pouco vinculados às suas escolas, existindo uma fraca participação estudantil na vida académica, o que se viria a alterar gradualmente, com particular incidência a partir de 1956.

Em face do que antecede, os acontecimentos expostos no trabalho revestem-se assim de extrema importância para a compreensão da crise de 1962 e dos acontecimentos posteriores, na medida em que a AEIST terá formado mecanismos que seriam utilizados exaustivamente nas duas décadas seguintes até ao fim do Estado Novo.

Em consonância com o entendimento de Ken Howarth, que sustenta que a História Oral deveria desempenhar uma função nuclear na pesquisa de colecções sobre quase todos os objectos ou documentos e na avaliação e compreensão da sua utilização, contexto social e valor cultural, procurou-se neste estudo efectuar um recurso substantivo àquela disciplina.<sup>361</sup> Cabe assinalar que o contributo dos testemunhos orais foi de significativa utilidade não apenas para o tratamento de questões referentes à História da AEIST e suas dinâmicas estudantis na década de 1950, como também para a musealização desse tema, através da elaboração de conteúdos expositivos.

---

<sup>361</sup> Ken Howarth, *Oral History, a Handbook*, Gloucesterhire, Sutton Publishing, 1998.

De acrescentar que a História Oral possibilitou a obtenção de informação que seria inacessível de outra forma, nomeadamente através da consulta apenas de documentos escritos. São exemplos deste facto os dados sobre a sala das raparigas, espaço referido unanimemente por todos os entrevistados como algo polémico; os elementos sobre as sociabilidades estudantis e as imagens que os estudantes detinham de si mesmos e dos professores. Desta forma, descobre-se “âncoras da memória”, como é o caso da reunião da NATO, recordando-se os entrevistados da existência de uma reunião, apenas pelo facto de ter sido instalado o aquecimento nesse momento ou porque tiveram de realizar os exames na sede da AEIST.

Tal como Paul Thompson referiu, pretende-se neste trabalho devolver um lugar central às pessoas que fizeram e experienciaram a história, através das suas próprias palavras.<sup>362</sup>

---

<sup>362</sup> Paul Thompson, *The voice of the past. Oral History*, Oxford / London / New York, Oxford University Press, 1998, p. 22.

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes Arquivísticas**

Arquivo da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AAEIST) – 12 pastas

Arquivo Pessoal do Eng. José Manuel Prostes da Fonseca (APPF) – 2 pastas

### **Testemunhos**

António Quintela, Lisboa 12/02/2007

António Catita, Lisboa, 06/03/2007

António Melo Coelho, Lisboa 02/04/2007

António Redol, Lisboa 11/04/2007

Armando Myre Dores, Lisboa 28/02/2007

Bento Dias, Lisboa, 05/04/2007

Bernardo Jerosch Herold, Lisboa 12/02/2007

Domingos Mendonça Raimundo, Lisboa 04/04/2007

João Resina Rodrigues, Lisboa, 23/03/2007

José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007

José Manuel Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007 e 2/03/2007

José Maria Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007

Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007

Manuel Alves Marques, Lisboa 23/03/2007 e 27/07/2007 (não gravado)

Manuel Macara, Sintra 28/03/2007

Maria Joaquina Silvério, Lisboa, 29/03/2007

Mary Evelyn Dores, Lisboa, 08/03/2007

Paula Fonseca, Lisboa, 26/05/2007 (não gravado)

## **Outras fontes**

Entrevista com Octávio Pato, *Jornal Avante*, 21 de Março de 1996.

Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, AEIST, nº 21, Junho 1997.

Entrevista com João Cravinho, *Público*, 26 de Janeiro de 2007.

## **Periódicos**

*AEIST*, Lisboa, 1957-1960

*Binómio*, Lisboa, 2003

*Boletim da AEIST*, Lisboa, 1945-1956

*Diário das Sessões*, Lisboa, 1957

*Diário do Governo*, Lisboa, 1932, 1935, 1947, 1956

*Diário de Lisboa*, Lisboa, 1952 e 1954

*Diário de Notícias*, 1952 e 1954

*Diário Popular*, Lisboa, 1952, 1954 e 1957

*Diferencial*, Lisboa, 1991-1995

*Encontro. Jornal da Juventude Universitária Católica*, Coimbra, 1956

*Noticiário (AEIST)*, Lisboa, 1950-1951

*O Debate*, Lisboa, 1957 e 1958

*O Século*, Lisboa, 1947, 1952, 1954, 1956 e 1957

*Revista Técnica*, Lisboa, 1945-1959

## **Bibliografia**

### **Obras de Referência e de Carácter Geral**

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto Livraria Figueirinhas, 1999, vol. VII.



MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII - *O Estado Novo (1926-1974)*, volume dirigido por Fernando Rosas, [s. l.], Círculo de Leitores, [d. l. 1994].

MEDINA João (dir), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, vols XI- *Estado Novo I* e XII *Estado Novo II*, Amadora, Ediclube, [d. l. 1993].

RODRIGUES, António Simões (coord.), *História de Portugal em Datas*, [s.l.], Círculo de Leitores, [d.l 1994].

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário da História do Estado Novo*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

#### Obras de Carácter Metodológico

BURGESS, Robert G., “Personal Documents, Oral Sources and Life Histories, *Field Research: a Sourcebook and Field Manual*, Londres, George Allen & Unwin, 1982, pp. 131-135.

\_\_\_\_\_, *A Pesquisa no Terreno. Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

CATROGA, Fernando, *Memória, História e historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.

CRANE, Susan A. (ed. lit.), *Museums and memory*, Stanford, Stanford University Press, 2000.

DUNAWAY, David K.; BAUM, Willa K. (eds), *Oral History. An interdisciplinary Study*, 2ªed., Walnut Creek, Altamira Press, 1996.

FENTRESS, James e WICKAM, Chris, *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994.

GODINHO, Paula *Memórias da resistência rural no sul. Couço, 1958-1962*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

GREEN, Anna, “The exhibition that speaks for itself. Oral history and museums” in Robert Perks e Alistair Thomson (eds.), *The Oral History Reader*, Londres, Routledge, 1998, pp. 448-456.

GRIFFITHS, Gareth, “Oral History” in David Fleming, Crispin Paine e John G. Rhodes (eds.), *Social History in Museums. A Handbook for Professionals*, Londres, HMSO Publications, 1993, pp. 111-116.

HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

\_\_\_\_\_, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994.

HOWARTH, Ken, *Oral History, a Handbook*, Gloucesterhire, Sutton Publishing, 1998.

HERNANDÉZ HERNANDÉZ, Francisca, *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón, Ed. Trea, 2002.

HOBBSAWM, Eric e Ranger, Terence (orgs) *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

HOWARTH, Ken, *Oral History, a Handbook*, Gloucesterhire, Sutton Publishing, 1998.

LE GOFF, Jacques, “Memória” in *Enciclopédia Einaudi, vol. I – Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

\_\_\_\_\_, “Documento/Monumento” in *Enciclopédia Einaudi, vol. I – Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.

LEIDESDORFF, Selma; PASSERINI, Luísa; THOMPSON, Paul (eds.), *Gender and Memory*, Oxford, Oxford University Press, 1996.

LUMMIS, Trevor, “Structure and validity in oral evidence” in Robert Perks e Alistair Thomson (eds.), *The Oral History Reader*, Londres, Routledge, 1998, pp. 272-283.

MAGALHÃES, Fernando, *Museus, Património e Identidade*, Porto, Profedições, 2006.

PEARCE, Susan M., *Museums, Objects and Collections: a Cultural Study*, Leicester e Londres, Leicester University Press, 1992.

POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, Simone e RAYBAUT, Paul, *Histórias de vida. Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora, 1995.

POMIAN, Krzystof, “Colecção” in *Enciclopédia Einaudi, vol. I – Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 51-86.

PORTELLI, Alessandro, “What makes oral history different” in Robert Perks e Alistair Thomson (eds.), *The Oral History Reader*, Londres, Routledge, 1998, pp. 63-74.

RADSTONE, Susannah (ed.), *Memory and methodology*, Oxford-Nova Iorque, Berg, 2000.

RENON, Karin D., “Movimento Estudantil” in William Outhwaite and Tom Bottomore (eds.), *Dicionário do pensamento social do século XX*, Rio de Janeiro – Lisboa, Jorge Zahar – Dinalivro, 1996, cols 498-500.

RICOEUR, Paul, *Mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil, 2000.

SAMUEL, Raphael, “Local History and Oral History” in Robert G. Burgess (ed.), *Field Research: a Sourcebook and Field Manual*, Londres, George Allen & Unwin, 1982, pp. 136-145.

THOMPSON, Paul, *The voice of the past. Oral History*, Oxford / London / New York, Oxford University Press, 1998.

“The voice of the past. Oral History” in Robert Perks e Alistair Thomson (eds.), *The Oral History Reader*, Londres, Routledge, 1998., pp. 21-28.

TOTA, Anna Lisa, *A Sociologia da Arte, do Museu Tradicional à Arte Multimédia*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

WALSH, Kevin, *The Representation of the Past. Museums and heritage in the post-modern world*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 1995.

#### Obras de Carácter Específico

AAVV, “O Movimento Estudantil. Possíveis Ligações ao Maio de 1968”, *Cadernos da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº 4, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1978.

AAVV, *O movimento estudantil e a escola do capitalismo: antologia*, Coimbra, Almedina, 1972.

ABRANTES, Domingos, “O MUD, a unidade antifascista e o PCP” in *O Militante*, n.º278, Setembro/Outubro, 2005.

ABREU, António, “Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958” in *O Militante*, n.º236, Setembro/Outubro, 1998.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, “MUD Juvenil e a repressão fascista”, in *O Militante*, n.º 283, Julho/Agosto, 2006.

\_\_\_\_\_, *O Processo do Salazarismo, Relatório sobre Portugal*, Lisboa, 1983, Edições Avante.

BEBIANO, Rui, “Geografia Instável de uma cultura juvenil de oposição” in *Estudos do Século XX*, nº2, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2002, pp. 167-195.

BEBIANO, Rui, CRUZEIRO, Maria Manuela, *Anos Inquietos, Vozes do Movimento Estudantil (1961-1974)*, Porto, Ed. Afrontamento, 2006.

BELTRÃO, Luísa e HATTON, Barry, *Uma História para o Futuro*, Maria de Lourdes Pintasilgo, Lisboa, Tribuna, 2007.

BENSAÚDE, Alfredo, *Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, [cop. 2003].

BOURDIEU, Pierre, *Les Héritiers: les étudiants et la culture*, Paris, De Minuit, 1975.

CAIADO, Nuno, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990.

CARDINA, Miguel, *A politização do meio estudantil coimbrão durante o Marcelismo*, dissertação de mestrado em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas apresentada à FLUC, Coimbra, 2005. Exemplar policopiado.

\_\_\_\_\_, “Tradição. Sociabilidades, Compromisso: mutações na auto-imagem estudantil durante o período final do Estado Novo”, in *Vértice*, 123, Julho/Agosto 2005

CARVALHO, Rómulo, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASTELO, Cláudia, “A Casa dos Estudantes e os mensageiros do fim do Império”, in *Seara Nova*, n.º 66, Lisboa, Seara Nova, Outubro de 1999, pp. 30-32.

CHOLVY, Gérard, *Mouvements de Jeunesse. Chrétiens et juifs: sociabilité juvénile dans un cadre européen, 1799-1968*, Paris, Éditions du CERF, 1985.

COMISSION INTERNATIONALE D'HISTOIRE DES MOVIMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES, *La Jeunesse et ses Mouvements. Influence sur l'évolution des sociétés aux XIXe et XXe siècles*, Paris, Centre Nationale de la Recherche Scientifique, 1992.

CORREIA, Fernando, *Porque se revoltam os estudantes?* Lisboa, Cadernos Seara Nova, 1973.

COUTROT, Aline, *Jeunesse et Politique*, Paris, Librairie Armand Colin et Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1971.

CRUZ, Manuel Braga et alii, “A Condição Social da Juventude”, in *Análise Social*, vol. XX, nº 81-82, 1984, pp. 285-308.

DIAS, J. S. Silva, *A Reforma da Universidade e os seus problemas*, Coimbra, [s. n.], 1971.

DORES, Armando Myre, “Abaixo-assinado 402 assinaturas” in *Seara Nova*, n.º1691, Primavera 2005, p.47.

DRAGO, Ana, *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil “antipropinas”*, Porto, Afrontamento, 2004.

*I Encontro de História da Educação em Portugal: comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

FARIA, Cristina, *As lutas estudantis contra a Ditadura Militar: 1926-1932*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

FERREIRA, Vítor, “Inventário analítico da imprensa estudantil portuguesa em 1945-1967” in *Análise Social*, vol. VII, nº25/26, 1969, pp. 223-281.

FERREIRA, Vítor e Nunes, A. Sedas, “O meio universitário em Portugal: subsídios para a análise sociológica da sua estrutura e evolução no período 1945-1967”, in *Análise Social*, vol. VI, nº22-23-24, pp. 526-595.

FERRO, João Pedro (org.), *A Primavera que abalou o Regime – A Crise Académica de 1962*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

FIGUEIREDO, José Valle, *Reforma Universitária e Política Académica*, Lisboa, Livraria Sampedro Editora, 1972.

GARRIDO, Álvaro, *Movimento Estudantil e crise do Estado Novo*, Coimbra, Editorial Minerva, 1996.

GAUDEZ, Pierre, *Os Estudantes*, Lisboa, Livraria Morais Editora, 1965.

GILLIS, John J., *Youth and History. Tradition and change in European Age relations, 1770-present*, Orlando et alii, Academic Press Inc., 1981.

GOMES, Adelino, “A JUC, o Jornal Encontro e os primeiros inquéritos à juventude universitária”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, 2005, pp. 95-115.

GRÁCIO, Rui, “A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil”, in António Reis (dir), *Portugal contemporâneo, vol. 5 (1958-1974)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

\_\_\_\_\_, *Obra Completa*, vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GUERRA, J. P. Miller Guerra e NUNES, A. Sedas, “A crise da universidade em Portugal: reflexões e sugestões” *Análise Social*, vol. VII, nº 25-26, 1969, pp. 5-49.

LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge, PENA, Paulo, *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*, Lisboa, Âncora Editora, 2001.

MACHETE, Rui, “A origem social dos estudantes portugueses” in *Análise Social*, vol. VI, nº 20-21, 1968, pp. 213-247..

MIRANDA, J. David, “A população universitária e a população portuguesa: um confronto da sua composição social” in *Análise Social*, Vol. VII, nº25/26, 1969.

NAMORADO, Rui, *Movimento estudantil e política educacional*, Coimbra, Edição do autor, 1972.

NUNES, A. Sedas e MIRANDA, J. David, “A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações”, in *Análise Social*, vol VII, nº27-28, 1969, pp. 333-382.

NUNES, Adérito Sedas, “População universitária portuguesa: uma análise preliminar”, in *Análise Social*, vol. VI, nºs 22,23, e 24, 1968, pp. 295-385.

\_\_\_\_\_, “O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento”, in *Análise Social*, vol. VI, nºs 22, 23 e 24, 1968, pp. 386-474.

\_\_\_\_\_, “A universidade no sistema social português” in *Análise Social*, vol. VII, nº 32, 1970, pp. 646-707.

OLIVEIRA, César, “A aparente quietude dos anos 50” in António Reis (dir), *Portugal contemporâneo, vol. 4 (1926-1958)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

\_\_\_\_\_, *Os anos decisivos. Portugal 1962-1985. Um testemunho*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de, *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta Editora, 2004.

PAIS, José Machado, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.



PEREIRA, Pedro Cantinho, *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*, Lisboa, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

PEREIRA, Raul da Silva (ed.), “O ensino de Engenharia: contribuição para a sua reforma” in *Análise Social*, vol. VI, nºs 22, 23, e 24, 1968, pp. 763-784.

PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho, “A Praxe na Academia de Coimbra, das práticas às representações”, in *Revista de História das Ideias*, vol.15, Coimbra, IHTI-FLUC, 1993, pp. 161-176.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Os Estudantes no Regime Fascista*, Mira Sintra – Mem Martins, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983.

PROENÇA, Maria Cândida (org.), *Maió de 1968, Trinta anos depois, Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da F.C.S.H.-U.N.L. – Edições Colibri, 1999.

RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Universidade Técnica de Lisboa, vol. I, Primórdios da sua história*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1980.

SILVA, Maria Isabel Mercês de Melo de Alarcão e, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo, 1945-1948*, Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX (secção do século XX), apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994. Exemplar policopiado.

SILVA, Manuela, “Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)”, in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72,73,74, 1982, pp. 1077-1086.

SILVA, Raúl da, “Cronologia histórica das universidades portuguesas: 1959-1968” in *Análise Social*, Lisboa, vol. VI., n.º 22-24, 1968, pp. 837-899.

TELO, António José, *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

TORGAL, Luís Reis, *A Universidade e o Estado Novo: O caso de Coimbra, 1926-1961*, Coimbra, Editorial Minerva, 1999.

TORGAL, Luís Reis e RAMIRES Alexandre, *António José de Almeida*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006

*A Universidade Técnica de Lisboa e os seus mestres, notas bibliográficas*, prefácio de Moses Amzalak, Lisboa, Editorial Império, 1956.

VILAÇA, Alberto, “A perseguição fascista aos professores e outros agentes da cultura”, in *Seara Nova*, n.º1691, Lisboa, Seara Nova, Primavera 2005, pp. 41-46.

VENTURA, António, *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Caleidoscópio, 2004.

# **ANEXOS**

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO I – Actividades da Semana de Recepção ao Novo Aluno nos anos lectivos de 1951/52 a 1959/190.

ANEXO II – Alunos matriculados no IST segundo a nacionalidade e naturalidade nos anos lectivos de 1950/51, 1951/52, 1952/53, 1953/54, 1954/55, 1958/59 e 1960/61

## ANEXO I

### Actividades – Semana de Recepção ao Novo Aluno

<b>12 A 14 de Novembro de 1951</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Saudação aos novos alunos, pelo presidente da Direcção da AEIST, Eurico Corvo</li><li>• Palestra “A missão actual do engenheiro” pelo professor Eng. Luís de Almeida Alves</li><li>• Visita à sede da AEIST e apresentação da Exposição de Actividades</li><li>• Várias sessões de cinema</li><li>• Festival Desportivo</li><li>• Concerto pela Orquestra Sinfónica Nacional, dirigida pelo Maestro Pedro Freitas Branco</li><li>• Várias palestras sobre as actividades da AEIST</li><li>• Sessão de música gravada, comentada por João Freitas Branco</li></ul>
<b>17 a 22 de Novembro de 1952</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Saudação aos novos alunos, pelo presidente da Direcção da AEIST Carlos Chaby</li><li>• Palestra “O engenheiro perante a sociedade actual” pelo Professor Eng. Abecassis Manzanares</li><li>• Exposição “Livro Técnico”</li><li>• Visita à sede da AEIST</li><li>• Exposição de Artes Plásticas</li><li>• Várias Sessões de cinema</li><li>• Festival Desportivo</li><li>• Sessão fonográfica comentada por João Freitas Branco</li><li>• Primeira sessão anual do CCU</li><li>• Visita ao Museu de Arte Antiga, conduzida pelo seu Director, Dr. João Couto</li><li>• Concerto no Salão Nobre pelo violinista Dominique Vaz</li></ul>
<b>9 a 15 de Novembro de 1953</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Saudação aos novos alunos, pelo presidente da Direcção da AEIST, Bento Dias</li><li>• Conferência “Considerações sobre a vida profissional e a preparação escolar do engenheiro” pelo Professor Eng. Manuel Abreu Faro</li><li>• Exposição de reproduções de pintura</li><li>• Visita à sede da AEIST com inauguração de várias exposições relacionadas com a Associação</li><li>• Palestra “Desporto e equilíbrio fisiológico” pelo Dr. António Cavaco Catita</li><li>• Concerto pela Orquestra Sinfónica Nacional</li><li>• Festival Desportivo</li><li>• Primeira sessão anual do CCU</li><li>• Almoço de confraternização</li></ul>
<b>8 a 13 de Novembro de 1954</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Saudação aos novos alunos, pelo presidente da Direcção da AEIST, Domingos Mendonça Raimundo</li><li>• Conferência “O caloiro no IST” pelo Eng. Quadros e Costa</li><li>• Exposição de pintura sobre Van Gogh</li><li>• Inauguração oficial do primeiro Lar de estudantes do IST</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessão sobre aeromodelismo com preâmbulo pelo Professor Eng. Varela Cid e projecção de filmes</li> <li>• Concerto pela Orquestra Sinfónica Nacional, dirigida pelo Maestro Pedro Freitas Branco com a colaboração da pianista Marie Lévêque de Freitas Branco</li> <li>• I Assembleia Geral Extraordinária para revisão dos estatutos da AEIST</li> <li>• Festival Desportivo</li> <li>• Conferência pelo Dr. Vieira de Almeida</li> <li>• Sessão de cinema</li> <li>• Jantar de confraternização com baile</li> </ul>
<b>7 a 12 de Novembro de 1955</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saudação aos novos alunos, pelo presidente da Direcção da AEIST António Melo Coelho</li> <li>• Conferência “A missão do Engenheiro em Portugal” pelo Prof. Eng. José do Nascimento Ferreira Dias Júnior</li> <li>• Concerto pela Orquestra Sinfónica Nacional dirigida por Pedro Freitas Branco com a colaboração do violinista Vasco Barbosa</li> <li>• Exposição de pintura</li> <li>• Várias sessões de cinema</li> <li>• Festival desportivo (voleibol, ténis de mesa, basquetebol e esgrima)</li> <li>• Festival de natação</li> <li>• Festival de atletismo</li> <li>• Palestra “Educação Sexual do Estudante” pelo Dr. António Cavaco Catita (evento cancelado)</li> <li>• Festival de hóquei em patins</li> <li>• Festa de confraternização</li> </ul>
<b>1956 (sem informação)</b>
<b>11 a 17 de Novembro de 1957</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessão solene inaugural, presidida pelo subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa</li> <li>• Palestra “Campo de acção da engenharia electrotécnica” pelo Professor Eng. Carvalho Fernandes</li> <li>• “Algumas palavras aos novos alunos” pelo presidente da Direcção da AEIST, Luís Eugénio Veiga Cunha</li> <li>• Exposição de actividades da AEIST</li> <li>• Exposição de gravuras portuguesas contemporâneas com visita pelo pintor José Júlio</li> <li>• Jogo de futebol</li> <li>• Concerto pelo pianista Sérgio Varella Cid</li> <li>• Jogo de hóquei</li> <li>• Almoço de confraternização</li> <li>• Festival de aeromodelismo</li> <li>• Conferência pelo chefe da Secção de Barragens do LNEC, Eng. Laginha Sarafim</li> <li>• Entrega do prémio Mira Fernandes (patrocinador AEIST), pelo Director do IST ao melhor aluno das disciplinas de Cálculo e Mecânica Racional</li> <li>• Lição do Professor Eng. Almeida Alves “A mecânica racional e as equações de 2.<sup>a</sup> ordem”</li> <li>• Sessão Teatral</li> <li>• Festival Desportivo</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Festa de confraternização com baile</li> </ul>
<b>10 a 16 de Novembro de 1958</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessão Solene de Abertura</li> <li>• Exposição de actividades da AEIST</li> <li>• Festival Desportivo</li> <li>• Almoço de Confraternização</li> <li>• Sessão de Jazz</li> <li>• Palestra aos novos alunos</li> <li>• Festa de confraternização</li> <li>• Concerto</li> <li>• Ópera “Ida e Volta” com colaboração da Juventude Musical Portuguesa</li> </ul>
<b>1959</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessão Solene de Abertura</li> <li>• Sessões de cinema</li> <li>• Festival Desportivo</li> <li>• Festa de Confraternização</li> </ul>

**Fonte:** *Programa da Semana de Recepção ao Novo Aluno* (1951, 1952, 1953, 1954, 1955 e 1957) e *Relatório e Contas da Direcção da AEIST* (1953/54, 1955/56, 1956/57 e 1958/59, 1959/60)

## ANEXO II

**Alunos matriculados no IST segundo a nacionalidade e naturalidade**<sup>363</sup>

Naturalidade/Ano	1950/51	1951/52	1952/53	1953/54	1954/55	1958/59	1960/61
Aveiro	13	18	17	18	18		
Beja	23	26	18	16	21		
Braga	11	9	7	7	6		
Bragança	9	11	16	8	7		
Castelo Branco	26	29	28	33	17		
Coimbra	29	30	24	27	28		
Évora	34	32	27	26	32		
Faro	61	56	50	45	50		
Guarda	23	29	25	24	30		
Leiria	27	26	20	24	28		
Lisboa	483	525	510	529	558		
Portalegre	18	18	17	16	17		
Porto	29	27	20	23	21		
Santarém	63	64	62	63	68		
Setúbal	27	23	32	22	27		
Viana do Castelo	3	5	2	6	7		
Vila Real	8	6	5	4	6		
Viseu	17	28	24	19	20		
<b>Total Continente</b>	<b>909</b>	<b>962</b>	<b>904</b>	<b>910</b>	<b>980</b>	<b>1506</b>	<b>1589</b>
Angra do Heroísmo					2		
Horta					6		
Ponta Delgada					22		
Funchal					23		
<b>Total Ilhas Adjacentes</b>	<b>46</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>39</b>	<b>53</b>	<b>59</b>	<b>77</b>
Ultramar	98	113	98	105	118	177	222
Estrangeiro	15	10	13	14	10	24	29
Nacionalidade estrangeira	7	11	11	7	13	10	8
<b>TOTAL</b>	<b>1075</b>	<b>1137</b>	<b>1087</b>	<b>1075</b>	<b>1180</b>	<b>1776</b>	<b>1920</b>

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação*, anos lectivos 1945/46, 1950/51, 1951/52, 1952/53, 1953/54, 1954/55, 1958/59 e 1960/61.

<sup>363</sup>As *Estatísticas da Educação* referentes aos anos lectivos de 1958/59 e 1960/61, não contêm os números por de alunos por distrito, apenas os totais. Referente ao ano lectivo 1954/55 os números de alunos referentes às ilhas surgem discriminadamente.